

revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Heitor Vianna Moura

Luísa Sobral

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Diene Ghizzo

suporte administrativo

Karoline de Souza

Massami Saito

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 38 - ano 10 | setembro de 2019

Car@s leitor@s, a edição 38 da revista *e-metropolis* conta com seis artigos, uma resenha, uma seção especial e um ensaio fotográfico, com temas diversos que compõem um interessante conjunto de nuances sobre as cidades brasileiras e suas dinâmicas.

O artigo de capa **“Economia popular e solidária no Brasil urbano: as políticas e suas pesquisas”**, da professora Luciana Corrêa do Lago, busca examinar duas pesquisas quantitativas promovidas nos anos 2000 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal e pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) da UFRJ, que mapearam e qualificaram práticas de economia popular no Brasil. Partindo da unidade doméstica como unidade básica da investigação, o texto nos fornece subsídios para desvendar a complexidade da economia popular e, assim, aclarar a imbricação entre os empreendimentos populares - solidários ou individuais - e as práticas cotidianas de reprodução das famílias dos trabalhadores. A importância do texto está no fato de que são nas tradições das práticas econômicas cotidianas que podemos encontrar brechas para a construção de uma sociedade solidária e radicalmente democrática.

O texto **“Disputa pelo espaço público em Belo Horizonte: a Praça e a Praia da Estação”** se utiliza dos processos ocorridos em Belo Horizonte (MG) que culminaram nas manifestações da “Praia da Estação”, realizadas a partir de 2010, para discutir os usos e apropriações dos espaços públicos e a participação social na produção do espaço urbano. A análise acaba por demonstrar o dissenso existente entre Estado e população em um contexto de

produção urbana neoliberal e evidentes desigualdades socioespaciais.

Por sua vez, o artigo **“A configuração socioespacial do litoral norte do estado do rio grande do sul: fluxos migratórios e urbanização difusa”** realiza uma análise da configuração socioespacial de municípios do litoral norte do Rio Grande do Sul, a partir de uma articulação entre dinâmica demográfica, em especial os fluxos migratórios, e produção imobiliária.

Sob o título **“Evolução da estrutura sócio-ocupacional de metrópoles latino-americanas: São Paulo e Cidade do México (2005-2015)”**, Diogo David de Matos elege a variável ocupação como unidade de análise do estudo comparado desenvolvido no âmbito latino-americano.

Em coautoria, Vivian Aparecida Blaso Souza Soares e José Mauricio Conrado Moreira da Silva discutem no artigo **“Transformações na Comunicação no espaço urbano na Cidade de São Paulo: análises da lei cidade limpa”**, as relações entre o espaço urbano e as novas linguagens advindas do universo publicitário após a Lei da Cidade Limpa (2006), que alterou a regulação da publicidade urbana na cidade de São Paulo.

O artigo **“Análise do tempo de viagem de casa ao local de trabalho dos brasileiros considerando as cinco regiões do país”**, dos professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) Claudio José Cavalcante Blanco e Patrícia Bittencourt Tavares das Neves e do professor do Centro Universitário do Pará (CESUPA), Cláudio Luciano da Rocha Conde, faz uma análise do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho em todos os 5.565 municí-

pios do país, utilizando-se de dados do IBGE e de medidas de localização, especialização e concentração para identificação e avaliação de fenômenos sociais. A pesquisa em comento é fundamental não apenas para o processo de planejamento dos transportes, mas, principalmente, para a elaboração de políticas públicas de mobilidade urbana.

Na resenha intitulada **“A beleza ordinária da vida”**, Ana Paula Alves Ribeiro reflete sobre *Temporada*, filme de André Novais Oliveira, cineasta que, na visão da autora, tem seu trabalho reconhecido por recusar as representações violentas e subalternas da população negra no cinema brasileiro. A partir da história de Juliana, o filme, além de abordar a questão de raça e representação do negro, segundo Ribeiro serve como ponto de partida também para uma reflexão sobre a dinâmica das políticas urbanas e sanitárias nas cidades, principalmente em suas periferias metropolitanas.

Já a seção especial desta edição é ocupada pelo texto **“Processos urbanos emergentes: colagens e justaposições entre arquitetura e paisagem”**, de Livia Paula Zanelli de Moraes. No texto, a autora mobiliza registros fotográficos produzidos nos arredores da fazenda Olhos d'Água, em Ribeirão Preto (SP), para refletir sobre a necessidade de formulação de novas terminologias para pensar paisagens urbanas que se estendem para além das cidades.

Por fim, o ensaio fotográfico **“Cidades (in)visíveis”** busca representar aspectos de uma espécie de “estética da fragmentação urbana”, fragmentação essa advinda das consequências da globalização do capitalismo e de seus efeitos socioespaciais. Para isso, os autores registraram detalhes e contrastes do cenário urbano, iluminando um certo caráter poético desse processo em São João Del-Rei (MG).

Boa leitura a tod@s! ■

Índice

nº 38 - ano 10 | setembro de 2019

Capa

- 06** Economia popular e solidária no Brasil urbano: as políticas e suas pesquisas
Popular and solidarity economy in urban Brazil: policies and their research

Por Luciana Corrêa do Lago

Artigos

- 20** Disputa pelo espaço público em Belo Horizonte: a Praça e a Praia da Estação

Contest by the public space in Belo Horizonte: the square and the beach of the station

Por Jansen Lemos Faria

- 30** A configuração socioespacial do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: fluxos migratórios e urbanização difusa

The socio-space configuration of the northern coast of Rio Grande do Sul state: migratory flows and diffused urbanization

Por Amanda Cabette e Tânia Strohaecker

- 37** Evolução da estrutura sócio-ocupacional de metrópoles latino-americanas: São Paulo e Cidade do México (2005-2015)

Evolution of the socio-occupational structure of Latin-American metropolises: São Paulo and Mexico City (2005-2015)

Por Diogo David de Matos

- 50** Transformações na Comunicação no espaço urbano na Cidade de São Paulo: análises da lei cidade limpa

Changes in Urban Communication in São Paulo City: analyses in clean city law

Por Vivian Aparecida Blaso Souza Soares Cesar e José Mauricio Conrado Moreira da Silva

- 61** Análise do tempo de viagem de casa ao local de trabalho dos brasileiros considerando as cinco regiões do país

Analysis of household travel time to the brazilian workplace considering the five regions of the country

Por Claudio José Cavalcante Blanco, Patrícia Bittencourt Tavares das Neves e Cláudio Luciano da Rocha Conde

Resenha

- 71** A beleza ordinária da vida
The ordinary beauty of life
Por Ana Paula Alves Ribeiro

Especial

- 74** Processos urbanos emergentes: colagens e justaposições entre arquitetura e paisagem
Emerging urban processes: collages and juxtapositions between architecture and landscape

Por Livia Zanelli de Moraes

Ensaio

- 80** Cidades (in)visíveis
(In)visible cities

Por Alice Saute Leitão, Gabriela Luiza Viana Mendes, Sílvia Cristina dos Reis e Thais de Almeida Gonçalves

ficha técnica

Projeto gráfico e diagramação

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

A ilustração de capa foi feita por **Julia Sant'Anna Gomes de Rezende**. Julia nasceu no alto da montanha, lá em Teresópolis. Desde pequena gosta de desenhar e observar pessoas e lugares. Hoje em dia, é arquiteta urbanista e mestranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Zanza por aí rabiscando nas esquinas e procurando as histórias que o povo conta.

jsg.rezende@gmail.com

capa

Economia popular e solidária no Brasil urbano

as políticas e suas pesquisas

Luciana Corrêa do Lago



INTRODUÇÃO

Buscamos nesse texto¹ examinar as perspectivas políticas, os pressupostos metodológicos e os possíveis desdobramentos de duas pesquisas quantitativas promovidas nos anos 2000 por instituições públicas do país (SENAES² e UFRJ), que tinham como intuito mapear e qualificar um conjunto de práticas que compõem o universo da economia popular no Brasil.³ Ambas as pesquisas foram concebidas segundo os princípios da economia solidária e fomentadas por uma aliança entre setores do poder público e organizações da sociedade civil empenhados em apreender de forma sistemática a realidade dos empreendimentos coletivos de produção, circulação e consumo de bens e serviços, no sentido de fortalecê-los e difundir-los por meio de políticas públicas específicas.⁴ Serão analisados o segundo “Mapeamento da Economia Solidária no Brasil” (2009/2013), realizado pela SENAES, e a pesquisa-ação “A Economia Solidária em Territórios Populares” (2011), desenvolvida pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) da UFRJ, em quatro comunidades no Rio de Janeiro, no âmbito do projeto RIO ECOSOL.⁵ As ações do

RIO ECOSOL englobavam, além da pesquisa participativa sobre as atividades socioprodutivas locais, atividades de formação em economia solidária e a implantação de um banco comunitário.⁶

A primeira motivação foi compreender os pressupostos analíticos dessas duas pesquisas e as escolhas conceituais e metodológicas daí resultantes. Isto serviria de subsídio para a construção do nosso projeto de pesquisa (ver nota 3) sobre economia popular que também se orientava pelos princípios da economia solidária, mas partindo de outra matriz de análise. A unidade básica da nossa investigação não seria o empreendimento econômico popular, mas a unidade doméstica. Essa escolha será esclarecida mais adiante. O objetivo central do presente texto era, portanto, desenvolver uma crítica às duas pesquisas no sentido de suas limitações para desvendar a complexidade da economia popular, ou seja, para desvendar a imbricação entre os empreendimentos populares, solidários ou individuais, e as práticas cotidianas de reprodução das famílias dos trabalhadores. No entanto, à medida que a estrutura da análise e dos questionários e os resultados apresentados iam sendo apreendidos, a motivação inicial foi ganhando novo sentido. Nos deparamos com ricas e inéditas descrições substantivas de um amplo conjunto de práticas econômicas populares que nos levou a refletir e mesmo ampliar as questões que estruturavam o nosso projeto de pesquisa.

Assim sendo, o que será apresentado a seguir é um “diálogo” com os resultados empíricos alcançados pelos levantamentos realizados pela SENAES e pelo SOLTEC, lançando mão de novas perguntas que nos permitam ampliar a compreensão das experiências populares em questão. Fomos armando alguns possíveis desdobramentos que incorporassem ou aprofundassem determinadas temáticas, em especial, a do território e a da vida doméstica. Entendemos que para avançarmos no projeto de uma outra economia é necessária a compreensão da territorialidade das trocas econômicas nas suas diferentes escalas. As unidades domésticas estão enraizadas em

1 Esse texto contou com a importante colaboração da socióloga Irene Mello na definição e produção de toda base analítica.
2 Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e extinta pela Lei 13.844, de maio de 2019, que extinguiu o próprio ministério. A Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, do Ministério da Cidadania, passou a abrigar a SENAES, redefinindo e restringindo sua competência à política de assistência social e à de renda.

3 Esta análise é uma das etapas do processo de construção da metodologia da pesquisa qualitativa “A economia num bairro popular: um método de compreensão das capacidades de trabalho para a ação política”, ora em andamento na metrópole do Rio de Janeiro, no âmbito do INCT/Observatório das Metrópoles, sob a coordenação da autora e dos pesquisadores Irene Mello, Davi Rodrigues, Regina Petrus e Paulo Carvalho.
4 Para Schiochet (2006), “hoje já podemos falar da existência [no Brasil] de um sujeito coletivo, com identidade, interesses e projeto associados aos princípios, conteúdos normativos, práticas e propostas da economia solidária. São trabalhadores, trabalhadoras, comunidades pobres, comunidades de populações tradicionais, grupos da classe média que orientam suas práticas coletivas pela economia solidária. Igualmente, há uma crescente disputa interna (entre os diversos sujeitos) e externa (destes sujeitos com nitros e organizações sociais) quanto ao significado da economia solidária e a posição que cada qual assume nesta disputa. Assim, podemos falar na existência de um movimento social amplo e organizado da economia solidária” (p. vii). Além da SENAES, esse movimento amplo fundou, no mesmo ano de 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

5 Essa pesquisa compunha o projeto Rio Economia Solidária (RIO ECOSOL), projeto de 2011, também promovido pela SENAES em parceria com o Ministério da Justiça (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci), por meio de um convênio com a Secretaria Especial de De-

envolvimento Econômico e Social (SEDES) da Prefeitura do Rio de Janeiro. A escolha das quatro comunidades objetos da pesquisa – Santa Marta, Complexo do Alemão, Complexo de Mangueiras e Conjunto Habitacional Cidade de Deus – seguiu as diretrizes do Pronasci, que priorizava suas ações em comunidades classificadas como territórios da paz.

6 Para alcançar tal objetivo, a SEDES contratou três instituições, cada qual com atribuições específicas: o SOLTEC para realizar a pesquisa do tecido socioprodutivo, o CEDAC para as ações de formação em economia solidária e o Instituto Palmas para a implantação de um banco comunitário na comunidade de Cidade de Deus. Vale destacar a organicidade das instituições envolvidas com a SENAES e suas estratégias de difusão da economia solidária.

seus espaços cotidianos, muitas vezes com poucas conexões extra bairros, e a racionalidade que orienta a economia doméstica se transfere às diferentes formas coletivas de organização do trabalho.

O estímulo a essa perspectiva analítica partiu das formulações, que entendemos como complementares, de Jose Luís Coraggio (2000; 2005; 2009) e de Immanuel Wallerstein e Joan Smith (1992) sobre as limitações do pensamento econômico formal ao abordar as práticas econômicas de reprodução da vida social. Embora as questões formuladas pelos autores nesses trabalhos não estejam num campo de diálogo direto, encontramos uma convergência de princípios analíticos no que se refere às limitações mencionadas. Há em geral nas pesquisas sobre o tema um reducionismo do universo da economia popular às atividades mercantis comumente chamadas de atividades geradoras de renda. Não se reconhece o significado econômico de inúmeras práticas produtivas e reprodutivas nutridas por recursos não monetários. E foi a partir do reconhecimento dessas práticas não monetárias como práticas econômicas que foi desenvolvida a análise das duas pesquisas.

Primeiramente serão expostas as ideias centrais dos autores sobre o tema do trabalho para a reprodução da vida e, em seguida, buscaremos situar as pesquisas SENAES e SOLTEC nos contextos político e econômico a partir do final dos anos 1990, quando a economia popular se tornou objeto privilegiado de políticas públicas. Com esse quadro de referências metodológicas e políticas, passaremos ao diálogo com as duas pesquisas.

O PONTO DE PARTIDA METODOLÓGICO

No livro *Creating and transforming households*, Smith e Wallerstein (1992) desenvolvem uma análise crítica do aumento das disparidades de renda na economia-mundo, relacionando tais disparidades com o trabalho não remunerado e com as formas em que as unidades domésticas⁷ foram construídas. Para tanto, buscaram o significado econômico da unidade doméstica e particularmente do “trabalho doméstico” e de seu lugar na macroeconomia e na composição da renda familiar.

7 A noção de “unidade doméstica” (*household*) é definida como um grupo que assegura, ao longo do tempo, algum nível de reunião de diferentes tipos de “renda” e compartilhamento de recursos para a reprodução da unidade. Normalmente, mas nem sempre, seus membros guardam relação biológica (família) e dividem a mesma residência.

O foco da crítica está na premissa de que as famílias seguem inexoravelmente o caminho da “família moderna”, ou seja, o da família nuclear, com rendimento advindo do salário dos membros adultos. É o que os autores denominam de noção “desenvolvimentista” do padrão familiar. A crítica a essa premissa se sustenta na perspectiva da economia-mundo capitalista como um sistema integrado que produz e reproduz sistematicamente papéis distintos para o núcleo e suas zonas periféricas e, portanto, padrões distintos de famílias. Ao mesmo tempo que ocorre uma tendência de longo prazo à proletarianização mundial e, conseqüentemente, à expansão de uma estrutura doméstica mais dependente do salário (necessária na fase de incorporação de novos territórios ao modo de produção capitalista), os ciclos de estagnação econômica impõem a retração do assalariamento e a ampliação de outras formas de renda por parte das famílias. Nas periferias da economia-mundo, essas outras formas de renda permanecem como condição necessária à reprodução doméstica frente às altas taxas de exploração e baixos salários.

Em síntese, os autores sustentam a tese de que a maioria das unidades domésticas no mundo moderno não pode abrir mão de um conjunto diverso de formas de renda e definem cinco formas principais, seja numa base diária da renda doméstica, seja numa base anual ou multi anual: (i) salário (por tempo, por peça, *full-time*, *part-time*), (ii) venda no mercado (lucro) para consumo imediato ou investimento, (iii) renda (de aluguel de imóvel ou instrumento, aplicação financeira, ações), (iv) transferência estatal ou privada (da família estendida ou super estendida (comunidade, amigos) que exige reciprocidade e (v) “subsistência” (trabalho direto na alimentação, vestuário, habitação etc.). Todos os membros de uma unidade doméstica, na maioria dos casos, participam em atividades de garantia de renda, embora haja certos padrões de correlação de gênero-idade com atividades geradoras de renda.

Essa abordagem fomentou instrumentos metodológicos proveitosos para os objetivos deste texto. Para uma análise sobre disparidades de renda na economia-mundo, a unidade operacional proposta é a “unidade doméstica”, definida não de forma estática, mas como “a unidade social que efetivamente, por longos períodos de tempo, possibilita aos indivíduos, de idades variadas e de ambos os sexos, reunirem rendas de múltiplas fontes, com o objetivo de garantir a reprodução e o bem-estar individual e coletivo de seus membros” (SMITH e WALLERSTEIN, 1992, p. 13). Os processos de agregação de rendas, alocação de tarefas e decisões coletivas que exigem algumas obrigações mútuas foram sintetizados no termo

householding. A própria abrangência da “unidade doméstica” e de sua territorialidade deve ser objeto de estudo, já que se trata de uma instituição criada historicamente. É preciso compreender o próprio processo de delimitação da “unidade doméstica”, particularmente o papel central do Estado nesse processo, por meio das políticas públicas que incidem diretamente sobre as condições de reprodução das famílias e pressupõem critérios de elegibilidade destas.⁸ Trata-se de mútua determinação: as políticas públicas estabelecem critérios definidores das “unidades domésticas”, e estas se transformam ao buscarem se adequar aos critérios de elegibilidade.

Esse mesmo movimento de contraposição à visão hegemônica das práticas econômicas e das categorias que as definem encontramos no pensamento de Coraggio (2000; 2009). Porém, o autor monta uma matriz analítica comprometida com o projeto de uma outra economia. A Economia Social e Solidária é entendida como uma construção programática possível, sustentada na prática concreta enraizada no território. Nessa construção, as práticas econômicas de produção, distribuição, circulação e consumo devem responder, em primeiro lugar, às necessidades e desejos de todos (CORAGGIO, 2009). Em sua matriz analítica,

as economias latino-americanas são economias mistas, conformadas por três subsistemas ou setores com sentidos diversos: o setor de economia empresarial capitalista, orientado pela acumulação privada de capital, o de economia popular, orientado pela reprodução das vidas dos membros das unidades domésticas, grupos e comunidades particulares, e o de economia pública, orientado por uma combinação de necessidades sistêmicas, muitas vezes em contradição: o bem comum [...], a legitimação estratégica de um sistema injusto, a governabilidade que requer o capital para funcionar. (2009, p.10).

O setor da economia popular é definido como a economia dos trabalhadores, em que as unidades domésticas dependem, para se sustentar, do trabalho de seus membros, combinando trabalho para o consumo doméstico, trabalho para produção de bens e serviços para vendas no mercado e trabalho assalariado. Como em Smith & Wallerstein, a abrangência e a natureza da unidade doméstica para Coraggio não está dada *a priori*, podendo abarcar uma ou mais unidades familiares, grupo de amigos, comunidades

étnicas ou cooperativas. O que delimita uma unidade doméstica é o compartilhamento de um orçamento (um fundo de receitas e gastos) para a reprodução de seus membros, reunindo múltiplos processos de agregação de recursos, alocação de tarefas e decisões coletivas que exigem algumas obrigações mútuas. O somatório das diversas capacidades de trabalho dos membros de uma unidade doméstica é denominado por Coraggio como “fundo de trabalho”. As condições de vida dos trabalhadores dependem fundamentalmente do uso que fazem de suas capacidades de trabalho, e esse uso é definido e negociado no âmbito da unidade doméstica. Diversos fatores objetivos e subjetivos incidem sobre essas decisões domésticas, tais como o valor social e a própria autoavaliação de suas capacidades, a composição do conjunto de capacidades numa unidade, o acesso a redes de contatos e a disposição para modificar suas condições de vida de forma coletiva (CORAGGIO, 2000). Essa racionalidade que orienta a economia doméstica “se transfere a uma multiplicidade de formas coletivas de organização do trabalho (cooperativo formal ou informal, comunitário, redes de ajuda mútua etc.)” (CORAGGIO, 2005, p. 4).

A construção de metodologias e indicadores alternativos para a leitura da economia popular é, para Coraggio, uma das estratégias centrais para o desenvolvimento da economia social e solidária. É preciso acionar instrumentos analíticos que tragam à tona as formas de solidariedade presentes nas práticas econômicas cotidianas de reprodução da vida social, sabendo que “a solidariedade não é o comportamento social próprio nem se quer predominante entre as unidades domésticas ou entre as comunidades da economia popular realmente existente” (CORAGGIO, 2009, p.12). A experiência de pesquisa que o autor coordenou nos anos 1980 na Nicarágua sandinista foi a base para o desenvolvimento teórico e metodológico de sua perspectiva de análise da economia popular e solidária. A pesquisa, de caráter qualitativo, tinha como objetivo levantar as estratégias de reprodução das unidades domésticas dos setores populares urbanos em Manágua⁹, e seu pioneirismo no campo da economia urbana estava, entre outros pontos, na abrangência do universo de práticas econômicas investigado. Para apreender as capacidades de trabalho reunidas em cada unidade doméstica e os tempos dedicados a cada trabalho, foram considerados o trabalho de reprodução material (trabalho doméstico para autoconsumo) e intelectual (estudo), o trabalho mercantil doméstico (produção, serviço e

⁸ Como exemplos, podemos citar as políticas de transferência de renda, as políticas de crédito, as políticas habitacionais e todas as demais políticas que garantem subsídios.

⁹ A amostra investigou 42 unidades domésticas de dez bairros populares de Manágua.

comércio), o trabalho mercantil por conta própria e o trabalho mercantil assalariado. As formas de socialização do trabalho, como os coletivos de produção familiar e as relações de ajuda mútua, também foram buscadas. Um dos resultados observados foi que apenas 45% do total do tempo de trabalho médio das unidades domésticas pesquisadas eram utilizados para obter renda (trabalho mercantil). A essa matriz de atividades de trabalho se somou o levantamento dos fluxos de recursos (transferências, consumo, crédito etc.) e das atividades em organizações comunitárias, políticas e religiosas.

Dessa abordagem metodológica desenvolvida por Coraggio, duas ideias fortes estarão presentes no decorrer do presente texto: (i) os empreendimentos populares, sejam individuais, familiares ou solidários, estão enraizados na economia doméstica e, portanto, submetidos de alguma forma às estratégias econômicas definidas no âmbito da unidade doméstica, que darão sustentação aos empreendimentos; (ii) a sustentabilidade econômica dos empreendimentos populares não depende apenas de uma eficiente capacidade de gestão interna, mas, acima de tudo, dos contextos em que estão situados, que incluem as condições materiais e organizativas de seus territórios, na escala local e extra local, e a existência de políticas redistributivas¹⁰ (CORAGGIO, 2005). Com essas ideias em mente, entremos agora no universo das duas pesquisas.

O CONTEXTO DAS DUAS PESQUISAS

Em 1997, depois de mais de uma década de queda do emprego assalariado, o governo federal lançou uma pesquisa domiciliar de âmbito nacional, inédita no país, sobre a “economia informal urbana”, realizada pelo IBGE. Com ela, foi possível obtermos uma visão abrangente de um universo de práticas econômicas, predominantemente populares, que até então estavam restritas a abordagens qualitativas de menor escala territorial. Tratava-se de construir uma base empírica da chamada “economia informal” que subsidiasse e legitimasse as políticas de fomento ao empreendedorismo, tal como a política de microcrédito, em implantação naquele momento. Para isso, considerou-se como unidade de análise o “micro empreendimento” e não o trabalhador individual, muito embora o trabalhador autônomo fosse considerado

10 Políticas redistributivas que garantam a igualdade de acesso aos bens e serviços públicos necessários ao bem-estar de todos os cidadãos e ao desenvolvimento de suas capacidades de trabalho.

um micro empreendimento, assim como o empregador com até cinco empregados. Essa pesquisa foi replicada apenas uma vez, em 2003, ano em que o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder.¹¹

O que é importante resgatar desse período é a construção da política de ressignificação do trabalhador autônomo informal como empreendedor. Tal política foi implantada principalmente por meio das políticas federais de microcrédito e de formação para o empreendedorismo, iniciadas no final dos anos 1990. A ideologia do “auto empreendedor formal com acesso ao crédito”, propagada como resposta ao desemprego, começou a ganhar força nesse período.

É vigoroso o crescimento recente do microcrédito no Brasil. De 30 mil contratos em 1997 e 50 mil em 1998, chega-se a 1999 com 81 mil operações, realizadas por mais de 100 organizações. [...]. Na segunda metade dos anos 1990, o microcrédito incorporou-se à pauta das políticas públicas brasileiras. O BNDES possui recursos e uma equipe especializada na melhoria organizacional e na atribuição de recursos para a expansão do microcrédito. [...] O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem hoje programas voltados à formação de quadros e à melhoria do nível gerencial dos empreendimentos. (ABRAMOVAY, 2001, p.1)

Nessa citação de Abramovay, datada de 2001, encontramos otimismo em relação ao potencial das novas políticas em incluir os trabalhadores até então sem forma jurídica no sistema de crédito. Podemos sintetizar os objetivos desse conjunto de iniciativas nas quatro recomendações de políticas públicas para o setor informal apresentadas por Pochman (2005) com base na pesquisa do IBGE de 2003: a democratização do mercado, a inclusão bancária, a formalização e a universalização dos serviços técnicos. Por democratização do mercado entendia-se a busca por maior isonomia entre as grandes e pequenas empresas para competir no mercado. Para tanto, propunha-se ações em cadeia: criar um sistema de apoio e capacitação para impulsionar a formalização jurídica dos micro empreendimentos, para que estes, em seguida, pudessem ter acesso à rede bancária e consequentemente ao crédito. A simplificação do sistema de tri-

11 Em 1997, o IBGE realizou a pesquisa Economia Informal Urbana, por meio da qual localizou 9,6 milhões de micro empreendimentos nas cidades brasileiras, sendo 7,5 milhões com apenas uma pessoa. O micro empreendimento como unidade de análise englobava os trabalhadores por conta própria e os empregadores com até cinco ocupados (empregados com e sem registro formal e trabalhadores sem remuneração) (POCHMAN, 2005). A pesquisa foi replicada em 2003, alcançando 10,5 milhões de micro empreendimentos.

butação para facilitar o recolhimento dos impostos também foi mais uma iniciativa posta em prática por meio do Simples Nacional¹² a partir de 1996. O acesso ao crédito, portanto, colocaria os micro empreendimentos em condições de maior competitividade com as médias e grandes empresas, já que estas eram impulsionadas pelo crédito financeiro.

Os dados da pesquisa do IBGE de 2003 mostravam que as barreiras para o êxito dessa política eram diversas. Entre 1997 e 2003, o percentual de micro empreendimentos sem formalização havia aumentado de 86% para 88%, e cerca de 72% não buscaram a regularização. A principal explicação para essa baixa adesão à formalização não estava na burocracia ou no custo do processo de registro, mas no projeto econômico dos microempreendedores: em 2003, apenas 37% deles tinham a intenção de aumentar seu negócio. A adesão à formalização e ao crédito pressunha a busca por maior competitividade e rentabilidade, porém os microempreendedores obedeciam a uma outra racionalidade estreitamente ligada às estratégias de reprodução doméstica.

A nova coalizão de poder capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores a partir de 2003 deu continuidade aos programas de estímulo ao empreendedorismo, iniciados nos anos 1990, com avanços na institucionalização de instrumentos de formalização do trabalho e nas formas de crédito. O reconhecimento legal e simbólico do trabalhador autônomo ganhou impulso com a criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI),¹³ em vigor a partir de 2009, e foi acompanhado pela ampliação das ações do SEBRAE nos territórios populares. Porém, vale destacar o crescimento do autoempreendedorismo nesse período não como resposta à crise do emprego, mas como uma nova alternativa socialmente reconhecida de inserção laboral num cenário de retomada do assalariamento formal.¹⁴ Para

os trabalhadores brasileiros, o emprego com carteira assinada permaneceu como a principal forma de reconhecimento social, até porque o cenário da retomada do assalariamento foi fortemente acionado nos discursos oficiais como expressão das expectativas da classe trabalhadora (ROSENFELD e ALMEIDA, 2014).

Foi nesse contexto de ampliação e de reconhecimento de duas formas legais de trabalho e de geração de renda para as classes populares – autoempreendedorismo e assalariamento – que a economia solidária, como uma terceira alternativa de geração de trabalho e renda, tornou-se objeto de política pública em âmbito nacional. Nesse caso, o estímulo à capacidade empreendedora se deslocou do indivíduo para o coletivo de trabalhadores, fossem associações, cooperativas ou grupos informais de trabalhadores. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 2003 com o objetivo de implantar uma política nacional de fomento à economia solidária, ou seja, de fomento às iniciativas econômicas associativas na construção de uma outra economia, sustentada no trabalho cooperativo.

Para Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária durante toda gestão petista, a economia solidária é um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p. 13). Trata-se de práticas e projetos defensivos que ganham corpo com os impactos da crise dos anos 1980 sobre o emprego e que acumulam uma função pedagógica na gestação de um modo de produção socialista. As crises do capitalismo abrem fissuras na crença no assalariamento e no pleno emprego por parte dos trabalhadores. O projeto de economia solidária nasce dessas fissuras e, por se desenvolver nos interstícios do sistema capitalista e por isso integrar com ele, é carregado de contradições.

Uma das estratégias centrais da SENAES para o fomento da economia solidária foi a criação do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), fundamental para que a sociedade brasileira tomasse conhecimento dessa realidade e para que políticas públicas, em suas diferentes escalas, pudessem ser formuladas e implantadas de forma consistente. Dois mapeamentos nacionais e uma pesquisa amostral dos empreendimentos econômicos solidários (EES) foram realizados entre 2005 e 2013, garantindo a base de dados do SIES.¹⁵

do assalariamento.

15 A partir dos anos 2000, houve uma certa sinergia entre alguns países latino-americanos em torno dos mapeamentos nacionais de empreendimentos solidários, tais como Brasil,

12 Sistema único de apuração e arrecadação de tributos para as empresas que foi ampliado em 2006.

13 O MEI, instituído pela Lei Complementar 128/2008, não pode ultrapassar R\$ 81.000,00 de rendimento anual e pode ter no máximo um empregado contratado. A carga fiscal e as exigências burocráticas foram reduzidas para incentivar o pagamento dos impostos, e as vantagens sociais para o autoempreendedor formalizado englobam “a possibilidade de abrir conta bancária, de solicitar financiamentos, de emitir notas fiscais e de contribuir com a Previdência Social para ter direitos, tais como licença-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, seguro em caso de falecimento ou invalidez etc.” (ROSENFELD e ALMEIDA, 2014, p. 257)

14 Nas metrópoles brasileiras, de 2003 a 2014, o percentual de trabalhadores empregados com carteira assinada passou de 40% para 51%, o de trabalhadores empregados sem carteira assinada, de 16% para 9% e o de autônomos, de 20% para 19% (IBGE, 2015). Os vultosos investimentos públicos no setor da construção civil foram estratégicos para a retomada

Uma segunda estratégia foi inserir a economia solidária nas ações programáticas dos diferentes órgãos federais e fomentar a institucionalização de políticas públicas de economia solidária nos estados e municípios.¹⁶ Seguindo essa estratégia, foi firmado, em 2011, o convênio entre a SENAES e a Prefeitura do Rio de Janeiro para o desenvolvimento do projeto RIO ECOSOL. O projeto tinha como principal objetivo desenvolver ações de economia solidária que contribuíssem para o fortalecimento do tecido socioprodutivo local nas comunidades de Santa Marta, Complexo do Alemão, Complexo de Mangueiras e Cidade de Deus. Para alcançar tal objetivo, a SEDES contratou o SOLTEC/UFRJ para realizar a pesquisa sobre economia popular nessas comunidades.

DO MAPEAMENTO NACIONAL À PESQUISA LOCAL: METODOLOGIAS E RESULTADOS

Iniciaremos a análise dos resultados das duas pesquisas apresentando sinteticamente as metodologias desenvolvidas, para, em seguida, começarmos o percurso analítico, estruturado em três temas: (i) a caracterização dos empreendimentos; (ii) suas estratégias territoriais; e (iii) os efeitos do empreendimento na reprodução das famílias envolvidas.

As metodologias

A pesquisa sobre a economia popular nas comunidades do Rio de Janeiro foi um desdobramento do mapeamento nacional dos empreendimentos solidários. Sendo o nosso foco as metodologias utilizadas e os resultados alcançados, temos aqui um percurso interessante para análise, pois esse desdobramento seguiu os preceitos metodológicos da SENAES, porém ampliando o objeto analítico. A pesquisa do SOLTEC nas comunidades cariocas buscou entender o funcionamento e as estratégias de todos os empreendimentos populares, familiares ou não, solidários ou não. Tentaremos mostrar a relevância dessa maior abrangência, tendo em vista a construção de uma metodologia que abarque todas as formas de trabalho do mundo popular, inclusive as formas não mercantis.

Começaremos por alguns esclarecimentos metodológicos sobre o universo dos empreendimentos mapeados por cada uma das pesquisas. Na pesquisa SENAES, esse universo é a expressão da territo-

rialidade do movimento de economia solidária no Brasil e de sua capilaridade.¹⁷ Não se trata, portanto, de uma amostra aleatória ou de um censo dos empreendimentos econômicos solidários (EES), e sim de um levantamento dos empreendimentos cujos agentes são a base de sustentação do movimento de economia solidária ou guardam alguma conexão com este. Foram mapeados, entre 2009 e 2013, 19.708 empreendimentos que agregavam cerca de um milhão e quatrocentos mil associados, cobrindo 53% dos municípios brasileiros.

Um segundo esclarecimento se refere aos critérios definidores de um empreendimento solidário. Para a SENAES, a economia solidária reúne o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizado sob a forma de autogestão (HENRIQUES, 2014). Ou seja, a democracia e a simetria no interior das unidades econômicas são critérios definidores das atividades econômicas solidárias.

Com base nesses preceitos, foram classificadas como EES as organizações com as seguintes características:

- Empreendimentos coletivos suprafamiliares, com ao menos dois sócios/as e de atuação econômica permanente;
- Que adotam a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca etc., cujos participantes realizam coletivamente a gestão das atividades e da alocação dos seus resultados;
- Com ou sem registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.
- Sendo organizações singulares ou complexas.¹⁸ (GAIGER et al., 2014)

Para Eugênia Motta (2010), as formas mais tradicionais de solidariedade comunitária e familiar não foram integradas à economia solidária pelo caráter

Argentina e Uruguai.

16 Tal fomento estimulou, em vários municípios e estados brasileiros, a criação de secretarias, subsecretarias e/ou conselhos de economia solidária.

17 Em 2014, o Fórum Nacional de Economia Solidária abrangia “mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária” (HENRIQUES, 2014, p.67).

18 O segundo mapeamento não contemplou as organizações complexas, tais como centrais de associações e redes.

não econômico dessas relações e por carregarem “em si obrigações e hierarquias que impedem o exercício pleno da democracia” (p. 131). Portanto, unidades familiares e de vizinhança não foram consideradas “empreendimentos econômicos solidários”. Porém, o mapeamento indica um caminho para a ampliação do universo da economia solidária ao levantar a existência de relações entre os empreendimentos solidários e outros tipos de organizações (incluindo as de vizinhança) e as ações comunitárias desenvolvidas pelos próprios empreendimentos.

A distribuição dos EES pelas regiões do Brasil evidencia a territorialidade e a capilaridade do movimento de economia solidária: 41% dos empreendimentos estavam localizados no Nordeste, e os outros 60% estavam distribuídos mais ou menos na mesma proporção entre as demais regiões. A concentração de empreendimentos no Nordeste pode explicar a predominância dos empreendimentos em atividades rurais – 55%¹⁹ – no total do universo mapeado.

O questionário do mapeamento, com 171 perguntas fechadas, foi estruturado em nove seções: (i) a identificação e abrangência do empreendimento; (ii) as características predominantes dos sócios; (iii) as características gerais do empreendimento; (iv) a tipificação e dimensionamento da atividade econômica e a situação do trabalho dos sócios; (v) a situação do trabalho dos não sócios; (vi) investimentos, acesso a créditos e apoios; (vii) gestão do empreendimento; (viii) dimensão sociopolítica e ambiental; e (ix) apreciações subjetivas a respeito do empreendimento. Já o questionário da amostra, com 115 perguntas fechadas,²⁰ foi estruturado em cinco seções: (i) o perfil social e econômico, individual e familiar dos sócios/as do empreendimento; (ii) as fontes de rendimentos e relações entre a unidade familiar e as atividades nos EES; (iii) a participação social e política na economia solidária e em outros espaços; (iv) as mudanças decorrentes da participação na economia solidária; e (v) as percepções sobre a experiência vivida no empreendimento e na economia solidária. Vemos que a dimensão da vida doméstica dos trabalhadores da economia solidária foi incorporada apenas na amostra. Por isso, vamos analisar conjuntamente os resultados das duas pesquisas, concentrando nosso olhar sobre os temas que merecem maior aprofundamento e possíveis desdobramentos.

19 A região Nordeste se destacou pela predominância de empreendimentos rurais: 72% dos EES da região. Nas demais regiões a maioria dos empreendimentos era urbana, sendo o Sudeste a região com maior participação de empreendimentos nessa situação, cerca de 75%.

20 O número de sócios entrevistados por EES era proporcional ao porte do empreendimento. Total de entrevistados: 2895.

O universo da pesquisa do SOLTEC era distinto daquele da SENAES, começando pela própria escala territorial – nacional, num caso, e comunitária, noutro – mas especialmente em relação ao objeto da investigação, ampliado na pesquisa realizada pelo SOLTEC ao englobar todos os empreendimentos populares (EP) nas quatro comunidades, fossem esses solidários ou não. Por não estar circunscrita ao universo dos empreendimentos populares solidários, essa pesquisa nos aproximou mais da diversidade de estratégias econômicas presentes na economia popular. Como o objetivo era não apenas mapear e identificar as atividades produtivas, mas ainda avaliar o grau de “cooperatividade”²¹ existente e as possibilidades do desenvolvimento local²², era fundamental o engajamento dos agentes locais para a apreensão das percepções e intenções dos trabalhadores entrevistados.²³ A cooperatividade podia ser interna ou externa ao empreendimento, porém circunscrita ao espaço socioproductivo local. Foram identificados 940 empreendedores a partir do “reconhecimento do território”²⁴ nas quatro comunidades pesquisadas.

O questionário construído pelo SOLTEC, com 43 perguntas, teve como modelo o mapeamento nacional dos empreendimentos solidários, já apresentado. Sua estrutura é composta de cinco partes: 1. Perfil do(s) proprietário(s) do EP (sexo, escolaridade e idade) e as características gerais do EP (produtos, setor da atividade, forma de organização e de participação da família); 2. Situação de trabalho no EP (tipo de vínculo de trabalho, a forma de remuneração e o valor desta); 3. Gestão do EP; 4. Investi-

21 “Cooperatividade” entendida como “uma forma de promover o desenvolvimento de uma comunidade, sendo resultado da sua capacidade contínua de participação, mobilização, aprendizagem e organização traduzida através da proximidade, da elaboração de projetos, da busca das fontes de financiamento e implementação das soluções” (ALVEAR et al, 2012, p. 19).

22 “Desenvolvimento local” definido como “uma forma de se pensar a atuação no território a partir de seus ativos locais, partindo das competências de seus moradores, valorizando o saber local, e articulando este de forma coletiva e participativa. Com isso, busca-se fortalecer ações já existentes no território, formas de produção e cultura tradicionais. E, através de fóruns e processos de democracia local, procura-se estabelecer um planejamento coletivo para o território, identificando as potencialidades e os recursos locais e as necessidades de articulação externa para atingir os objetivos desejados” (ALVEAR et al., 2012, p. 18-19).

23 A pesquisa utilizou a metodologia participativa da pesquisa-ação. Atores locais foram engajados na elaboração e aplicação das entrevistas, permitindo a abertura dos canais de diálogo com os empreendedores.

24 O reconhecimento foi realizado por meio de identificação visual dos empreendimentos “de rua” e de informações dos atores locais sobre aqueles funcionando dentro das casas de seus donos.

mentos, acesso a crédito e apoios; 5. Dimensão socio-política do EP e do sócio entrevistado (participação em redes/fóruns, ações comunitárias).

Além da pesquisa quantitativa, foram realizados dois outros levantamentos de dados complementares: um levantamento em fontes secundárias sobre cada comunidade e, ainda, entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo, com alguns entrevistados que demonstraram “maior cooperatividade e potencial cooperativo”.²⁵

Empreendimentos populares e empreendimentos solidários: algumas características

Apresentaremos a seguir algumas características dos empreendimentos mapeados pelas duas pesquisas, tais como o porte, a forma de organização, o tipo de atividade, a motivação e a fonte de renda, observando em que medida os empreendimentos solidários se diferenciam dos empreendimentos econômicos populares em geral.

A economia popular é uma economia composta majoritariamente por empreendimentos de pequeno porte, muito embora não tenhamos números precisos para qualificar todo o universo do setor segundo este quesito. Como já visto, a pesquisa nacional do IBGE sobre a economia informal urbana, realizada em 1997, já pré-definia como “informais” os empreendimentos com até cinco empregados, ou seja, o pequeno porte (os “micro empreendimentos”) era um pressuposto e não resultado da pesquisa. Nesse universo dos micro empreendimentos, 76% contavam com apenas um trabalhador. A pesquisa do SOLTEC nas quatro comunidades cariocas não utilizou um recorte prévio com base no porte do empreendimento, mas confirmou a forte predominância de micro empreendimentos no mundo popular. Dos 937 empreendimentos mapeados, 46% eram formados por apenas uma pessoa remunerada e 41%, por duas ou três pessoas remuneradas.²⁶ Evidentemente, esses números reduzem a amplitude e a diversidade do fundo de trabalho dos empreendimentos, ao não contabilizarem os trabalhadores voluntários, com ou sem ajuda de custo.

Se os empreendimentos populares eram em geral de micro ou pequeno porte, essa característica não se confirmou entre os empreendimentos solidários. Cerca de 60% do EES tinham mais de vinte sócios,

chamando atenção o número significativo dos empreendimentos com mais de cem sócios: 2.304, equivalendo a 12% do total, sendo um pouco mais da metade (56%), empreendimentos rurais.²⁷ Os micro empreendimentos com dois ou três sócios equivaliam a 5% do total e eram majoritariamente urbanos (79%).

Entrando no campo mais subjetivo das motivações que levam um trabalhador ou um grupo de trabalhadores a montarem um empreendimento popular, a busca por uma alternativa ao desemprego aparece, no senso comum, como a principal motivação. Neste imaginário, o “emprego com carteira” é o projeto laboral da maioria da classe trabalhadora, mesmo em fases de retração desta forma de trabalho. A pesquisa nas quatro comunidades cariocas, no entanto, mostrou motivações diversas para a abertura de um negócio na favela.²⁸ Para metade dos empreendedores pesquisados (49%), a principal razão foi querer trabalhar por conta própria, ou seja, não ter patrão. Outros 22% buscaram aumentar a renda familiar por meio do empreendimento, restando 20% de empreendedores cujo negócio era uma alternativa ao desemprego.²⁹ Tais motivações são, na prática, complementares e resultantes das situações de trabalho de todos os membros da unidade doméstica à qual o empreendedor pertence. A complexidade dessas motivações e decisões laborais no âmbito doméstico precisa ser levada em conta na formulação das políticas de fomento para esse setor.

Ao examinarmos as motivações dos trabalhadores em empreendimentos solidários vimos que, além das três já citadas que impulsionaram os negócios populares privados nas comunidades, uma quarta motivação se destacou: a aposta num empreendimento associativo como caminho para maiores ganhos.³⁰ Essa aposta, por sua vez, só é possível a partir de alguma aproximação prévia do trabalhador com experiências

27 Encontramos entre os empreendimentos solidários de grande porte mapeados, cooperativas com mais de sete mil sócios, localizadas majoritariamente na região sul do país. São cooperativas de comércio ou serviço, tais como as de crédito rural, de comercialização da produção de agricultores familiares e de administração de obras de construção habitacional também para agricultores familiares.

28 A pesquisa SOLTEC indagou sobre o principal motivo para a criação/participação do/no empreendimento, sendo a resposta espontânea e única.

29 A renda média dos que trabalhavam nos empreendimentos pesquisados era baixa: 49% tiravam até um salário mínimo.

30 A pesquisa SENAES indagou sobre os motivos para a criação/participação do/no empreendimento solidário, sendo a resposta estimulada e múltipla. Sendo assim, o motivo mais citado (49% dos entrevistados) foi “complementação da renda”, seguido por “alternativa ao desemprego” (46%), “maiores ganhos num empreendimento associativo” (43%) e “atividade onde todos são donos” (41%).

25 Não analisaremos estas entrevistas qualitativas por não constarem da publicação com os resultados da pesquisa.

26 Para quantificar o número de pessoas que trabalhavam no empreendimento, a pesquisa considerou apenas os trabalhadores remunerados.

coletivas exitosas (segundo seus parâmetros) e isto vem se dando por meio das ações do movimento de economia solidária.

Um dado relevante para compreendermos essas motivações é que quase metade (48%) dos empreendimentos solidários mapeados não gerava fonte direta de rendimentos para seus sócios, porém gerava condições para esse fim, como a produção da infraestrutura necessária (edifícios, canalização de água etc.). Soma-se a isso o fato de que, entre os 52% de empreendimentos solidários que geravam alguma renda para os sócios, apenas metade gerava a renda principal para o sustento da família. Cerca de 70% dos sócios recebiam alguma remuneração externa ao empreendimento, advinda de aposentadoria, Bolsa Família ou outro trabalho. Ou seja, os empreendimentos coletivos dentro do universo da economia solidária tinham como principais funções criar condições favoráveis para a rentabilidade dos empreendimentos familiares e complementar a renda familiar dos sócios. Os empreendimentos geradores de renda tinham como principais atividades econômicas a produção e comercialização de bens (56,2% do total dos EES)³¹, exclusivamente a comercialização de bens (13,3%) e a prestação de serviço ou trabalho a terceiros (6,6%). Porém, mesmo essas atividades reuniam um número significativo de empreendimentos que não geravam remuneração diretamente para seus sócios: apenas 41% dos empreendimentos de comercialização geravam renda direta, o que significa que a maior parte das iniciativas coletivas nesse setor tinha o objetivo de organizar e fomentar as vendas dos sócios. Entre as atividades não geradoras de renda, destacavam-se o consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios³² (20%), e, com menor significância, a troca de bens e serviços (2,2%) e as atividades de poupança, crédito ou finanças solidárias (1,7%).³³

Já os empreendimentos populares pesquisados pelo SOLTEC apresentavam uma forte concentração em atividades de comercialização³⁴ (50%), seguida por “serviços”³⁵ (22,5%) e “produção ou produção

e comércio”³⁶ (21,3%). A atuação em mais de um ramo de atividade estava presente em cerca de 24% dos empreendimentos, combinando, por exemplo, alimentação + bebidas + roupas, *lan house* + bebidas e cabeleireiro + alimentação.

O resultado das perguntas sobre intenção de compra coletiva, de realização de trocas ou permutas ou de participação em atividades de economia solidária foi, em grande medida, negativo (66,4% não tinham interesse em participar de grupos de compras coletivas e 81,4% não tinham interesse em realizar trocas ou permutas). A compra das matérias-primas era feita de forma individual na quase totalidade (97,2%) dos empreendimentos.

A maioria dos empreendimentos solidários mapeados pela SENAES se organizava como “associação” (60%), e uma menor parte (30%), como “grupo informal”. As cooperativas tinham pouca expressão (9% dos empreendimentos, com exceção da região sul do país, onde esse percentual chegou a 18%), assim como as empresas mercantis (0,6%). A maior ou menor formalização do empreendimento depende, normalmente, das interações com o mercado formal e/ou com instituições públicas que envolvam financiamento.

O que é interessante destacar dos EES é a combinação de estratégias individuais/familiares com as estratégias coletivas, presente em muitos empreendimentos. Esse é o caso dos empreendimentos solidários formados por agricultores familiares.³⁷ Entre eles encontramos diferentes arranjos de atividades realizadas coletivamente, como a produção de alguns produtos específicos e/ou o uso de infraestrutura e/ou a comercialização, entre outros. Como já dito, os arranjos coletivos voltados para a venda ou consumo de bens muitas vezes não tinham o objetivo de gerar renda por meio do trabalho realizado pelos sócios, e sim viabilizar a venda ou compra dos produtos de/para cada sócio. Nesses casos seria importante aprofundar as relações entre o agricultor familiar e o empreendimento solidário em que está envolvido. Em que medida suas atividades num empreendimento supra familiar alteram a divisão do trabalho na família? Quais as condições materiais e culturais das famílias para que destinem uma parte de seu fundo de trabalho num empreendimento solidário? A pesquisa indagou sobre as motivações dos sócios. As mais relevantes foram a alternativa ao desemprego e a complementação da renda. Sabemos que a precariedade das condições materiais das famílias impulsionou as práticas solidárias, porém não sabemos sobre

31 42% do total dos empreendimentos mapeados atuava simultaneamente na produção e comercialização de bens e 14%, apenas na produção.

32 Como o uso coletivo da infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas, casas, fundo de pasto etc.).

33 Fazendo um filtro nos empreendimentos solidários em áreas urbanas, vemos que a concentração nas atividades de produção era maior do que no universo total: 61% dos empreendimentos eram de produção (têxtil, alimentos, artesanatos, roupas etc.) e 18%, de comercialização (comércio varejista de bijuterias e artesanatos).

34 Principalmente comércio de bebidas, produtos alimentícios e bazar.

35 Principalmente salão de beleza, *lan house* e informática.

36 Principalmente roupas, artesanato e alimentação.

37 55% do total de sócios entrevistados na amostra eram agricultores familiares.

o funcionamento dessa economia doméstica precária para que possamos apreender os efeitos das experiências solidárias sobre esse funcionamento e assim nos aproximarmos das barreiras ao desenvolvimento de tais experiências.

Na economia popular das quatro comunidades, apenas 0,5% dos empreendimentos se organizavam como “associação” e 13,1% como “grupo de produção e/ou serviços informais não familiar”. Os empreendimentos eram em primeiro lugar (47,8%) individuais e, em segundo (26,2%), familiares. Além dos empreendimentos propriamente familiares, muitos dos demais contavam com a participação de algum membro da família: 50% do total dos empreendimentos populares tinham algum membro da família trabalhando, no entanto, em apenas 30% destes, o familiar trabalhava regularmente e recebia um pagamento mensal. Em 56% dos casos, o familiar recebia uma ajuda esporádica.

No fundo de trabalho do empreendimento popular foram considerados trabalhadores remunerados familiares e não familiares e ainda trabalhadores não remunerados da família. Não entraram, portanto, trabalhadores não remunerados fora da família, como vizinhos e amigos. Nesse caso, não se levantou um conjunto de fluxos que podem estar relacionados direta ou indiretamente ao empreendimento, tais como empréstimos em dinheiro, produto ou serviço, trabalho de cuidado (remunerado ou não) dos inativos da família, conserto de meios de produção etc.

Estratégia político-territorial: o local, as redes e os movimentos sociais

Os empreendimentos populares e solidários estão fortemente enraizados em seus territórios e por isso estão condicionados aos contextos cultural, político e econômico locais. As políticas de economia solidária devem apreender esses contextos locais no sentido de fomentarem dinâmicas endógenas passíveis de gerar bem-estar coletivo, visando ao alargamento dessa economia em direção às dinâmicas extra locais. Alargamento que se dá por meio das redes econômicas e das ações políticas de articulação e formação. Essa é uma questão-chave no projeto de desenvolvimento da economia popular e solidária como um subsistema econômico.

A inserção de empreendimentos solidários em movimentos sociais expressa a estratégia política dos trabalhadores de participarem da luta mais ampla na esfera pública, visando primeiramente à própria sustentação dos empreendimentos. Mas, em muitos casos, a ação política ultrapassa o interesse estritamente econômico. Nos termos de Coraggio, a “solidariedade utilitarista” voltada para a viabilidade do empreen-

dimento pode se desdobrar na “solidariedade de valores”, pautada pelo princípio do bem comum e pelo alcance social das ações (CORAGGIO, 2009). Ainda estamos longe de um contexto de solidariedade de valores. Vimos que a maioria dos empreendimentos solidários teve como motivação a possibilidade de complementação de renda ou uma alternativa ao desemprego.

O mapeamento mostrou que um pouco mais da metade dos empreendimentos solidários (57%) participava de algum movimento social,³⁸ especialmente de luta pela terra, de agricultura familiar, sindical e popular comunitário, e cerca de 40% estavam envolvidos em alguma rede ou fórum de articulação. Podemos inferir que esses percentuais expressam o conjunto de empreendimentos solidários cujas ações extrapolam o âmbito do empreendimento e, em muitos casos, também a escala local comunitária. Examinando as ações propriamente comunitárias realizadas pelos empreendimentos, vimos que um pouco menos da metade destes (46%) atuava nesse sentido, principalmente nas áreas de meio ambiente, educação, saúde e cultura. A ação do movimento de economia solidária, que agrega um conjunto de movimentos sociais e foi protagonista no mapeamento, pode explicar em certa medida o percentual mais elevado de empreendimentos envolvidos em movimentos sociais, do que em redes e ações comunitárias.

Já a dinâmica econômica nas quatro comunidades do Rio de Janeiro evidenciava o empreendedorismo funcionando de forma plena, em 2011. A ampla maioria dos empreendimentos pesquisados (95%) não participava de qualquer tipo de rede com capacidade de articulação (movimentos sociais, fóruns, ongs, igrejas, conselhos), dentro ou fora da comunidade, e apenas 20% participavam de atividades comunitárias locais. Cabe esclarecer que esses dados não incluem as atividades políticas e comunitárias de todos os membros do empreendimento que, como já visto, contava com forte presença dos familiares. A pesquisa mostrou uma realidade de baixo associativismo nesses territórios, e foi essa leitura que alimentou o projeto RIO ECOSOL, voltado para o desenvolvimento local solidário. Avaliamos que o alargamento da ideia de “rede” nos territórios populares, incorporando as redes de vizinhança e o intenso fluxo de recursos, alargaria também a compreensão da economia local na sua complexidade. As trocas cotidianas de recursos se sustentam na confiança mútua, e é justamente essa confiança a base dos empreendimentos solidários. Sabemos da postura defensiva dos empreendedores individuais frente a estratégias

38 Nesse universo de empreendimentos atuantes em movimentos sociais, cerca de 62% eram empreendimentos rurais.

mais coletivas para seus negócios, por isso precisamos desvendar as condições em que se dão as trocas recíprocas (e, portanto, a confiança mútua) nesses territórios.

Um projeto de desenvolvimento local solidário demanda, ao longo de sua implantação, uma análise atenta sobre a inserção (mesmo que frágil) das comunidades na economia da cidade. A localização da comunidade, seja na área urbana ou rural, na pequena cidade ou na metrópole, no centro urbano ou na periferia, incide diretamente nas possibilidades de desenvolvimento endógeno. Por um lado, o projeto busca promover a intensificação das atividades intra comunitárias de compra e venda de produtos e serviços, introduzindo o banco comunitário, a moeda social e o microcrédito como dispositivos econômicos e pedagógicos de solidariedade. Por outro, as conexões extra locais de financiamento, de comércio, de atividades políticas ou sociais, entre outras, podem fortalecer, ou não, as potencialidades de um desenvolvimento endógeno. Essa relação tensionada entre o endógeno e o exógeno precisa ser incorporada como objeto de investigação.

O Projeto RIO ECOSOL tinha como meta transformar a realidade exposta pela pesquisa, na qual 63% dos empreendimentos levantados compravam sua matéria-prima fora da comunidade e 73% vendiam seus produtos e serviços apenas na comunidade. Ou seja, o dinheiro auferido com a venda local não ficava na comunidade. Uma das propostas do projeto era reter esse dinheiro por meio do banco comunitário e da moeda social. A baixa adesão à moeda social na comunidade de Cidade de Deus evidenciou a importância da localização da comunidade, que nesse caso está inserida numa região de alta concentração de comércio e serviços diversos.

Outra proposta do projeto era intensificar as vendas com a promoção de feiras solidárias dentro e fora das comunidades.³⁹ A pesquisa mostrava que as principais formas de comercialização eram as lojas próprias ou de terceiros ou a entrega direta ao cliente. As feiras eram pouco usadas (menos de 8%). Já no universo dos empreendimentos urbanos solidários do mapeamento SENAES, as principais formas de comercialização eram a entrega direta ao consumidor e as feiras em geral, incluindo as feiras livres, feiras e exposições eventuais e as feiras de economia solidária e/ou de agroecologia. As feiras e redes de comercialização direta são estratégias que permitem que o empreendimento retenha a renda que iria para o agente de comercialização. Trata-se de uma estra-

tégia econômica relevante no sentido de ampliar a renda dos trabalhadores e ainda fortalecer o sentimento de confiança entre estes. Além disso, as feiras e redes cumprem uma função política de adensar “as relações econômicas no interior [da economia solidária] para reduzir as transferências de valor para a economia capitalista” (SCHMIDT, 2018). Podemos inferir também que as feiras podem cumprir um papel relevante na ampliação dos limites territoriais da venda de produtos nas cidades. Entre os empreendimentos urbanos solidários que comercializavam ou trocavam produtos, 79% o faziam no mercado local ou comunitário e 60%, no mercado municipal. A maioria desses empreendimentos atuava nas duas escalas.

Os efeitos do empreendimento na reprodução das famílias

A pluriatividade se mostrou como uma característica dos empreendimentos solidários mapeados, e ela expressa estratégias diversas para garantir o sustento das famílias dos sócios/sócias, sejam como fonte principal da renda familiar, sejam como fonte complementar a outras rendas de trabalho, de aposentadoria ou de programas governamentais.

Observando os resultados da pesquisa amostral com os sócios/sócias dos empreendimentos,⁴⁰ apenas 29% destes tinham o empreendimento como fonte principal de renda, ao passo que para 33% se tratava de uma renda complementar e, ainda, para 34%, sua renda não dependia do empreendimento. Entendemos que as estratégias definidas pelos sócios/sócias estão imbricadas às condições de reprodução das famílias, às rendas e a outros recursos existentes. A renda, principal ou complementar, tem significado distinto segundo o fundo de trabalho doméstico. Seria importante qualificar a ideia de “complemento” da renda frente às práticas econômicas das famílias. A aposta no empreendimento por parte dos sócios/sócias, seu grau de envolvimento, a busca por financiamento e por articulação dependem da função e da importância do empreendimento na reprodução da família, do tempo a ser despendido na complementação da renda, do impacto disso nos trabalhos dos outros membros da família. A pesquisa também levantou as atividades econômicas dos sócios/sócias fora do empreendimento solidário, tais como o trabalho doméstico, a autoprodução, outro trabalho remunerado e o trabalho comunitário, levantamento que poderia ser expandido para os membros da família. Isso nos aproximaria da complexa relação entre a

³⁹ Em 2011, ano da pesquisa SOLTEC, a SEDES criou o Circuito Carioca de Feiras de Economia Solidária, que continua em funcionamento.

⁴⁰ O universo da pesquisa amostral abrangeu 2895 sócios/sócias dos empreendimentos solidários.

economia familiar e a economia solidária.

Outro ponto relevante é sobre o grau de dependência da renda do sócio/sócia por parte dos outros membros da família. Em apenas 30% dos domicílios da amostra o sócio/sócia era o único provedor de recurso monetário na família. Isso confirma a relevância da análise da economia doméstica para avaliarmos as possibilidades de desenvolvimento do empreendimento solidário. A própria ideia de dependência poderia ser ampliada ao incluirmos também os recursos não monetários: quem provê a renda, quem provê as refeições, quem provê o cuidado das crianças etc. Em 55% dos EES a renda das sócias não era a principal para o sustento da família. O mapeamento só considerou as atividades que geravam alguma renda e não todas as atividades. Questão politicamente relevante é se o provedor/provedora do dinheiro se impõe nas decisões domésticas ou não.

Outras pesquisas (ALVES, 2006) já mostraram a forte presença das mulheres à frente de empreendimentos solidários (44% do total de sócios/sócias dos EES do mapeamento), assumindo o papel de provedoras da família. Para elas, a economia solidária não seria um bico frente à falta de um emprego com carteira, como para os homens, mas uma nova possibilidade de sustento da família de forma não subordinada ao marido. Este tema evidencia a relação de poder na família, mais horizontal ou mais vertical, relação essa determinante para ações coletivas democráticas.

O mapeamento levantou as condições para o cuidado dos filhos e demais dependentes da família dos sócios/sócias e expôs a necessidade de se formular políticas de fomento que incorporem mecanismos de reprodução da família, realizadas não apenas por instituições públicas, mas também por empreendimentos associativos comunitários voltados para o cuidado. Cerca de 30% dos empreendimentos com essas necessidades recorriam às relações informais de parentesco ou vizinhança, e cerca de 29%, a escolas ou creches. Os próprios empreendimentos garantiam muito poucos benefícios aos seus sócios, tais como creche,⁴¹ auxílio-transporte, seguro-saúde etc. O levantamento dessa economia popular do cuidado para além dos empreendimentos seria fundamental como subsídio para uma política de fomento a formas coletivas nesse campo.

Outro tema que merece atenção é a relação entre as formas de financiamento do empreendimento e a economia doméstica. Um primeiro fluxo de dinheiro observado nas duas pesquisas aqui tratadas foi aquele direcionado para a criação dos empreendimentos, fluxo esse que nos informa de alguma maneira sobre

41 Apenas 72 empreendimentos solidários tinham creche para os filhos dos sócios/sócias.

o grau de aposta na iniciativa e a disponibilidade de arriscar por parte dos trabalhadores envolvidos. Os recursos dos próprios sócios/sócias foram a principal fonte para a criação dos empreendimentos, tanto no campo solidário (77% dos empreendimentos) quanto no universo das comunidades urbanas⁴² do Rio de Janeiro (86%), o que mostra a interdependência entre a economia doméstica de cada sócio e o projeto econômico coletivo ou individual. Ou seja, a decisão de criar um empreendimento popular, solidário ou não, está condicionada aos recursos e gastos familiares. Nesse sentido, investigar esse processo decisório no âmbito da família e entender as condições materiais e subjetivas que impulsionaram essa decisão familiar pode trazer elementos importantes para a compreensão dos avanços e das fragilidades dos empreendimentos. O mapeamento da SENAES traz um dado relevante para apreendermos essa relação: 50% dos sócios/sócias recebiam transferência de renda. O programa Bolsa Família pode ter ampliado a disponibilidade de membros da família para a busca por complementação da renda, ou mesmo para atividades coletivas não remuneradas que elevam a qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões e informações apresentadas nesse texto foram pensadas como possíveis subsídios para o fortalecimento do campo acadêmico e político da economia solidária e para o aprofundamento e alargamento das abordagens metodológicas e analíticas nele contidas.

Os empreendimentos associativos podem ter como motivação apenas uma solidariedade utilitarista, material, interna aos seus associados ou, somada a esta, uma solidariedade de valores pautada pelo princípio do bem comum, pelo alcance social das ações e pela qualidade do trabalho praticado. Vimos que a maioria dos empreendimentos solidários aqui analisados foi motivada pela possibilidade de complementação de renda ou como alternativa ao desemprego. Porém, a experiência prática do trabalho associado autogestionário é também uma experiência de politização, de tomada de consciência das formas de dominação na sociedade capitalista e das alternativas para a emancipação e para a elevação das condições de vida de todos os trabalhadores e suas famílias. A apreensão desse longo processo pedagógico demanda

42 Examinando separadamente os empreendimentos solidários urbanos do mapeamento da SENAES, vimos que os recursos próprios dos sócios se mantinham como a principal fonte para a criação do empreendimento (72%).

metodologias de pesquisa centradas nas trajetórias de vida dos trabalhadores, especialmente em seus projetos familiares, e não apenas no desempenho dos empreendimentos.

Os empreendimentos populares contêm a comunidade em que estão inseridos, ao mesmo tempo que a transformam no curso de suas ações. A complexidade desse subsistema econômico está na sobreposição de racionalidades distintas e contraditórias de produção e troca de bens e serviços: empreendimentos mercantis embebidos de reciprocidade familiar ou comunitária e empreendimentos solidários autogestionários promovidos por políticas redistributivas exemplificam algumas das sobreposições que dificultam nossa compreensão da dinâmica cotidiana desse conjunto de práticas. Temos pela frente o desafio analítico de trazer à tona essas sobreposições, o que implica observarmos as conexões entre as unidades básicas de reprodução da vida social – as unidades domésticas –, os empreendimentos econômicos em que estão envolvidas e as organizações locais e supralocais, sejam associações, redes ou instituições públicas. São nas contradições das práticas econômicas cotidianas que se encontram as brechas para a construção de uma outra sociedade, solidária e radicalmente democrática.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Microcrédito e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2001. (imeo).
- ALVEAR, C. et alii. **A economia solidária em territórios populares**. Rio de Janeiro: SOLTEC/UFRJ, 2012.
- ALVES, F. Políticas públicas de apoio à economia solidária no Brasil: algumas reflexões à luz da experiência do ABC paulista. In: FRANÇA FILHO et alii (orgs.) **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS Editora; Salvador: EDUFBA, 2006, p. 269-179.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. et alii. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 91-141.
- _____. **Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria**. Trabalho apresentado na mesa “Nuevas formas asociativas para la producción”, no Seminário “De la Universidad pública a la sociedad argentina”. Universidade de Buenos Aires, 2-5 ago. 2005.
- _____. **Territorio y economías alternativas**. Palestra no I Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. La Paz, 2009.
- GAIGER, L.I.; HUYVEN, P.S. **Um retrato nacional da Economia Solidária no Brasil**. VI Encontro Internacional “La Economía de los/as Trabajadores/as”. Buenos Aires/Pigüé, 2017.
- HENRIQUES, F. C. As disputas em torno do conceito de economia solidária: experimentação de uma utopia ou retrocesso na luta dos trabalhadores? **Latitude**, 2014, v. 8, nº 1, p. 63-91.
- IBGE. 2015. **Indicadores IBGE. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho**. 2003 – 2015.
- MOTTA, E. **Trajatórias e transformações no mundo da economia solidária**. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- POCHMAN, M. **Economia do microempreendimento informal no Brasil**. Texto para discussão n. 2. Brasília: SEBRAE, 2005.
- ROSENFELD, C.; Almeida, M. Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. **Política & Trabalho**, out. 2014, n. 41, p. 249-276.
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____. Souza, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 110-30.
- SCHIOCHET, V. Prefácio. In: FRANÇA FILHO et alii (orgs.) **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS Editora; Salvador: EDUFBA, 2006, p. vii-viii.
- SCHMIDT, C. Economia política da economia solidária. **Academia Edu**, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/35652967/Economia_pol%C3%ADtica_da_economia_solid%C3%A1ria>. Acesso em 9 out. 2019.
- SMITH, J.; WALLERSTEIN, I. 1992. Households as an institution of the world-economy” e “Core-periphery and household structures. In: _____. (orgs.) **Creating and transforming households**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. ■

Luciana Corrêa do Lago

é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professora aposentada do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), pesquisadora da

rede nacional Observatório das Metrópoles e professora permanente no Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES)/UFRJ. lulago@observatoriodasmetrolopes.net

Jansen Lemos Faria

Disputa pelo espaço público em Belo Horizonte

a Praça e a Praia da Estação

Resumo

O trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre o evento Praia da Estação, em Belo Horizonte, traçando os contextos políticos, sociais e culturais que o antecederam. O evento materializou pautas em defesa da ocupação democrática dos espaços públicos e da participação na produção do espaço urbano, expondo o dissenso entre o Estado e a população. Procuramos mostrar que ao contexto dos problemas urbanos históricos da metrópole somaram-se as ações neoliberais de gestões municipais dos anos 2000 em diante e, posteriormente, o anúncio da capital mineira como uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o que provocou a intensificação de ações que promoveram o esvaziamento da esfera pública. Tendo em vista o histórico de produção do espaço da metrópole, propomos, ao final, uma análise da Praia da Estação, colocando em debate a amplitude e alcance das manifestações e suas pautas em relação às limitações nos resultados obtidos.

Dissenso

Ativismo urbano

Apropriação do espaço

Neoliberalismo

Abstract

The objective of this work is to present an analysis of the Praia da Estação event in Belo Horizonte, mapping the political, social and cultural contexts that preceded it. The event materialized guidelines in defense of the democratic occupation of public spaces and participation in the production of the urban space, exposing the dissent between the State and the population. We tried to show that in the context of the historical urban problems of the metropolis were added the neoliberal actions of municipal administrations from the years 2000 onwards and, later, the announcement of the capital of Minas Gerais as one of the host cities of the 2014 FIFA World Cup, which provoked the intensification of actions that promoted the emptying of the public sphere. In view of the history of production of the metropolis space, we propose, at the end, an analysis of the Station Beach, putting in debate the breadth and scope of the manifestations and their guidelines in relation to the limitations in the results obtained.

Dissent

Urban activism

Appropriation of space

Neoliberalism

INTRODUÇÃO

O agravamento da privatização da esfera pública, que passa pelas instituições, avança sobre os espaços públicos transformando-os em meras mercadorias, em chamarizes para um público solvável e/ou em instrumentos para a manipulação do comportamento e da opinião pública. O uso da arte e da cultura como formas de requalificação (ou revitalização ou reabilitação) de espaços urbanos tidos como degradados é, neste contexto, cada vez mais comum na produção do espaço e faz parte do conjunto de estratégias apostoladas pelo planejamento urbano atual e recomendado por agências internacionais, conectando a produção do espaço urbano ao capital financeiro.

As metrópoles, contudo, têm problemas outros relacionados aos espaços que não apenas o estético (compreendido pelos governos em sentido difuso) e o modo de gestão neoliberal da máquina pública tem encontrado resistências. Assim, manifestações de ocupação em defesa do espaço público e da sua democratização têm eclodido em todo o mundo e também nas grandes cidades brasileiras. Neste contexto, pode-se debater os processos ocorridos em Belo Horizonte (MG) que culminaram nas manifestações da “Praia da Estação”, realizadas a partir de 2010 pedindo a revogação do decreto que proibia a realização de quaisquer eventos na Praça da Estação.

Localizada na região central da cidade, a praça e seu entorno foram objetos de intervenções urbanas ao longo da década de 2000 visando a melhoria estética, de ambiência e mobilidade urbanas. Com a escolha de Belo Horizonte como uma das cidades-sede da Copa de 2014, vê-se o aumento da preocupação dos governantes acerca da publicização dos problemas e insatisfações urbanas por meio de protestos.

De acordo com o que será exposto no presente trabalho, tem-se aqui a compreensão de que a Praia evidencia o elevado grau ao qual chegou o problema da quantidade, qualidade, localização e falta de democratização de usos dos espaços públicos em uma metrópole nacional. Este evento permite também questionar o papel da chamada classe cultural na exposição de problemas urbanos ou, por outro lado, o seu papel na consolidação de processos de elitização de espaços.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para os debates acerca dos usos e apropriações dos espaços públicos por manifestações e protestos artísticos e políticos, fenômeno de caráter nacional e observado também em outros países. Tendo em vista o contexto brasileiro de evidentes desigualdades socioespaciais, quais são as análises possíveis da Praia da Estação na metrópole mineira?

A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO E RECENTES OBRAS URBANAS

A Praça da Estação, como é conhecida popularmente o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa¹ (Figura 1), localiza-se na região do centro de Belo Horizonte (BH). A praça foi construída junto com a Estação de Trem no mesmo ano de fundação da cidade, em 1897. Era, portanto, a porta de entrada da recém-inaugurada capital mineira. Atualmente, o Conjunto abarca os espaços de duas praças (separadas pela Avenida dos Andradas), o Museu de Artes e Ofícios (MAO), sediado na antiga Estação de Trem (que por anos permaneceu fechada), e a entrada da estação de trem metropolitano, além de outras edificações e monumentos.

A Estação de Trem tinha seu acesso pela rua Aarão Reis. Porém, mesmo com o fechamento da sede da antiga estação, esta rua continuou sendo uma referência no transporte popular, abrigando pontos de ônibus que conectavam o centro às periferias da cidade. Assim, nas últimas décadas do séc. XX as áreas da Praça e entorno contavam com a presença de comércio e serviços voltados às camadas economicamente mais baixas, como vendedores ambulantes, pessoas que ofereciam carreto (frete) e feirantes, além de grande área ocupada por vagas de estacionamento.

O crescimento da cidade e o deslocamento das elites para a região centro-sul concomitante ao abandono de diversas edificações as ligadas à estação ferroviária contribuíram para o gradual aspecto de degradação da área. A região passou a abrigar pessoas em situação de rua e a ser classificada por autoridades, parte da mídia e dos intelectuais locais como espaço inseguro e cuja degradação ameaçava o patrimônio edificado. Esta narrativa estabeleceu-se como base para os pedidos de “revitalização” da praça e seu entorno (RIVERO, 2015, p. 53-54).

Iniciou-se, em 2001, a reforma da sede da antiga estação, bem como a reforma de outras edificações e monumentos integrantes do Conjunto que foram realizadas através de PPP (Parceria público-privada) e doações. Segundo informações do próprio MAO², a instalação do Museu teria “motivado a requalificação” da Praça, com a retomada de projetos debatidos (e não realizados) nas décadas de 1980 e 1990 para a recuperação daquele espaço (HOFFMAN, 2014, p. 544). Em 2003, o então prefeito Fernando Pimen-

1 Patrimônio tombado pelo IEPHA-MG. Decreto nº 27.927/1988.

2 Disponível em: <<http://www.mao.org.br/sobre/>> Acesso: 20 nov. 2017.



Figura 1:
Conjunto da
Praça Rui
Barbosa

Fonte: <<http://www.belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas>> Acesso em: 22 nov. 2017.

tel (2002-2008) assinou um acordo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) para o financiamento do plano de requalificação do Conjunto. No ano seguinte, o projeto foi incluído no programa municipal “Centro Vivo”³, que tinha por objetivo “reabilitar” o hipercentro de Belo Horizonte. A reforma procurou recuperar a imagem da Praça como porta de entrada da cidade.

Tanto a reforma e instalação do Museu quanto grande parte do acervo presente foram doações do Instituto Cultural Flávio Gutierrez e da “colecionadora e empreendedora cultural” Angela Gutierrez. A família Gutierrez tem grande influência em Minas Gerais (seu estado de origem, mas têm negócios por todo o mundo) através de sua principal empresa, a empreiteira Andrade Gutierrez. O Grupo Andrade Gutierrez foi responsável ou participou de obras de grande porte em BH e no Estado, com destaque para o trem metropolitano, a Cidade Administrativa e obras viárias (responsáveis pelo crescimento da empresa nos primeiros anos de operação). Ganhou evidência por participar das reformas de estádios para a Copa do Mundo de 2014⁴.

3 Programa Centro Vivo. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belo-horizonte.pdf> Acesso: 20 nov. 2017.

4 Arenas Maracanã (RJ), Beira-Rio (RS), Mané Garrincha (DF) e Arena Amazônia (AM). Ver mais em: <<http://www.andradegutierrez.com/>> Acesso: 03 nov. 2017.

Em 2004 houve a reinauguração das praças do Conjunto. Com a cidade carente de espaços públicos qualificados, prontamente a Praça da Estação foi tomada por diversos setores da sociedade em eventos culturais, algo que se tornaria cada vez mais constante nos anos seguintes. O Museu foi inaugurado em 2006, um ano antes de serem finalizadas as obras na Avenida dos Andradas, que foi reformulada pela proposta da implantação da Linha Verde, conjunto de obras viárias para facilitar o deslocamento do centro ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Cabe salientar que a implantação da Linha Verde resultou na remoção de centenas de famílias com impasses na remuneração dos afetados (PEREIRA, CAMPOS, p. 50-64, 2009).

Em 2007 o Programa de Requalificação da Área Central de Belo Horizonte foi reformulado e passou a reconhecer o Conjunto da Praça Rui Barbosa como espaço de promoção da arte e cultura, objetivando conectá-lo a equipamentos culturais do entorno, como sedes de companhias de teatro e uma casa de cultura. Concomitante às obras, o comércio informal que antes ocupava a localidade foi deslocado através de instrumentos jurídicos e policiais para “shoppings populares” próximos à Praça, deixando-a exclusiva para a circulação de pedestres.

A priori, as seguidas obras de requalificação urbana realizadas no hipercentro de Belo Horizonte, sobretudo na região do Conjunto Paisagístico e Ar-

quietetônico da Praça Rui Barbosa, podem parecer obedecer à estratégia global da espetacularização de áreas de valor cultural local visando atrair turistas com consequente elitização do espaço. Houve, com a alteração do espaço, uma alteração também no tecido social, bem como do cotidiano da localidade. Contudo, “O Baixo Centro de Belo Horizonte (...) experimenta, nos últimos anos, uma apropriação diferente e renovada, compartilhada com os usos tradicionais da região” (JAYME, TREVISAN, 2012, p. 370). Observa-se que a requalificação, especificamente, não expressa essa estratégia, pois usuários são residentes locais, pessoas em situação de rua, pequenos e médios comerciantes, representantes da classe cultural, usuários dos transportes públicos e clientes tanto dos shoppings populares quanto dos estabelecimentos de lazer e cultura voltados à classe média e alta, além de jovens e estudantes de diferentes graus de escolaridade que frequentam o MAO e outros equipamentos culturais da região (JAYME, TREVISAN, 2012; HOFFMAN, 2014). A população em situação de rua, que geralmente é a mais afetada pelas obras urbanas de reforma, mesmo que aparentemente em menor quantidade e mais afastadas dos espaços de destaque da região, ainda permanece nas proximidades. Ou seja, a ampliação dos perfis de usuários do Baixo Centro não conflitou diretamente com os antigos usuários.

Podemos perceber que houve um conjunto de atos jurídico-políticos que visaram criminalizar, expulsar ou cooptar a classe de trabalhadores informais, moradores de rua e manifestantes que utilizavam (utilizam) a região Centro-Sul. Assim, as reformas urbanas engendradas pela prefeitura na região do Conjunto da Praça Rui Barbosa não são o maior fator no processo de relativa “limpeza” observado, mas sim a utilização de diferentes esferas do poder público que, alinhados, formam uma espécie de dispositivo que pode ser caracterizado como higienista.

Dessa forma, não se pode afirmar que houve gentrificação a partir das obras supracitadas. Consideramos que, sobre a tentativa de “limpeza social” engendrada, cabe mais ser chamada de higienismo, devido ao seu claro objetivo de aperfeiçoamento da imagem da cidade, do que de gentrificação, pois não acarretou em mudanças substanciais das características residenciais e de consumo na região.

Ainda assim, o processo de higienismo não foi tão “perverso” na região da Praça Rui Barbosa quanto em outras metrópoles ou até mesmo em outras regiões de Belo Horizonte, como repressões às ocupações e movimentos populares de luta pelo direito à moradia⁵ que ocorreram concomitante à parte das

obras. Podemos apontar os serviços prestados nas proximidades, bem como a característica do comércio local como fatores de resistência a esse processo. Isso se dá através da própria Estação de Metrô, localizada atrás da Praça, que conflui, inevitavelmente, um grande volume de pessoas, mantendo a Praça movimentada e atraindo o comércio popular (bares, lanchonetes, mercados populares, brechós, etc.). Há também a proximidade com os shoppings populares (com destaque para o Oiapoque), que também pode ser elencado como um fator de permanência de parte da classe trabalhadora que, antes das obras, ocupava seus espaços. Mesmo que o trabalho tenha se deslocado alguns quarteirões, os trabalhadores ainda utilizam dos serviços da região da Praça.

Como nos sugere Harvey (2006, p. 171): “Numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação da aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano”. Dessa forma, apesar da necessidade de maiores estudos sobre o caso específico das reformas urbanas empreendidas na década passada, podemos observar indícios do uso que as elites locais fazem do poder político e econômico que possuem para direcionarem os gastos públicos de acordo com seus interesses.

Os primeiros indícios são os tipos e localizações das principais obras, que obedecem à lógica revelada por Villaça (VILLAÇA, 1985, p. 5-13; VILLAÇA, 2015, p. 31-36) na qual a localização é o produto. Esse indício pode ser observado sobretudo em obras de mobilidade urbana que priorizam a agilidade de deslocamentos dos moradores das regiões ricas da cidade, tais como as ações da Linha Verde. Outra situação na qual podemos observar esse arranjo entre agentes produtores do espaço são as intervenções urbanas de revitalização e ampliação de espaços públicos que melhoram a qualidade de vida nos bairros ricos.

Ou seja, a narrativa de valorização dos espaços de arte e cultura da cidade – que são tendências globais – quando acionadas pelo poder público em um país de capitalismo semiperiférico e de instituições historicamente dominadas por elites econômicas como o Brasil, tende a obedecer à ordem vigente que, no caso, é a de direcionamento desse poder para a manutenção das condições privilegiadas de determinadas classes sociais. Esse é o caso do conjunto de obras e de ações da municipalidade observadas neste trabalho. A produção do espaço urbano mostra-se, portanto, cada vez mais distante de uma democracia

no abandonado. Tornou-se emblemática por sua organização e resistência às ações da prefeitura. Ver mais em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/>> Acesso: 21 nov. 2017.

5 A ocupação Dandara iniciou em abril de 2009 em um terre-

popular ou até mesmo da obediência aos anseios da população (comumente mal interpretados).

Dessa forma, mesmo antes de concluídas as obras supracitadas, surgiram questionamentos com relação ao modo de gestão das obras e da cidade, sobretudo com a chegada de Márcio Lacerda (2009-2016) à prefeitura, quando os conflitos com os movimentos sociais e artísticos aumentam e tornam-se ainda mais evidentes. Das questões levantadas por ativistas políticos, sociais e culturais, podemos destacar: i) o modo de realocação dos vendedores informais; ii) os interesses políticos e econômicos envolvidos nas obras, decorrentes da proximidade entre os agentes dos poderes públicos e os empresários mineiros; iii) a perseguição jurídico-policial aos vendedores ambulantes e pessoas em situação de rua; iv) se houve – e em qual grau – um processo de gentrificação e/ou higienismo e, posteriormente; v) os motivos da proibição de eventos na Praça da Estação.

Assim como o planejado, a Praça da Estação tornou-se, no final dos anos 2000, a porta de entrada e um cartão postal da cidade, ajudando a compor a imagem desejada pelos agentes do poder público. A Praça passou a ser palco de dezenas de eventos artísticos, tanto espontâneos quanto organizados pelo poder público ou em parcerias com empresas privadas. Atividades artísticas ocorriam também nas imediações da Praça, como o Duelo de MC's (ativo desde 2007), realizado embaixo do Viaduto Santa Teresa (marco da cidade que liga o centro comercial a bairros tradicionais e compõe o Conjunto da Praça Rui Barbosa). A região passou a ser considerada, então, como um “corredor cultural” da cidade⁶, tendo a Praça como seu pólo central. Como desejado pela municipalidade, as reformas na Praça da Estação resultaram em uma maior utilização e diversificação de usos.

DISPUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO: A INTRODUÇÃO DO DISSENSO

À época das obras no Conjunto da Praça da Estação e seu entorno, entre 2001 e 2007, a prefeitura buscava promover o turismo local e usar a valorização da cultura como uma narrativa de ação positiva na cidade. Ou seja, o espaço público foi visto mais como expressão física da presença do Estado do que como espaço para a realização da vida pública e do comum, como na interpretação de Lefebvre: “Desde as origens, o Estado se exprime pelo vazio: espaços às escâncaras,

6 Ver mais em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2011/05/>> Acesso: 03 nov. 2017.

enormes avenidas, praças gigantes, abertos aos desfiles espetaculares” (LEFEBVRE, 1999, p. 102).

Todavia, na gestão de Márcio Lacerda, Belo Horizonte havia sido confirmada como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2014 no Brasil e, portanto, a valorização da imagem da cidade passou a ter a importância de atrair um público solvável e investimentos internacionais, colocando BH no mapa do circuito turístico esportivo e cultural internacional. Neste contexto, a municipalidade recrudescu suas ações contra pessoas em situação de rua, comércio informal e movimentos de luta por moradia, pois davam materialidade à parte dos problemas urbanos enfrentados pela população belorizontina e foram vistos, então, como entraves à estética desejada. Ameaças de remoção de comunidades passaram a compor o cotidiano político da metrópole.

Concomitantemente, o prefeito passou a tomar decisões unilaterais que afetaram diretamente a classe artística, como a suspensão do programa Arena Cultura⁷ (criado em 1998) e o anúncio do cancelamento⁸ do tradicional Festival Internacional de Teatro Palco & Rua de Belo Horizonte (FIT-BH). Dessa forma, os eventos artísticos passaram a ser – ainda mais – locais de questionamentos políticos.

Em dezembro de 2009, com a justificativa de que o crescente número de eventos e seus participantes não permitiu à municipalidade garantir a segurança e o conserto dos eventuais casos de “depredação do patrimônio público” na Praça da Estação, o prefeito realizou o ato político-jurídico de proibir “a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação”⁹. O Estado novamente intervém no espaço procurando esvaziá-lo de seu sentido político, antevendo a possibilidade de tomada da Praça por manifestantes e suas reivindicações e ressignificações. Como afirma Magalhães (2015, p.48), “O problema da democracia para este grupo [neoliberais] seria justamente este: como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias”. Reitera-se, assim, o esvaziamento da rua no que a dota de sentido para além da mera circulação (LEFEBVRE, 1971, p. 182).

De caráter autoritário, o decreto n° 13.798 cau-

7 As atividades foram retomadas no final de 2010 e o programa se tornou propaganda política para a reeleição da gestão, em 2012. Ver mais em: <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/em-prol-da-arena-da-cultura-1.226097>> Acesso: 21 nov. 2017.

8 O FIT-BH foi realizado meses depois, após a revisão do cancelamento.

9 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>> Acesso: 03 nov. 2017.

sou imediata repercussão entre os belo-horizontinos, gerando notícias nas mídias e debates em blogs e redes sociais. O blog Vá de Branco¹⁰ convocou para sete de janeiro de 2010 um encontro na Praça da Estação para reunir os descontentes em relação ao decreto e à política municipal.

O chamado atentava para a falta de espaços capazes de receber grandes públicos de forma gratuita e abordava ainda a questão da localização, já que o decreto proibia eventos especificamente naquela praça, deixando de fora praças pertencentes a bairros e regiões mais elitizadas, como a Praça do Papa (local com constantes eventos, como o Festival Internacional I Love Jazz). Além disso, deve-se considerar também que as reformas urbanas realizadas por gestões anteriores previam, exatamente, o uso da Praça como local para apresentações artísticas e encontros de natureza diversa. A ideia da chamada era uma ação de desobediência ao decreto na qual todos vestissem branco e fossem debater e protestar. Cerca de 50 pessoas atenderam ao chamado, dentre eles representantes de coletivos artísticos e culturais:

(...) os presentes deliberaram por constituir um movimento apartidário em prol da cultura belo-horizontina, assim como se discutiu sobre questões e processos vivenciados pela cidade, como, por exemplo, a questão da gentrificação de limpeza social do Centro de Belo Horizonte visando à preparação para a Copa do Mundo de 2014 (OLIVEIRA apud MOTTA, 2014, p. 41).

Podemos observar nesta fala duas questões importantes. Primeiro quanto ao descontentamento dos manifestantes em relação às ações da municipalidade, mesmo antes da proibição de eventos na Praça da Estação, com a dita “gentrificação” e a “limpeza social”. A segunda é a percepção territorial que os manifestantes têm pois, apesar de terem como estopim uma decisão sobre uma praça central, os “processos” descritos são “vivenciados pela cidade”, em sua totalidade. Observa-se que o decreto proibitivo foi uma dentre outras ações da prefeitura que provocou um aumento da sensação de perda de espaços coletivos com potencial cultural e de apropriação por parte da população urbana já espoliada. Este foi o estopim para as manifestações que agregaram diferentes coletivos em um interesse comum: a luta pelo direito de uso do espaço público e, no limite, pelo direito à cidade¹¹.

10 Disponível em: <<http://vadebranco.blogspot.com.br/>> Acesso: 20 nov. 2017.

11 Direito à Cidade compreendido aqui não da forma estritamente

O Vá de Branco serviu para gestar a ideia de mais encontros e deu origem ao blog Praça Livre BH¹². O caráter aberto e plural dos encontros e da lista de e-mails fez surgir diferentes demandas para as futuras manifestações. Foram as listas de e-mails que tornaram “mais visíveis as tensões entre radicalidades e desejos de ação” (MOTTA, 2014, p. 41-42). Inspirados no forte calor que fazia no verão belo-horizontino de janeiro de 2010 e na experiência com outras manifestações culturais em BH, nas quais a temática da praia estava presente¹³, os coletivos optaram por algo que causasse um estranhamento na população, chamando atenção para as pautas propostas. Decidiram criar uma “praia” no centro da capital mineira. Um dos manifestantes afirma, em entrevista ao coletivo Imagina na Copa:

A praça é a nossa praia. A praça é o nosso espaço de convivência, de encontro, de manifestação. Então, é impossível que exista qualquer instrumento jurídico e normativo que impeça o cidadão livre de viver essa experiência que a praça proporciona¹⁴.

Duas questões culturais da população belo-horizontina devem ser contextualizadas. A primeira diz respeito à dimensão cotidiana do decreto, que afetaria a famosa vida boêmia da capital mineira, pois esta demanda ocupação de calçadas e praças com mesas de bar e rodas de música, de modo que o decreto despertou os manifestantes para a importância dos espaços públicos em seu cotidiano¹⁵. A segunda é a relação imaginária dos mineiros com o mar, que pode ser ilustrada na frase de Benedito Valadares, governador do Estado na Era Vargas: “O mar brame e ruge porque não consegue banhar Minas Gerais” (VALADARES apud MOTTA, 2014, p. 19).

A Praia da Estação seria um ato estético-artístico de ativação do imaginário mineiro, de retomada de um cotidiano compartilhado no espaço público e como uma provocação às autoridades municipais, com debates políticos e rodas de conversa, utilizan-

tamente lefebvriana (LEFEBVRE, 2001), mas em sua leitura atual de acesso aos equipamentos, bens e serviços da cidade, bem como à mobilidade e à moradia.

12 Disponível em: <<https://pracialivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/>> Acesso: 20 nov. 2017.

13 Ver mais em: <<http://www.otempo.com.br/pampulha/reportagem/cinco-anos-de-praia-1.971376>> Acesso: 20 nov. 2017.

14 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5354OiTR07E&t=15s>> Acesso em: 20 nov. 2017.

15 Vide o movimento musical mineiro “Clube da Esquina”. Formação de músicos que se encontravam em determinada esquina após noites de shows e conversas em bares e restaurantes da capital.

do-se da infraestrutura oferecida pela Praça após a sua reforma: um sistema de chafarizes e espaço para receber milhares de pessoas. Assim, uma semana após o Vá de Branco, em 16 de janeiro de 2010, chagavam ao centro da cidade dezenas de pessoas vestidas com roupas de banho e portando guarda-sóis, cangas, cadeiras de praia e isopores com bebidas e comidas. Muitos chegavam fantasiados, faziam performances e compunham rodas de conversa sobre arte, cultura e política.

Havia a preocupação sobre como o policiamento local reagiria, tendo em vista a proibição imposta pelo decreto e também o histórico policial de repressão a manifestações políticas. Segundo Nuno Manna em relato ao Blog Praça Livre (meio de divulgação dos primeiros atos da Praia da Estação), a princípio os policiais acompanharam os integrantes tentando dispersá-los em diálogos amparados na lei recém-imposta e chegaram a cercar a praça com fita de isolamento para, posteriormente, desligar os chafarizes. Os “banhistas” advertiram que “um tanto de gente reunida, a rigor, não configurava um evento” e se organizaram para trazer um caminhão-pipa ao evento (artifício utilizado em outras edições da Praia, como pode ser visto na Figura 2), garantindo sua continuidade.

Até que encontraram um raciocínio engenhoso para esvaziar a praia: cadeiras e barracas são mobiliário urbano; se tem mobiliário urbano na praça, é evento; e evento não pode. Mas a resistência se saiu com um contra-argumento não menos esperto: na praça não pode, mas, se o mobiliário não ficasse no chão da praça, não estaria na praça. E lá se foram os manifestantes segurando cadeiras e tendas no ar¹⁶.

Através das situações e contextos acima descritos, fica evidente o embate argumentativo-estético entre o que Rancière (1996) chama de “polícia” e a “política”, sendo a primeira representada aqui pela força policial em si e a segunda pela ação dos manifestantes. A

16 NUNO MANNA, Blog Praça Livre, 06 março de 2012. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/>> Acesso: 20 ago. 2017.



Figura 2: Praia da Estação em 2012.

força policial procurou defender a lógica vigente de distribuição dos corpos nos espaços amparando-se no decreto proibitivo. Os manifestantes, por outro lado, procuraram introduzir um deslocamento semântico através do deslocamento espacial da praia e do seu conjunto de elementos para um local inusitado, tencionando os significados das localidades.

A região central juntamente à centro-sul, apresentam – e não acidentalmente – alto valor da terra e populações majoritariamente de classe média e média alta, respectivamente. Desta forma, ocupar uma das praças do centro ou centro-sul da cidade torna-se ainda mais significativo, pois tem o viés simbólico de “tomada” de um dos espaços que constituem a imagem da capital e amplia o escopo do protesto.

A questão simbólica ganha importância nessas localidades não só pela população que mora nas proximidades e as frequentam, mas também porque há uma construção cotidiana da imagem da cidade a partir dessas localidades por meio da mídia e do poder público, que buscam representar o que é Belo Horizonte em imagens símbolo, em cartões-postais como o da Praça da Estação.

Fica evidente essa construção ideológica da imagem da cidade quando observado o modo de representação das distintas perspectivas sobre o uso do espaço, pois são colocados como antagonistas¹⁷, quais

17 Esse antagonismo é histórico, como mostrado por Elena Rivero (2015). Para ilustrá-lo, podemos citar as manchetes do jornal O Estado de Minas de 18 de junho de 2000 e de 06 de novembro de 2013, respectivamente: “Pacto para salvar a praça”, de Samuel Vargas, e “Corredor cultural para salvar a Praça da Estação”, por Sara Lira. Ambas descrevem uma degradação do espaço com destaque para as pessoas em situação de rua que o ocupam.

sejam: os usuários dos modais de transporte coletivo e do comércio popular do entorno; pessoas em situação de rua; moradores da região; poder Estatal; frequentadores dos eventos artísticos. Assim como Villaça (2012; 2015) descreve sobre a cidade de São Paulo (SP) e seu centro imagético nas mídias hegemônicas: “A realidade é que a classe dominante considera que o centro que for seu (e não o da maioria) será o centro da cidade” (2012, p. 60). A Praça da Estação é, portanto, um espaço em disputa.

Como o evento é divulgado através das redes sociais e do “boca-a-boca”, os grupos que o compõem são de amigos, colegas de estudo ou do trabalho, sobretudo os ligados à “classe cultural”: atores e atrizes, fotógrafas (os), publicitários (as), artistas plásticos (as), arquitetos (as), músicos (as), etc. A presença desta classe foi essencial para a conformação do caráter carnavalesco que do evento. Buscou-se retomar o elemento lúdico, função essencial da cidade e que, segundo Lefebvre (1971), tem sido cada vez mais apartado das ruas e calçadas e posto em espaços determinados.

O evento cresceu e passou a ocorrer quase semanalmente, com grande apelo midiático. A municipalidade não conseguiu impedir que o debate se tornasse uma pressão popular maior e, em maio de 2010, procurou dirimir os efeitos políticos do decreto proibitivo assinando um novo no qual os eventos na Praça da Estação poderiam acontecer, mas mediante o pagamento mínimo de R\$9.600,00 (Decreto Nº 13.961, de 04 maio de 2010). Este novo decreto foi ignorado pelos manifestantes, que continuaram a realizar a Praia da Estação.

Segundo Lefebvre (1999, p. 127), “Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado”, qual seja, a “constituição de uma cotidianidade, lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada”. Cabe observar, então, que o novo decreto foi ignorado pois, a esta altura, a crítica da vida cotidiana introduzida pelos manifestantes já havia transformado as condições de produção do espaço social, promovendo a ruptura da linearidade temporal pretensamente pacificada no espaço da Praça da Estação pelo decreto de 2009. Desse modo, a ruptura se deu por meio do deslocamento semântico proposto e pela potência política transformada em ação pelos manifestantes, que materializaram na Praia um conjunto de insatisfações com relação ao cotidiano politicamente esvaziado dos espaços públicos e o modo de gestão da máquina pública em BH.

A legislação já não era consenso entre a população belorizontina e em 2011 foi decretado, enfim, o que passou a ser chamado de Lei da Praça Livre,

permitindo eventos “de pequeno porte” nos espaços públicos da cidade (Lei Nº 10.277/2011 e Decreto Nº 14.589/2011). No entanto, a Praia chegou a contar com 5 mil pessoas em uma só edição e a prática de ocupação e apropriação dos espaços públicos com finalidades coletivas e festivas retirou do aparato jurídico, mesmo que pontual e momentaneamente, as possibilidades de controle externo ao popular.

Os manifestantes passaram a participar também de outros eventos, dando maior visibilidade aos ocorridos embaixo do viaduto Santa Tereza ou em outras localidades da região, sobretudo aos relacionados ao carnaval de rua. Há, na verdade, sobreposições e entrelaçamentos de representantes dos coletivos e de suas temáticas, todas ligadas à democratização do espaço urbano (direito à moradia, coletivos culturais e políticos), demonstrando que houve uma retroalimentação entre os movimentos e que, apesar de existirem divergências, havia o sentido comum de ocupar os espaços e reivindicar uma cidade passível de apropriação pelas pessoas.

O evento se popularizou, mas as pautas políticas perderam força e o evento foi gradualmente sendo neutralizado. Mostra disso é que a Praia acabou sendo incluída na programação cultural oficial de sites de eventos¹⁸, da grande mídia local¹⁹, e até em blog de moda²⁰. Após as reiteradas falhas em coibir a Praia (MOTTA, 2014), a prefeitura passou a apostar, com certo sucesso, na cooptação das manifestações e das lideranças na elaboração de uma agenda oficial de eventos da cidade. Ou seja, o dissenso introduzido pela Praia foi absorvido e tomado pelo Estado como forma de confirmar e delimitar a territorialidade dessa classe média²¹ e artística. A Praia teve como legado mais visível influenciar a reativação dos espaços públicos para manifestações artístico-culturais como o carnaval de rua, que passou de 20 blocos de rua em 2011 para 350 em 2017 por influência direta da Praia (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Contudo, como afirma Rocha:

É uma relação de classe, totalmente. A Praia é um evento de classe. Não estou falando que isso é ruim, mas é uma evidência. Para mim a questão da Praia tem um recorte de classe a ponto de que

18 Disponível em: <<http://www.guiabh.com.br/programacao/prai-da-estacao>> Acesso: 21 mar. 2017.

19 Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/fotos/cliques-de-fotografo-revelam-musas-da-prai-da-estacao-em-bh-17012015#!/foto/7>> Acesso: 21 mar. 2017.

20 Disponível em: <<http://www.lilianpacce.com.br/moda/modarua/prai-da-estacao/>> Acesso: 21 mar. 2017.

21 Aqui utilizamos no sentido amplo, referindo aos profissionais liberais, intelectuais, funcionários públicos, artistas, pequenos empresários e etc.

ela virou um espaço fetiche da classe média artística de Belo Horizonte, virou uma coisa assim: “como você não conhece a praia?” Era quase: “Como assim você nunca foi ao Inhotim?” (...) as pessoas não conseguiam pensar em nenhum outro tipo de organização ou de ação que não fosse o de fazer a Praia (ROCHA apud MOTTA, 2014, p. 59).

Devido ao alcance midiático e tendo em vista o poder de mobilização do evento, a Praia teve sucesso na revogação do decreto de 2009 e na articulação de outras manifestações e eventos culturais. Contudo, o caráter estético carnavalesco, essencial para a atenção e adesão ao movimento, de certa forma se sobrepôs ao sentido político de ocupar os espaços da cidade. Como relatado por Rocha: “Na lista de e-mails tem uma hora que eu falo: ‘Galera, larga a Praia, deixa o negócio morrer, acabou... Vocês ficam desenterrando o morto. Vamos fazer coisa nova, tem uma cidade inteira para ser ocupada’ ” (ROCHA apud MOTTA, 2014, p. 45-46).

Percebe-se que havia certo apelo na organização do movimento em ampliar as manifestações para além do centro da cidade, onde a infraestrutura urbana é historicamente privilegiada. Contudo, a Praia da Estação se manteve em uma esfera fechada de reivindicações majoritariamente concernentes a uma classe média e artística da cidade. Mesmo quando o evento saiu da Praça da Estação, ele se manteve na região central, ocorrendo na Savassi, um bairro da classe econômica alta. Outro exemplo está na configuração dos blocos carnavalescos de BH:

As pessoas ocuparam as ruas, mas ainda há um questionamento sobre quem está na rua. Porque o carnaval é puxado e feito em sua maioria pela classe média. Então, hoje a gente precisa pensar outras questões: como enegrecer os blocos, como aproximar a periferia da festa, dar voz às minorias²².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do conflito exposto pela Praia da Estação, podemos identificar que a arte e cultura são usadas de duas maneiras distintas, de acordo com as características político-ideológicas de cada lado da disputa: como base para a narrativa oficial dos gestores públicos para justificarem as obras de requalificação do espaço urbano central; ou como forma dos manifestantes chamarem a atenção da imprensa e população

em geral, visando uma pressão popular que pudesse reverter o processo de higienismo (de relativo insucesso) e esvaziamento político dos espaços públicos.

Seguindo as críticas de Rocha supracitadas e observando-se as reações midiáticas e populares na cidade, podemos inferir, ainda, que um fator de ampliação do alcance do evento em sua exposição midiática foi o perfil de classe dos agentes envolvidos (classe média e classe cultural). Tanto a localização quanto os participantes e mesmo grande parte dos consumidores das mídias que reportaram o movimento são de classe média que, em outras palavras, tem o “poder” de ser ouvida. Podemos questionar, como reflexão, se a exposição do evento com a disputa pelo espaço engendrada pela classe média, quando desvinculou-se de seu escopo político maior, não é responsável, guardadas as proporções, pela falta de espaço (em diferentes âmbitos) para o debate dos problemas urbanos das classes mais pobres, como os despejos ocorridos por ocasião das obras viárias e da Copa, a restrita mobilidade urbana ou a espoliação urbana²³ pela qual passa diariamente a maior parte da população belorizontina.

Portanto, cabe-nos perguntar qual é a contribuição de um movimento da classe média “cultural” que deseja ser político sem se aprofundar nas questões políticas sistêmicas? A resposta passa, possivelmente, pela consideração de que a Praia conseguiu fazer emergir conflitos escondidos sob a névoa aparentemente pacífica da produção do espaço urbano. A Praia tencionou, por meio de um movimento político-artístico o olhar do cidadão para a forma de produção do espaço e para a cotidianidade (na compreensão lefebvriana supracitada) imposta por uma sociedade marcada pela funcionalização dos espaços e da vida, o que dificulta a apropriação dos espaços e a efetiva participação popular. Se, como observa Lefebvre (2001, p. 128), “O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana”, a Praia foi um importante movimento na busca por essa restituição.

A Praia não discutiu o capitalismo ou a sua face/fase do neodesenvolvimentismo brasileiro, no contexto dos governos petistas de 2003 a 2016 (ALVES, 2017). O movimento debateu, utilizando-se da arte como ferramenta de sensibilização, algo mais próximo da realidade das populações urbanas: o comum, aquilo que está presente no cotidiano e que deve ser visto como ligado ao estabelecimento de sociabilidades. Os desdobramentos da Praia da Estação em debates e movimentos questionadores dos problemas urbanos e culturais mais amplos são externalidades que, contudo, não devem ser vistas como desvincilhadas da narrativa original do movimento, da colocação de um ponto de dissenso.

²² Di Souza, maestro do bloco Então Brilha (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

O ativismo urbano artístico mostrou, pela Praia, seu poder de movimentação e de exposição de problemas. Ocupou e abriu espaços para os debates acerca dos usos da cidade. Ainda que não permanentemente, subverteu a lógica cotidiana (da cotidianidade) e abriu rachaduras do possível, pela lógica lefebvriana (LEFEBVRE, 1999), permitindo a efetiva apropriação de um espaço público que sofreu uma tentativa verticalizada de controle e esvaziamento. Observando-se o contexto atual das metrópoles brasileiras, ações como a Praia devem ser valorizadas pois buscam tirar da sombra a lógica empresarial de gestão do Estado nas políticas urbanas. Fazem lançarmos o olhar sobre o cotidiano e a função primordial do espaço público como local de constante conflito, encontros e trocas. Fazem estabelecer, portanto, a cidade em seu potencial agregador e de afirmação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Ocupação do espaço público levou ao ressurgimento do carnaval de BH.** O Tempo, 11 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/ocupação-do-espaço-público-levou-ao-ressurgimento-do-carnaval-de-bh-1.1434678>> Acesso em: 07 nov. 2017.
- ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil.** Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>> Acesso: 07 nov. 2017
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.
- HOFFMAN, Felipe E. **Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte.** Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 537-563, nov 2014.
- JAYME, J. G.; TREVISAN, E. **Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte.** *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.12 n.2, 2012
- LEFEBVRE, Henri; GAVIRIA, Mario (Org). **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Península, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MAGALHÃES, Felipe N. C. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea.** Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MOTTA, Thálita. **Praia da Estação: carnavalização e performatividade.** Dissertação (mestrado em Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- PEREIRA, D; CAMPOS, L. A. **A Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte: projeto de modernidade e empreendimentos.** *Revista Geografias*, v. 5, n. 2, p. 50-64, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso.** In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996.
- RIVERO, Elena L. **Um espaço, várias praças: Conflitos e disputas em torno da Praça da Estação.** Dissertação (mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- VILLAÇA, Flávio. **A terra como capital (ou a terra-localização).** *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano v, nº 16, p. 5-13, 1985.
- _____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012, p 43-71.
- _____. **O território e a dominação social.** *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, nº 24, p. 31-36, 2015. ■

Jansen Lemos Faria é arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Viçosa, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente é arquiteto na J+T Projetos e trabalha com projetos arquitetônicos para o reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo em Mariana-MG.
jansenfaria@gmail.com

Amanda Cabette
Tânia Strohaecker

A configuração socioespacial do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul

fluxos migratórios e urbanização difusa

Resumo

O estudo objetiva analisar a configuração socioespacial dos municípios no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, através do estudo da articulação entre a dinâmica demográfica e a produção imobiliária. A região de estudo compreende os vinte municípios da Aglomeração Urbana do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. A partir da década de 1990, as emancipações de alguns municípios do Litoral Norte do estado induziram os fluxos migratórios. Identificando os fluxos migratórios juntamente com o processo de urbanização, conseguiremos entender a configuração da região estudada.

Dinâmica demográfica

Litoral Norte

Urbanização

Abstract

The study aims to analyze the socio-spatial configuration of the municipalities in the North Coast of the state of Rio Grande do Sul, through the study of the articulation between demographic dynamics and real estate production. The study area comprises the twenty municipalities of the Urban Agglomeration of the Northern Coast of the State of Rio Grande do Sul. Since the 1990s, the emancipations of some municipalities in the State's North Coast have induced migratory flows. Identifying migratory flows along with the urbanization process, we will be able to understand the configuration of the studied region.

Demographic dynamics

North Coast

Urbanization

Os ambientes costeiros sempre foram áreas atrativas para a ocupação humana. A primeira etapa de desenvolvimento das áreas litorâneas foi caracterizada por atividades voltadas para a extração dos recursos naturais existentes para a produção agrícola voltada à subsistência. Nesta perspectiva, os ambientes costeiros podem ser caracterizados como espaços estratégicos por apresentarem uma localização privilegiada. A interface com o ambiente marinho propicia uma série de atividades: a circulação marítima, a ocupação industrial, a exploração turística.

Na era industrial, a ocupação territorial litorânea destacou-se pela necessidade da criação de sistemas portuários para o escoamento da produção e de grandes investimentos em obras de infraestrutura urbana que permitissem a integração dos núcleos econômicos. Logo, a implantação de terminais marítimos e complexos portuários favoreceu o crescimento e o desenvolvimento urbano, tornando-os áreas atrativas para o aumento do contingente populacional, em busca de trabalho e qualidade de vida.

Ainda no século XX, as áreas litorâneas foram valorizadas como espaços de lazer e turismo, impulsionando a implantação do mercado imobiliário para fins de segunda residência e para estratos da classe média em áreas menos valorizadas paisagisticamente. Em contrapartida, condomínios horizontais e/ou verticais para fins residenciais e complexos hoteleiros são implementados em áreas privilegiadas (STROHAECKER, 2007). Nesta perspectiva, a ocupação territorial parece caracterizar-se pela urbanização difusa, associada à heterogeneidade local, ampliando as desigualdades na produção do espaço urbano.

Conforme Ferreira (2015), as praias foram recebendo infraestrutura e a ocupação destes espaços foi dinamizada pelo incremento do capital imobiliário e a venda da paisagem litorânea. Foram construídas habitações próximas à orla marítima a partir da segmentação social, os espaços litorâneos foram transformados em mosaicos sociais a partir do poder aquisitivo das populações.

A ocupação das áreas litorâneas, na porção meridional brasileira, inicia-se a partir do século XVIII com a colonização açoriana e portuguesa, atrelada às migrações forçadas do continente africano e, nos séculos seguintes, com a imigração alemã, italiana, polonesa e outras etnias. A partir do século XX, a ocupação foi intensificada, gerando um maior crescimento econômico e demográfico (STROHAECKER, 2007).

Na década de 1950, a população do Litoral Norte era predominantemente rural com um percentual de 75% da população vivendo nas áreas rurais, seguin-

do a tendência de todo o Rio Grande do Sul. Na década de 1960 a população do Litoral Norte passa por um leve crescimento nas áreas urbanas, mas não o suficiente para acompanhar a tendência do estado (ESPÍNOLA, 2013).

As emancipações desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da região, tendo em vista os investimentos no setor rodoviário, no setor imobiliário, e as melhorias na infraestrutura. Os investimentos públicos em rodovias na década de 1970 (BR-290, no trecho entre Porto Alegre e Osório, BR-101, no trecho entre Osório e Torres) impulsionaram o crescimento urbano e populacional da região. Na década de 1980, a população não natural dos municípios do Litoral Norte praticamente dobrou em relação à década anterior. Este crescimento foi consequência de significativos fluxos migratórios (STROHAECKER, 2007).

Nos últimos três períodos intercensitários (1991-2000-2010), a tendência de crescimento da população não natural da região do Litoral Norte continuou prevalecendo (Tabela 01). Os dados sobre a taxa de migração serão mais bem detalhados ao longo da pesquisa identificando funções polarizadoras ligadas aos serviços e ao comércio, indicando alterações no perfil dos municípios do Litoral Norte, ou seja, a dinâmica local passa a atrair cada vez mais população permanente e também população flutuante e sazonal.

Nesse sentido, este trabalho visa reunir parâmetros para a análise da configuração socioespacial dos municípios no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, através do estudo da articulação entre a dinâmica demográfica e a produção imobiliária.

A região de estudo compreende os vinte municípios da Aglomeração Urbana do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), são eles: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Logo, a pesquisa terá como abordagem a análise da dinâmica demográfica, juntamente com o entendimento da organização socioespacial dos municípios litorâneos.

Os municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul vêm se destacando por apresentarem as maiores taxas de crescimento demográfico, em termos relativos, dentre todas as regiões do estado, conforme revelaram os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Ao compararmos os dados dos últimos Censos, denota-se o crescimento populacional do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. No Censo de 2000, a região de estudo apresentou uma taxa de crescimento

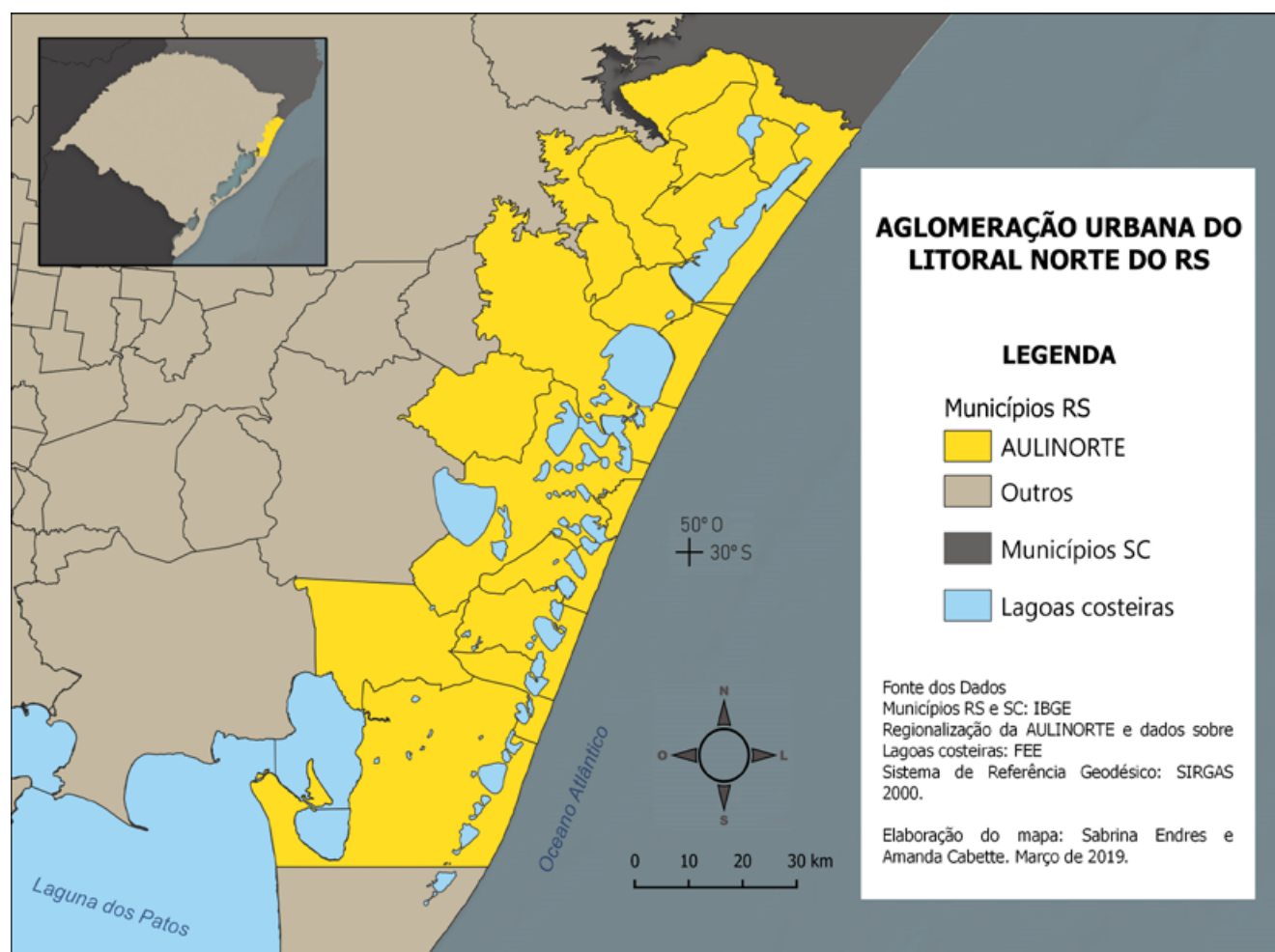


Figura 1:
Localização da
Aglomeração
Urbana do
Litoral Norte do
estado do Rio
Grande do Sul
(AULINORTE).

de 2,84% ao ano, superior a do estado (1,23%). No último Censo (2010), o Litoral Norte ainda permaneceu como a região de maior crescimento populacional, em termos relativos, do Rio Grande do Sul, com taxa de crescimento de 2,11%, superior à média nacional (1,17%) e à do estado (0,49%) (IBGE, 2010). O elevado crescimento populacional ocorre principalmente por influência de movimentos migratórios. Desta forma cresce também a demanda por serviços e infraestrutura, além da tendência de descaracterização do território, sua cultura e seu marco identitário (Tabela 1).

Na década de 1990, as taxas de migração do Litoral Norte já se encontravam acima da taxa estadual, comprovando o crescimento demográfico da região a partir da intensificação dos processos emancipacionistas. Destacam-se neste cenário profundas alterações devido a grandes investimentos imobiliários acompanhados por uma expansão das atividades do setor de serviços e comércio (STROHAECKER, 2007).

Em 2004, ocorreu a institucionalização da Aglomeração Urbana do Litoral Norte, através da Lei

Complementar n° 12.100, de 27 de maio de 2004. O conceito de aglomeração urbana está bastante vinculado ao processo de conurbação, retratando as formações urbanas relativamente extensas, que abrangem mais de um município. Entre os anos 2000 e 2006, a Aglomeração Urbana do Litoral Norte apresentou o maior incremento de urbanização do estado, passando de 79,39% para 82,83% (MAMMARELLA, 2008).

No último período intercensitário (2000-2010), a tendência de crescimento dos fluxos migratórios continuou prevalecendo, atraindo um contingente populacional de baixa escolaridade, para trabalhar nos setores da construção civil, do comércio e dos serviços. Concomitantemente, de acordo com dados do Censo de 2010, observa-se o aumento do contingente idoso (sessenta anos ou mais) nos municípios do Litoral Norte.

O crescimento populacional no Litoral Norte está associado também à proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre, portanto, configura-se uma urbanização de extensão metropolitana, que favorece a fixação de residência em local próximo à

Municípios	População 1991	População 2000	População 2010
Arroio do Sal	3.031	5.273	7.740
*Balneário Pinhal	--	7.452	10.856
Capão da Canoa	24.755	30.498	42.040
*Capivari do Sul	--	3.107	3.890
*Caraá	--	6.403	7.312
Cidreira	8.967	8.882	12.668
*Dom Pedro de Alcânta	--	2.636	2.550
Imbé	7.352	12.242	17.670
*Itati	--	--	2.584
*Mampituba	--	3.106	3.003
*Maquiné	--	7.304	6.905
*Morrinhos do Sul	--	3.533	3.182
Mostardas	9.089	11.658	12.124
Osório	36.857	36.131	40.906
Palmares do Sul	11.248	10.854	10.969
Terra de Areia	10.407	11.453	9.878
Torres	37.474	30.880	34.656
Tramandaí	20.130	31.040	41.585
Três Cachoeiras	7.999	9.523	10.217
*Três Forquilhas	--	3.239	2.914
*Xangri-Lá	--	8.197	12.434
AULINORTE	177.309	243.411	296.083
Rio Grande do Sul	9.138.67	10.187.79	10.693.92

FONTE: IBGE. Censo 1991, 2000 e 2010.

Tabela 1:
População
total do Litoral
Norte do RS por
município em
1991, 2000
e 2010.

* Municípios emancipados cujos dados na operação censitária anterior estavam agregados ao município de origem.

capital. A conformação da Aglomeração Urbana do Litoral Norte reúne características próprias, onde rural e urbano não são conceitos aplicados a priori. Nesta perspectiva, a classificação da área de estudo depende da conjuntura que a conforma: processos de estruturação urbana dominantes no seu crescimento se mantiveram (marcados temporalmente), e, a partir desta expansão e fragmentação, pode ser caracterizada, a priori, como uma área periurbana fragmentada.

De acordo com Strohaecker (2007), os municípios da Aglomeração Urbana do Litoral Norte que apresentam maior grau de urbanização e maiores taxas de crescimento demográfico estão, em sua maioria, localizados junto à orla marítima, enquanto os demais conformam as áreas do setor lacustre e encosta do planalto, onde predominam populações vinculadas às atividades econômicas do setor primário.

As emancipações ocorridas na região nas últimas duas décadas induziram o crescimento dos fluxos migratórios para as cidades litorâneas, ampliando a demanda por bens e serviços. Por outro lado, o setor imobiliário de grande porte tem investido na região em loteamentos e condomínios horizontais para um mercado de média e alta renda, para fins de lazer e recreação durante todo o ano (Figura 2).

Com o crescimento populacional, a AULINORTE se tornou foco de iniciativas de empreendedorismo, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte não especializado. Nos últimos anos, grandes empresas de caráter regional também têm se estabelecido nos polos de centralidade de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí (Figura 2).

Pode-se considerar que a região do Litoral Norte apresentou nas últimas cinco décadas transformações

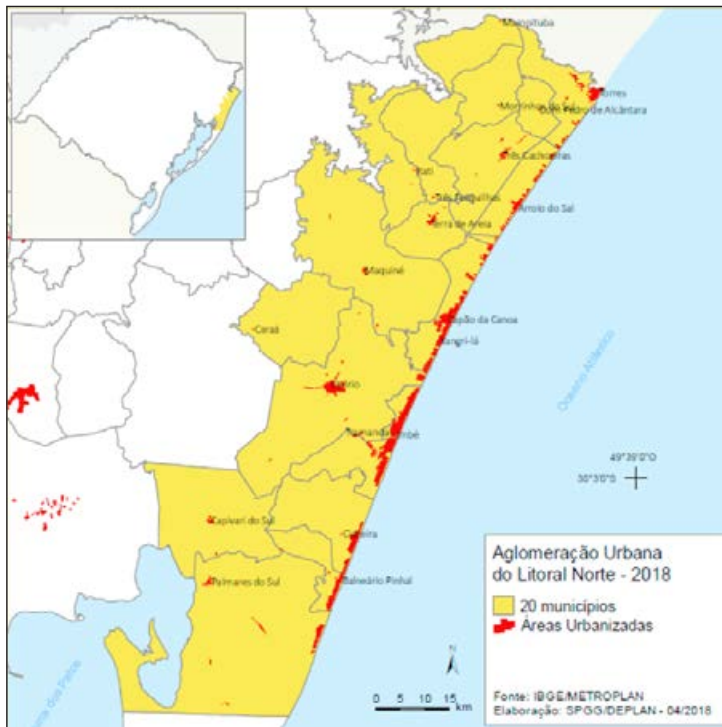


Figura 2:
Áreas urbanizadas da Aglomeração Urbana do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul (AULINORTE).

relevantes em sua dinâmica territorial determinada principalmente pelos seguintes vetores: a urbanização, os fluxos migratórios, os processos emancipatórios, investimentos públicos e/ou privados e o turismo sazonal.

Outro aspecto em relação ao aumento populacional no Litoral Norte gaúcho é a migração de idosos. Esta tendência tem reflexo no crescente movimento de idosos para municípios balneários em busca de qualidade de vida. Jardim e Barcelos (2011) também mencionam a crescente migração de aposentados para o litoral do Rio Grande do Sul, tendo em vista o aumento no número de responsáveis pelos domicílios desta faixa etária na região.

Neste sentido, analisando-se os períodos censitários, fica ainda mais evidente, uma vez que nestas três últimas décadas comparadas (1991 a 2010) o aumento de idosos no RS foi de 111%. Nos municípios do Litoral Norte o percentual foi de 252%, mais do que o dobro do estado e duas vezes e meia maior do que o do Brasil, onde se atingiu 100% de crescimento de idosos de 1991 a 2010 (IBGE, 2010).

O processo migratório em direção aos municípios do Litoral Norte traz um contingente populacional que não é absorvido apenas pela indústria regional e pelo setor de serviços, mas também pelo mercado informal. Pois cada município integrante do Litoral Norte gaúcho possui uma dinâmica econômica própria, com funcionalidades urbanas específicas, adequando-se às necessidades de um padrão de ocupação que privilegia o uso sazonal.

Existe, ainda, a presença de um contingente po-

pulacional fixo, muitas vezes de baixa renda que migra para o litoral em busca de maiores oportunidades durante a temporada de veraneio e no decorrer do ano sobrevive precariamente de pequenos serviços, construção civil, vigilância e manutenção de propriedades, limpeza de terrenos e jardins, comércio informal e outros (STROHAECKER, 2007).

Neste sentido, a oferta de emprego em postos de trabalhos não qualificados caracteriza-se como a principal desencadeadora destes processos migratórios. Espínola (2013) destaca o Litoral Norte como uma região acolhedora de população e investimentos, principalmente no decênio 2000-2010, cujo crescimento de empregos formais foi de 72,4%, o mais elevado entre todas as regiões do estado.

Outro fator a ser investigado são as migrações sazonais, as expansões das segundas residências analisadas nos últimos períodos censitários representam um fenômeno recorrente e em contínua expansão. Reordenando os territórios e induzindo novos processos de urbanização, que chamaremos de urbanização difusa (HIERNAUX-NICOLAS, 2005).

O termo cidade “COM-FUSA” apresenta a formação contemporânea da estrutura urbana, em um processo que associa, simultaneamente, as formas compactas e difusas. Pedro Abramo (2001) afirma que o mercado é a principal força do mecanismo de hegemonia da coordenação das decisões do uso do solo. Nesta lógica capitalista, os mercados formal e informal são retroalimentados em um movimento progressivo de produção e potencialização.

A dispersão dos tecidos urbanos tem sido afetada pela sociedade global, na qual a mundialização econômica dita as regras socioespaciais e socioeconômicas (SPOSITO, 2009). Essa produção urbana dispersa tem como uma das consequências a mescla entre os espaços que poderiam ser considerados rurais e urbanos, destacando-se ainda, as novas espacialidades urbanas: localizações privilegiadas gerando densidades demográficas distintas.

A densidade demográfica acaba sendo um resultado da promoção imobiliária por diferentes agentes, na figura de loteadores e/ou incorporadores, assim como o preço reduzido de alguns loteamentos em áreas periféricas ou no início da ocupação. Este processo de rarefação do solo é incrementado pela não contiguidade de ações de parcelamento do solo, deixando, assim, os vazios urbanos nessas áreas.

As novas urbanizações pautadas na valorização e/ou venda da paisagem urbana, a implantação de condomínios horizontais, associadas ao aumento da prática de loteamentos impõem a configuração dispersa e fragmentada do solo urbano, áreas centrais e áreas periféricas.

Até a década de 1980, as áreas urbanas mais afas-

tadas eram chamadas de franjas urbanas, configuradas como destino das populações mais pobres, que sem condições financeiras se viam obrigadas a morar longe das áreas centrais, espaços com falta/ausência de importantes equipamentos públicos, configurados como espaços rugosos e opacos (SANTOS, 2001).

Atualmente, o mercado imobiliário usa mecanismos distintos para a valorização das áreas urbanas, pautados na localização e na venda da paisagem, através de realização de aspirações de qualidade de vida que a deterioração do ambiente urbano dificilmente permite, além da fuga das situações de contatos sociais relacionados à sensação de insegurança.

A urbanização no Litoral Norte gaúcho obedece à lógica de uma urbanização difusa, ou seja, é resultado das transformações ocorridas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, período chamado de acumulação flexível ou período pós-fordista. Os meios de comunicação e o uso do automóvel propagaram-se como novas formas de mobilidade, permitindo o crescimento de centros urbanos menores dos municípios compreendidos em um sistema territorial denominado por Sposito (2011) de região urbana.

Destacam-se a ação do mercado imobiliário, os altos índices de construção civil e os grandes investimentos imobiliários que colaboraram também para as profundas transformações do espaço urbano dos municípios desta região. Percebe-se que o alto índice do crescimento urbano nas últimas décadas, juntamente com a atuação do mercado imobiliário, apresenta-se como um vetor importante para a análise socioespacial dos municípios do Litoral Norte.

Nessa perspectiva, a análise da configuração socioespacial da região de estudo, juntamente com a dinâmica demográfica, revela um retrato real da sociedade. Os agentes imobiliários investem em determinado espaço geográfico, provendo a forte densificação e verticalização de determinadas áreas urbanas. Os promotores imobiliários configuram-se como um agente transformador dos espaços litorâneos, provendo a expansão territorial e alteração do uso do solo.

A dinâmica do mercado imobiliário, ao mesmo tempo que contribui para o adensamento populacional, acaba também expulsando concentrações de pessoas de baixa renda para outras áreas mais distantes das centralidades (STROHAECKER, 2007). Os condomínios horizontais e/ou verticais para fins residenciais estabeleceram um padrão de elitização dos espaços centrais, promovendo aumento no número de domicílios e deslocamento populacional, uma vez que expulsam para regiões periféricas trabalhadores de baixa renda.

Nessa perspectiva, a região de estudo passa por profundas transformações que irão traduzir-se em

um processo de descentralização nas localizações. Para Deschamps (2007), as aglomerações populacionais nas regiões litorâneas diferem nesse quesito, conferindo-lhes um caráter segregador com funcionalidade urbana que privilegia o uso sazonal. Sendo o fator da migração a razão do crescimento demográfico na região, destaca-se a expansão do comércio e da construção civil.

Logo, a valorização das áreas litorâneas para fins de lazer e turismo potencializa a especialização dos municípios litorâneos, tornando-os funcionais dentro da rede que os conecta com a Região Metropolitana de Porto Alegre. Os impactos dessa dinâmica de urbanização difusa vêm se refletindo nos espaços urbanos através de diversos impactos às comunidades locais, resultando na máxima utilização dos serviços urbanos e no processo de especulação imobiliária.

A crescente urbanização do Litoral Norte gaúcho, impulsionado pelos fluxos migratórios, requer atenção quanto à ocupação do solo, considerando-se as transformações ocorridas e as exigências dos diferentes tipos de ocupação e, conseqüentemente, as variações dos perfis dos migrantes. Este fator apresenta-se como um vetor de crescimento que se associa ao crescimento populacional. Entretanto, não promove necessariamente desenvolvimento regional, pois revela conseqüências ambientais e socioeconômicas.

Para Strohaecker (2007), as implicações podem ser tanto positivas com as oportunidades que passa a oferecer quanto negativas, vindo a acentuar as disparidades sociais na região. Para o Litoral Norte, em especial, as mudanças no perfil demográfico têm se acentuado expressivamente, portanto, os estratos populacionais em formação não podem ser ignorados pelos gestores públicos. Com o mercado imobiliário aquecido e precários instrumentos legais para regulação do uso e ocupação do solo, os interesses de grupos econômicos hegemônicos no mercado tendem a comprometer a sustentabilidade.

A existência de diversos atores no mercado imobiliário, como proprietários, incorporadores, instituições financeiras e governamentais, faz com que cada grupo determine o valor de uso e o valor de troca, fragmentando o solo urbano. No que se refere às funções, cada porção apresenta características únicas e de acordo sua localização.

Com o aumento da ocupação nos municípios do Litoral Norte, inicia-se um processo de transformação dos espaços litorâneos com a configuração de espaços turísticos destinados às classes média e alta. Esse processo é acompanhado por uma crescente fragmentação do espaço social. Na medida em que a distância espacial entre ricos e pobres diminui, a distância socioeconômica aumenta e as barreiras entre

Amanda Cabette é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Análise Territorial. Graduada nas modalidades de Licenciatura em Geografia- UFRGS (2017) e Bacharelado- UFRGS (2013). Obteve em Junho de 2015 o título de Mestre em Geografia (UFRGS), na área de Análise Territorial. amandacabette@yahoo.com.br

Tânia Strohaecker possui graduação em Arquitetura (UFPeL), especialização em Urbanismo (UFRJ), mestrado em Geografia (UFRJ), doutorado em Geociências (UFRGS). Professora Associada no Departamento de Geografia, IGEO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuação profissional como docente (Graduação) nas disciplinas de Geografia Urbana, Ocupação do Espaço Urbano e Rural, Geografia Econômica e Humana. Responsável pela disciplina Urbanização e Desenvolvimento Socioespacial junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS. Pesquisadora do Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica (CECO) e do Laboratório do Espaço Social (Labes). tania.strohaecker@ufrgs.br

as distintas classes sociais tornam-se presentes.

E, a partir da intensa atividade imobiliária acompanhada com a valorização do uso do solo urbano, configura-se o crescimento populacional, a partir de dois eixos principais: promoção de empregos para as atividades turísticas no veraneio/fins de semana e a intensificação da especulação imobiliária e valorização do uso do solo, aumentando assim, o processo de segregação espacial.

O crescimento urbano nos municípios do Litoral Norte ocorre por meio da polarização de iniciativas, empregos e investimentos dos setores público e privado. A falta de um controle eficaz no uso do solo, acompanhado pelo crescimento urbano, configura-se em problemas de saturação, escassez de solo e degradação ambiental (ESPÍNOLA, 2013).

Nesta mesma perspectiva, Strohaecker (2007) afirma que parte dos problemas dos municípios do Litoral Norte tem sido atribuída à saturação da capacidade física e ambiental. Pois a fraca e/ou ausência de gestão e planejamento urbano caracteriza um ordenamento territorial fragmentado, pautado na intensificação da especulação imobiliária de certos espaços melhores localizados juntamente com a segregação das áreas mais periféricas.

Assim, a intensificação do processo de urbanização, os fluxos migratórios e o mercado imobiliário são eixos essenciais e impulsionadores para a produção e ordenamento do Litoral Norte. Considerando-se, também, o fator turístico e as segundas residências, necessárias para compreensão da lógica da produção do espaço urbano nestes municípios, pautadas na acumulação do capital imobiliário e impulsionadas pela especulação imobiliária, juntamente com a construção civil em determinadas áreas/bairros das cidades destinadas para um determinado perfil/classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABETTE, Amanda. **Dinâmica Demográfica e a produção Imobiliária em Porto Alegre/RS**. (Dissertação de Mestrado). 2015. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DESCHAMPS, M. V. et al. Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Caderno de Resumos Brasil, 500 anos: mudanças e continuidades**. Belo Horizonte: ABEP, v.1, p.115-116, 2000.

ESPÍNOLA, Andréa M. **Transformações Espaciais na Zona Costeira: um estudo das relações entre economia, turismo e território**. 2013. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. In: **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. vol. IX, núm. 194 (05), 1 de agosto de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010**.

JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2004. **Anais**. Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

MAMMARELLA, Rosetta. **Atualização e expansão da análise da organização social dos territórios das metrópoles e a identificação das tendências de transformação de longo prazo 1980/2000: Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2008. (Relatório de Pesquisa do Projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais**. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 13ª Ed. São Paulo, Contexto, 2011.

STROHAECKER, Tânia Marques. **A urbanização no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: contribuição para gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa**. 2007. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. ■

Diogo David de Matos

Evolução da estrutura sócio-ocupacional de metrópoles latino-americanas

São Paulo e Cidade do México (2005-2015)

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a evolução da estrutura sócio-ocupacional de duas metrópoles latino-americanas no período recente em perspectiva comparativa. A hipótese que permeia o trabalho é a de que os processos de reestruturação produtiva e globalização, responsáveis pela especialização de grandes aglomerações metropolitanas nos serviços avançados à produção, causariam um processo de polarização social em termos de ocupação e renda nesses espaços. Após uma revisão teórica sobre estratificação social e sobre a nova configuração metropolitana, constroem-se as estruturas sócio-ocupacionais das duas metrópoles em 2005 e 2015, tendo a ocupação como variável fundamental. Conclui-se pela ausência de polarização social, pelo aumento da participação de profissionais e pela redução da de trabalhadores do secundário, ainda que os grupos que crescem estejam em faixas opostas da distribuição de renda. Por outro lado, a dinâmica dessas metrópoles não parece ser distinta da dinâmica de seus países.

Estrutura sócio-ocupacional

Polarização social

Reestruturação produtiva

Metrópole Latino-Americana

Abstract

The aim of this paper is to investigate the evolution of the socio-occupational structure of two Latin-American metropolises in recent times and its connections in comparative perspective. The main hypothesis is that productive restructuring and globalization have caused a process of social polarization in terms of occupation and income, due to the specialization of large metropolitan agglomerations in advanced production services. After a theoretical review on social stratification and the new urban configuration, the author constructs the socio-occupational structure of both metropolises in 2005 and 2015, taking the individual's occupation as the fundamental variable. They reach the conclusions of absence of polarization, increase in the proportion of professionals and decrease in the proportion of workers in manufacturing. Moreover, the growing aggregates are in opposite income brackets. However, the metropolitan dynamics doesn't seem to be distinct from that of countries.

Socio-occupational structure

Social polarization

Productive restructuring

Latin-american metropolis

INTRODUÇÃO

O conceito de estrutura social é de difícil definição e passa por abordagens e contribuições teóricas diversas sobre classes e estratificação social. Nas abordagens que até hoje predominam nas ciências sociais, a marxista e a weberiana, a posição no processo de produção e no sistema econômico é tomada como central na definição de classes sociais, ainda que a abordagem weberiana reconheça outras formas de diferenciação social. Além disso, a estrutura social é indissociável do território em que está inscrita, pois a sociedade se organiza tanto no tempo quanto no espaço. Portanto, a estrutura social é em grande medida determinada pela dimensão produtiva historicamente demarcada e pelo espaço que a encerra, e é possível supor que alterações na ordem espacial produtiva acarretem mudanças na forma como indivíduos se distribuem entre diferentes classes ou estratos.

As transformações da estrutura social de grandes metrópoles foram objeto de amplo debate internacional, porém com foco nas chamadas “cidades globais” do capitalismo central. O objetivo deste artigo é examinar a evolução da estrutura sócio-ocupacional de grandes aglomerações metropolitanas do contexto latino-americano na última década, tendo como objeto as principais metrópoles dos dois países mais populosos da região: São Paulo (Brasil) e Cidade do México (México). Construimos a estrutura sócio-ocupacional das duas metrópoles a partir de um mesmo esquema de categorias e comparamos a evolução de sua participação relativa e de sua média de renda em dois pontos no tempo: 2005 e 2015.

Este artigo se subdivide em três partes principais, além desta introdução. Inicialmente, apresentamos brevemente a literatura sobre as transformações econômicas e sociais das grandes aglomerações metropolitanas desde a década de 1970, com o objetivo de situar nossa investigação no debate. Em seguida, apresentamos o arcabouço teórico que orienta a construção de um esquema de classes ou estratos sociais, destacando as principais abordagens. A terceira parte se dedica à apresentação da análise empírica da evolução da estrutura sócio-ocupacional de São Paulo e Cidade do México, discutindo a metodologia empregada e seus resultados. Por fim, tecem-se considerações finais, destacando os principais resultados e desdobramentos.

TRANSFORMAÇÕES DAS ESTRUTURAS SOCIAIS METROPOLITANAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O tema da estrutura social metropolitana ganhou relevância no debate, a partir dos anos 1990, com a reflexão acerca dos impactos sobre as grandes metrópoles das transformações estruturais vividas pelo capitalismo global a partir dos anos 1970, sobretudo no que se refere à dinâmica econômica no espaço. Observa-se que a reestruturação produtiva e a globalização transformaram a base econômica das grandes aglomerações metropolitanas, fazendo com que estes espaços emergissem como centralidades necessárias ao funcionamento da economia global, tanto do ponto de vista da produção como da gestão e do sistema financeiro. Passam a constituir a base econômica das grandes cidades: (1) o controle e o comando das principais estruturas empresariais globalizadas, (2) as atividades do terciário avançado, como serviços financeiros e serviços à produção e (3) as atividades mais dinâmicas e inovadoras da nova indústria de alta tecnologia (DE MATTOS, 2005, p. 345). Ainda que a nova indústria tenha papel crescentemente relevante, sobretudo do ponto de vista dos distritos industriais, o fato fundamental da nova base econômica metropolitana é a extensão do seu núcleo dinâmico do setor industrial ao setor de serviços (DE MATTOS, 2005).

Dentre as características destacadas pela literatura sobre a nova configuração urbana estão as consequências sociais da reestruturação-globalização em um contexto político-ideológico neoliberal de desregulamentação dos mercados. As análises sobre o mercado de trabalho e a estrutura social em metrópoles apontam na direção de um aumento da desigualdade, intensificação dos contrastes internos, polarização da estrutura ocupacional, crescimento da pobreza urbana etc. A nova estrutura produtiva e o novo sistema de regulação estariam aumentando as distâncias sociais, no lugar de minimizá-las.

Destaca-se, dentre outras, a perspectiva seminal de Saskia Sassen (1991), que investigou as transformações da estrutura social das chamadas “cidades globais”, associando-as intimamente ao processo de globalização. As mudanças na economia mundial trariam não só a já citada transformação da base produtiva das cidades, como também transformações na organização do processo de trabalho, o aumento dos contratos temporários, redução da sindicalização e proteções contratuais etc. Os mercados de trabalho urbanos seriam afetados fortemente nos níveis de

emprego, nas características dos postos de trabalho, nos rendimentos e na estrutura ocupacional. Essa combinação teria como consequência, para Sassen (1991), uma polarização da estrutura social, tanto em termos de ocupação quanto de renda.

Isso porque, ao mesmo tempo que os serviços avançados concentram ocupações de alto nível de conhecimento e alta remuneração, uma parte essencial deles é formada por uma série de ocupações de baixa qualificação, como secretários, operários de manutenção, faxineiros e zeladores. Além disso, a ascensão de uma camada de alta renda conectada às redes globais remodela a estrutura de consumo, aumentando a demanda por serviços intensivos em trabalho, como produção customizada, estabelecimentos menores e itens especiais, fazendo aumentar os postos de trabalho que exigem baixa qualificação e são mal remunerados (SASSEN, 1994, p. 116). Portanto, segundo a hipótese da cidade global de Sassen, cidades como Londres, Nova York e Tóquio estariam caminhando para uma dinâmica na qual o crescimento gera o aumento do peso das camadas altas e baixas, em vez da classe média, contribuindo para uma estrutura social em formato de ampulheta e ao aumento da desigualdade.

Entretanto, muitos autores rejeitaram a ideia de polarização e de dualização, pois ela ignoraria a complexidade das estruturas social e socioespacial das metrópoles. Alguns, através de estudos empíricos, reforçam a persistência da relevância da participação relativa das camadas médias, mesmo para metrópoles como Londres e Paris, e apontam para a mediação de dimensões políticas e institucionais (HAMNETT, 1995; PRETECEILLE, 1993).

Além disso, muitos autores questionam a adequação dos modelos pensados nos países centrais para cidades do capitalismo periférico, como as cidades latino-americanas. Marques e Torres (2000) tratam da cidade de São Paulo buscando relacioná-la ao debate sobre as cidades globais de segunda ordem. Segundo esses autores, ainda que haja consenso sobre os feitos da globalização e da reestruturação produtiva nas cidades centrais, como Nova York, Londres e Tóquio, seus efeitos sobre os centros periféricos não é tão claro. Nelas, a necessidade de considerar processos locais e históricos é maior. Para Ciccolella (2012), as metrópoles latino-americanas teriam um caráter híbrido, justapondo traços pré-ibéricos, coloniais, agroexportadores, industrialistas e neoliberal-pós-modernos. Além disso, não são um conjunto homogêneo, apresentando singularidades e temporalidades distintas para o mesmo processo: enquanto algumas cidades vivem a ausência de transformações radicais, outras – como São Paulo, Cidade do Mé-

xico e Santiago – poderiam estar vivendo uma nova configuração urbana (CICCOLELLA, 2012).

A estrutura social de metrópoles brasileiras e sua organização no território já foram objetos de investigação, sobretudo no âmbito do INCT Observatório das Metrópoles. Coloca-se como objeto de pesquisa, por outro lado, a evolução da estrutura social metropolitana em perspectiva comparativa no âmbito da América Latina. Como evoluíram as estruturas sócio-ocupacionais das metrópoles latino-americanas na última década? Existe intensificação ou retração das tendências dos anos 1990? Como podem ser comparadas as principais metrópoles dos dois maiores países da região: Cidade do México e São Paulo?

PERSPECTIVAS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Antes de analisar a evolução da estrutura social de aglomerações metropolitanas latino-americanas, buscamos inicialmente apresentar o que se entende por estrutura social e quais são as diferentes abordagens e esquemas de classes ou estratos sociais utilizados na literatura. Qualquer esquema de classes ou estratos é uma construção teórico-abstrata da realidade e, portanto, passível de contestação. Cada esquema está vinculado ao objetivo da pesquisa (SCALON, 1999, p. 29). Portanto, realizamos aqui uma breve revisão sobre o tema com o objetivo de embasar a escolha de um determinado esquema de estratos para posterior análise empírica.

A tradição teórica sobre a estratificação social tem início com a discussão sobre o conceito de classe na sociologia clássica do século XIX, a partir das análises de Marx e Weber. Ainda que as dimensões política e ideológica estejam incorporadas no conceito de classe e sejam destacadas por Marx em algumas obras, a classe na teoria marxiana é fundamentalmente determinada pelo lugar de um grupo de agentes no processo de produção e, uma vez que na sociedade capitalista as relações de produção tendem a ser cada vez mais caracterizadas pela propriedade ou não dos meios de produção, a propriedade é tomada como categoria fundamental de demarcação (STAVENHAGEN, 1977). Weber, por sua vez, reconhece diferentes formas de distribuição de poder em uma comunidade, dentre as quais a classe. A classe expressa como os recursos mobilizados pelos indivíduos no mercado resultam, na terminologia de Weber, em oportunidades de vida diferenciadas, de forma que a “situação de classe” seja fundamentalmente a “situação de mer-

cado” (WEBER, 2008 [1920]; SCALON, 1999).

A complexificação dos regimes de estratificação social e das estruturas de classe ao longo do século XX – através, por exemplo, da separação entre propriedade e controle e do aumento da distinção entre os trabalhadores em termos de suas qualificações e habilidades – exigiu novos desenvolvimentos do pensamento sociológico. Embora haja diferença nos conceitos de classe e ocupação – o primeiro representa uma relação social e o segundo uma relação técnica de produção –, nas abordagens contemporâneas da estratificação social, a ocupação é reconhecida como uma unidade de análise multidimensional que revela a alocação de recursos e recompensas entre os indivíduos da sociedade. A ocupação permite captar tanto a posição no processo de produção, refletindo a divisão do trabalho, quanto sua posição de mercado. Ela revela as habilidades técnicas e sociais do indivíduo, além de não apresentar problemas de confiabilidade como a medida de renda (HAUSER e WARREN, 2008 [1997], p. 213).

As abordagens contemporâneas se dividem entre a perspectiva classe-estrutural, mais próxima à tradição sociológica e que enxerga as classes em perspectiva relacional, e a perspectiva hierárquica, que distingue estratos através de índices de status socioeconômico ou prestígio. A perspectiva classe-estrutural é representada pelas perspectivas neomarxista e neweberiana. No campo marxista, Erik Olin Wright se destaca pelo viés empírico, utilizando princípios marxistas para operacionalizar a variável ocupação e criar uma estrutura de classes, baseada na desigual distribuição de diferentes ativos: propriedade dos meios de produção (ou da força de trabalho); qualificação/credenciamento; e “ativos de organização”, isto é, a posição na organização e controle do trabalho próprio e alheio.

O esquema de classes mais utilizado internacionalmente, contudo, é o de Goldthorpe, que recebe o rótulo de neweberiano e se destaca pela abordagem empírica e pela definição clara de uma estrutura de classes, cujo objetivo, mais que uma contribuição teórica, é realizar comparações internacionais em seus estudos sobre mobilidade. O autor utiliza dois conceitos tipicamente neweberianos: a situação de mercado e a situação de trabalho, indicando a posição econômica dos indivíduos em termos de seus recursos, assim como a posição dentro do sistema de autoridade e controle que governa o sistema de produção (SCALON, 1999). O esquema construído a partir desses conceitos é conhecido como EGP ou CASMIN. Inicialmente desenvolvido para comparar a mobilidade social entre Inglaterra, França e Suécia, em artigo de Erikson-Goldthorpe-Portocarero (ERIKSON; GOLDTHORPE; PORTOCARERO,

1979), o esquema depois foi adaptado para comparações internacionais mais abrangentes no projeto Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Societies (CASMIN).

É importante destacar que a definição de um esquema de estratos ou classes não depende apenas do marco teórico-conceitual utilizado, mas também das especificidades da estrutura social em questão (SCALON, 1999). Na literatura brasileira, há poucos estudos dedicados a um mapeamento das posições de classe e, em geral, se destacam os estudos dedicados à análise da mobilidade social. Neste campo, porém, há uma variedade de abordagens, compreendendo tanto a perspectiva hierárquica quanto as perspectivas neweberiana e neomarxista (SCALON, 1999; PASTORE e VALLE SILVA, 2000; SANTOS, 2002). No caso mexicano, também predominam os estudos de mobilidade, sobretudo de inspiração neweberiana, com destaque para Solís (2002, 2016), que faz adaptações aos esquemas de Goldthorpe.

Outros trabalhos mais recentes sobre estratificação social no Brasil se voltaram não para os estudos de mobilidade, mas para o estudo da organização social do território metropolitano, aportando ao debate internacional sobre a dinâmica social das cidades globais. Dentre esses trabalhos, duas abordagens se distinguem: uma desenvolvida pelo INCT Observatório das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ) e outra utilizada pelo pesquisador Eduardo Marques, do Centro de Estudos Metropolitanos (CEM-USP). Ambos analisam a distribuição das classes ou categorias sócio-ocupacionais no espaço e a dinâmica da segregação, mas utilizam esquemas de estratos diferentes. Eduardo Marques trabalha com as classes EGP e justifica sua escolha pela difusão de seu uso internacionalmente (MARQUES et al., 2009). Já os pesquisadores do Observatório das Metrôpoles construíram a própria classificação sócio-ocupacional, baseada na CBO, a partir de trabalhos anteriores desenvolvidos dentro de um quadro de cooperação com pesquisadores franceses do Centro de Sociologia Urbana francês, nos quais se buscou correspondência com as CSPs (catégorie socioprofessionnelle) francesas (PRETECEILLE e RIBEIRO, 1999). Sua classificação é regida pelos princípios típicos das abordagens contemporâneas, possuindo, portanto, tanto uma dimensão relacional quanto uma dimensão hierárquica (RIBEIRO e RIBEIRO M. G., 2013), utilizando critérios como a distinção entre capital e trabalho, entre trabalho manual e não manual, entre atividades de comando e atividades subordinadas e entre setor público e privado. A partir desses critérios, a variável ocupação no trabalho principal do indivíduo é cruzada com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação,

setor de atividade econômica e setor institucional) e constrói-se um esquema de 24 categorias, passíveis de serem agregadas em oito grupos sócio-ocupacionais.

Entre os esquemas de classe apresentados, os mais adequados à análise da estrutura social de metrópoles latino-americanas seriam o esquema de classes EGP ou a estrutura de categorias sócio-ocupacionais do Observatório das Metrôpoles, que são os mais utilizados nos estudos metropolitanos. Apesar da maior adequação do esquema EGP para comparações internacionais, optamos por utilizar a estrutura sócio-ocupacional desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles por dois motivos principais: é uma estrutura construída especificamente para a análise do contexto metropolitano e ela permite uma desagregação alta, possibilitando análises mais profundas.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL DE SÃO PAULO E CIDADE DO MÉXICO

À luz do debate na literatura sobre a nova configuração urbana e do arcabouço teórico sobre estratificação social, desenvolvemos uma análise empírica da evolução da estrutura sócio-ocupacional e da distribuição de renda em duas aglomerações metropolitanas latino-americanas – São Paulo e Cidade do México –, a partir de dados de pesquisas domiciliares. Estas metrópoles foram escolhidas com o objetivo de realizar uma comparação internacional dentro da América Latina e por serem as principais metrópoles dos dois maiores países da região, além de parte da literatura afirmar que estão em processo de formação de uma nova configuração urbana.

Ainda que o gesto comparativo entre diferentes cidades seja limitado pela tese da incomensurabilidade, segundo a qual é impossível comparar cidades de contextos diferentes, o crescimento de afirmações sobre a convergência e a conexão das experiências urbanas diante dos processos globalizantes fez reacender o interesse pela comparação e a defesa deste método (ROBINSON, 2011). As sociedades em questão, naturalmente, são distintas, mas apresentam muitas similaridades, e acreditamos ser possível obter conclusões relevantes aplicando critérios iguais e abrindo mão de explicações localistas, ainda que consideremos que resultados semelhantes podem decorrer de processos distintos.

Mesmo havendo distinção entre os dois conceitos, por necessidade de adaptação às bases de dados, consideramos a partir daqui como metrópoles as regiões metropolitanas das duas cidades. A Região Metropolitana de São Paulo é formada por 39 muni-

cípios do estado de São Paulo. Contava com uma população de 19.683.975 habitantes no Censo de 2010 e contribuía com cerca de 19% do PIB brasileiro (IBGE). A Zona Metropolitana do Vale do México é formada por dezesseis delegações da entidade federativa Cidade do México, 59 municípios do estado de México e um município do estado de Hidalgo. Contava com uma população de 20.116.842 habitantes no Censo de 2010 e contribuía com cerca de 23% do PIB mexicano (OCDE, 2015). É o centro político, econômico, financeiro e cultural do México. Ambas as regiões metropolitanas foram importantes centros industriais, mas vêm sofrendo desindustrialização desde os anos 1970.

Procedimentos metodológicos

Com o objetivo de contribuir para a literatura de maneira atualizada, estabelecemos como horizonte temporal o período de 2005 a 2015 e construímos a estrutura social das duas metrópoles nesses dois pontos no tempo. Por esse motivo, não foram utilizadas bases de dados de caráter censitário. Optamos por bases de dados domiciliares amostrais, a saber, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, para o Brasil, e a Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), realizada pelo Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), para o México. Ambas as pesquisas permitem a desagregação a nível metropolitano e são adequadas à análise da estrutura social das duas metrópoles.¹

A estrutura sócio-ocupacional escolhida foi a desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles. Contudo, sua metodologia foi produzida para os Censos Demográficos brasileiros e seu uso exigiu a adaptação para as outras pesquisas. O esforço de adequação foi significativo, sobretudo no caso da ENOE. Além de algumas variáveis serem construídas de maneira diferente, houve a necessidade de compatibilização da classificação ocupacional.

A PNAD utiliza a mesma classificação utilizada no Censo 2000, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar), que consiste em 510 ocupações a quatro dígitos. A ENOE, por

1 A PNAD 2005 contou com uma amostra de 408.148 indivíduos para uma projeção populacional de 185,6 milhões de habitantes, e a PNAD 2015 contou com uma amostra de 356.904 indivíduos para uma projeção de 204,9 milhões de habitantes. Já as bases da ENOE de 2005 empilhadas tiveram uma amostra total de 1.698.242 indivíduos para uma projeção de 109,7 milhões de habitantes. As bases da ENOE de 2015, por sua vez, contaram uma amostra total de 1.609.065 habitantes para uma projeção de 123,6 milhões de habitantes.

sua vez, passou por uma mudança de classificação em 2011. Até esse período, utiliza a Clasificación Mexicana de Ocupaciones (CMO), que consiste em 461 ocupações. A partir de 2011, utiliza o Sistema Nacional de Clasificación de Ocupaciones (SINCO), que conta com 468 ocupações. Existem divergências entre as duas classificações mexicanas, o que torna as duas estruturas não perfeitamente comparáveis. Mas, em geral, são classificações razoavelmente compatíveis, e consideramos os resultados robustos. Da mesma forma, apesar das diferenças, elas têm estruturas semelhantes à da CBO, sobretudo o SINCO.

O procedimento para a construção das categorias ocupacionais seguiu os critérios utilizados pelo Observatório. A ocupação foi tomada como critério fundamental na construção da maioria das categorias. Contudo, em alguns casos foram necessárias outras variáveis. Primeiramente distinguem-se os empregadores, autônomos (ou conta própria) e empregados através da variável posição na ocupação. Dentre os empregadores, distinguem-se os pequenos dos grandes empregadores através do número de empregados: foram considerados pequenos empregadores aqueles que têm até cinco empregados. Entre os autônomos, destacam-se os profissionais através da sua ocupação. Em geral, o nível de qualificação pode ser determinado através da ocupação e do setor de atividade. Por outro lado, é necessário distinguir os professores que possuem nível superior (mais de quinze anos de estudo) dos que não possuem. Também se diferenciam os militares pela renda (no caso da PNAD) e pela esco-

laridade. Além disso, a distinção entre ocupações do setor público e do privado pode ser feita pela variável posição na ocupação, na PNAD. Na ENOE, utilizamos o tipo de unidade econômica.

Por fim, distinguem-se as atividades de comando – direção, gerência e supervisão – das atividades subordinadas através da ocupação. Mesmo entre as atividades de comando, contudo, diferenciam-se diretores e supervisores de grandes e pequenas empresas (RIBEIRO e RIBEIRO M. G., 2013). Como nas pesquisas conduzidas pelo IBGE a categorização do número de empregados da unidade econômica impede uma distinção entre pequenas e grandes empresas, utiliza-se a renda como proxy da posição de comando na PNAD. Seguindo a metodologia do Observatório, o corte de renda que distingue dirigentes de ocupações de supervisão é estabelecido em vinte salários mínimos. Contudo, além de o uso de critério semelhante exigir uma adaptação à moeda e à distribuição de renda mexicanas, existe uma alta taxa de não declaração de renda na ENOE, sobretudo entre as ocupações de direção, nas quais chega a 35%. Por outro lado, a variável de número de pessoas que trabalham na unidade econômica é adequada à classificação de seu tamanho. Portanto, ainda que fosse desejável utilizar o mesmo critério para as duas pesquisas, optamos por utilizar o tamanho da unidade econômica como critério de demarcação entre dirigentes e ocupações de supervisão. Seguindo a definição do INEGI, foram classificadas como grandes as empresas com mais de 250 funcionários.

Tabela 1: Composição setorial do emprego (%)

Setor	São Paulo		Cidade do México	
	2005	2015	2005	2015
Agropecuária	0,81	0,35	0,54	0,51
Indústria extrativa e eletricidade	0,49	0,36	0,69	0,39
Indústria manufatureira	19,96	13,59	16,36	14,11
Construção civil	6,88	7,85	6,48	5,99
Comércio	18,58	16,83	23,16	22,85
Serviços de alojamento e alimentação	4,03	5,97	6,1	7,67
Transportes, comunicação e armazenagem	7,08	8,29	8,18	8,04
Serviços profissionais, financeiros e corporativos	14,41	18,25	9,85	12,77
Serviços sociais	10,95	12,31	10,1	9,44
Serviços diversos (pessoais, recreativos e associativos)	13,82	12,72	12,33	12,12
Governo e organismos internacionais	2,98	3,47	6,22	6,12
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD (IBGE) e da ENOE (INEGI).

Resultados

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

Inicialmente, para avaliar a estrutura produtiva e sua evolução no período, faz-se necessária a análise da composição setorial do emprego nas duas metrópoles. Essa estrutura pode ser construída através da variável setor de atividade, que na PNAD é classificada pela CNAE-Domiciliar e na ENOE pelo Sistema de Clasificación Industrial de América del Norte (SCIAN).

Desta tabela, podemos concluir que as duas metrópoles, apesar de algumas diferenças significativas, apresentam uma composição setorial do emprego relativamente semelhante. Uma das principais diferenças é a participação do comércio no emprego. Embora ambas tenham apresentado queda no emprego no comércio (sobretudo São Paulo), a participação do comércio na Cidade do México é consideravelmente maior. Outro setor que se destaca é o dos serviços profissionais, financeiros e corporativos, que apresenta participação significativamente maior em São Paulo. Também apresentam diferença maior que dois pontos percentuais: os serviços sociais – que têm participação maior em São Paulo em 2015 – e as atividades governamentais – que são maiores na Cidade do México. No último caso, a maior participação na metrópole mexicana se deve ao seu papel como capital federal, não exercido por São Paulo.

A evolução do emprego também é bastante semelhante nas duas metrópoles. Em ambas ainda há redução da participação da indústria manufatureira e aumento da participação dos serviços, sobretudo corporativos e financeiros. Contudo, a redução

do emprego na indústria foi mais significativa em São Paulo do que na Cidade do México. Destaca-se o grande aumento da participação dos serviços profissionais, financeiros e corporativos no emprego de ambas as metrópoles, embora sua parcela do emprego seja maior em São Paulo. Também aumenta significativamente a participação dos serviços de alojamento e alimentação. Entre os poucos setores que apresentam sinais opostos de evolução, destacam-se a construção civil e os serviços sociais, ambos apresentando evolução positiva em São Paulo e negativa na Cidade do México.

A composição do emprego não permite captar a posição dessas metrópoles no sistema global de cidades e sua função de comando sobre a economia nacional ou global, mas, de maneira geral, é possível perceber a continuidade dos processos de reestruturação produtiva e terciarização, operantes desde a década de 1970. Contudo, a estrutura produtiva de São Paulo, que tem os serviços profissionais, financeiros e corporativos como o setor que mais emprega em 2015, parece aproximá-la mais do papel exercido pelas grandes aglomerações metropolitanas segundo a literatura principal, especializando-se nos serviços avançados à produção. A Cidade do México, por outro lado, ainda tem o comércio como setor que mais emprega, e as tendências da indústria e do terciário avançado são menos claras. Em seguida, avaliamos se o comportamento das estruturas sociais das duas metrópoles é o mesmo.

ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL

A partir dos métodos descritos acima, construímos a estrutura sócio-ocupacional das duas metrópoles,

Tabela 2: Evolução da estrutura sócio-ocupacional (%)

Agregado sócio-ocupacional	São Paulo		Cidade do México	
	2005	2015	2005	2015
Dirigentes	2,10	2,15	3,12	2,55
Profissionais de Nível Superior	9,19	13,66	8,71	10,48
Pequenos Empregadores	3,04	2,02	3,97	3,00
Ocupações Médias	29,49	29,57	21,22	23,25
Trabalhadores do Terciário Especializado	19,31	20,38	21,78	23,19
Trabalhadores do Secundário	20,37	19,14	24,94	21,69
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	15,72	12,76	15,64	15,42
Trabalhadores Agrícolas	0,78	0,32	0,56	0,40
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (IBGE) e da ENOE (INEGI).

seguindo a estrutura escolhida, que tem 24 categorias sócio-ocupacionais agrupadas em oito agregados sócio-ocupacionais.² A tabela abaixo apresenta a participação relativa dos agregados sócio-ocupacionais nos dois pontos no tempo.

Novamente, é possível afirmar que as duas metrópoles apresentam estruturas relativamente semelhantes. A diferença que se destaca é a maior participação de Profissionais e, sobretudo, de Ocupações Médias em São Paulo. Todos os outros grupos têm maior representação na Cidade do México em 2015. De maneira agregada, é possível afirmar que a Cidade do México apresenta uma distribuição mais concentrada nos trabalhadores manuais e menos concentrada nas ocupações superiores do que São Paulo. Ambas as metrópoles, contudo, apresentaram no período uma diminuição da proporção de trabalhadores manuais e um aumento da proporção de ocupações superiores, isto é, uma elevação da estrutura social, mas esse processo foi mais intenso em São Paulo.

Observa-se na metrópole brasileira uma estabilidade da proporção de Dirigentes. Esse resultado mostra um freio na tendência apresentada desde a década de 1990 de redução da proporção de dirigentes (PASTERNAK e BÓGUS, 2015). Na Cidade do México, por sua vez, a participação desse grupo diminuiu, resultado da redução da proporção de Grandes Empregadores e de Dirigentes do Setor Privado. De forma geral, ainda que não corrobore a hipótese de crescimento das funções de comando e controle nas metrópoles, a perda de dirigentes pode indicar uma concentração maior de funções em um número menor de indivíduos ou mesmo a fusão de empresas.

Em ambas as metrópoles, ocorreu no período um aumento da proporção de Profissionais de Nível Superior, sobretudo em São Paulo, onde o aumento foi expressivo e configurou a maior variação dentre os grupos ocupacionais. Em ambos os casos, o aumento se deu, sobretudo, pelo crescimento da participação dos Profissionais Empregados, indicando que a profissionalização é principalmente absorvida pelo setor privado. Em São Paulo também ocorre um aumento significativo dos Professores de Nível Superior. Esse aumento é reflexo não só do aumento da escolaridade da população, mas também do crescimento dos serviços avançados nessas metrópoles. Por outro lado, em ambos os casos há uma redução da participação de Pequenos Empregadores. Em geral, há uma redução de empregadores e aumento da proporção de indivíduos autônomos.

Um dos principais debates da literatura diz res-

peito ao comportamento das Ocupações Médias e a suposta queda de sua participação na estrutura social das grandes metrópoles. Os resultados sinalizam, entretanto, uma consistente estabilidade desse grupo em São Paulo e até mesmo um aumento de sua participação na Cidade do México. Analisando as categorias desagregadas, observa-se estabilidade em quase todas as categorias em São Paulo. Em ambas as metrópoles, diminuiu a participação das Ocupações de Supervisão (que incluem supervisores da indústria). Na Cidade do México, o aumento da participação das Ocupações Médias se deve em grande parte ao crescimento das Ocupações Técnicas. Confirmam-se, portanto, os resultados da literatura crítica, que ressaltam a persistência do peso das camadas médias nas grandes metrópoles.

Em ambas as metrópoles houve crescimento da participação de Trabalhadores do Terciário Especializado e redução dos Trabalhadores do Secundário, refletindo o processo de terciarização. O aumento dos Trabalhadores do Terciário decorre do crescimento de ocupações em serviços pessoais, de alimentação e alojamento ou de trabalhadores do comércio (apenas no caso mexicano). O comportamento dos Trabalhadores do Secundário, por sua vez, reflete a redução do emprego na indústria na Cidade do México. Em São Paulo, contudo, a redução dos Trabalhadores da Indústria é compensada pelo crescimento dos Operários da Construção Civil e dos Trabalhadores de Serviços Auxiliares, resultando em uma redução pequena na participação deste grupo. Merece destaque que, entre os Trabalhadores da Indústria, não houve mudança significativa na proporção daqueles no setor moderno e no setor tradicional, em nenhuma das duas metrópoles.

Por fim, analisamos a dinâmica dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado, cuja participação se manteve estável na Cidade do México e caiu significativamente em São Paulo. Na metrópole brasileira, essa redução se dá pela redução da participação dos Trabalhadores Domésticos e de Ambulantes e Biscateiros, resultado do aumento da formalização do mercado de trabalho no período. Na Cidade do México, por outro lado, essas duas categorias tiveram sinais trocados (positivo para os Domésticos e negativo para os Ambulantes), mantendo o grupo como um todo estável. A década é marcada pela reversão das tendências latino-americanas e um aumento da formalização, realizando um contraponto às metrópoles do centro, que sofrem com o aumento da informalidade e da marginalidade.

² A evolução das categorias individualmente será discutida no texto, mas só será apresentada no Apêndice.

Agregado sócio-ocupacional	São Paulo	Brasil	Cidade do México	México
Dirigentes	2,4%	-8,1%	-18,3%	-16,2%
Profissionais de Nível Superior	48,6%	52,9%	20,3%	9,8%
Pequenos Empregadores	-33,6%	-15,6%	-24,4%	-2,6%
Ocupações Médias	0,3%	-7,5%	9,6%	1,9%
Trabalhadores do Terciário Especializado	5,5%	6,2%	6,5%	7,1%
Trabalhadores do Secundário	-6,0%	5,5%	-13,2%	-6,9%
Trabalhadores do Terciário Não-Especializado	-18,8%	-19,4%	-1,4%	0,5%

Tabela 3: Variação percentual da participação dos grupos sócio-ocupacionais (não agrícolas)

COMPARAÇÃO COM A DINÂMICA NACIONAL

Os resultados apresentados confirmam algumas hipóteses da literatura principal, mas contradizem outras. Há tendências inequívocas em ambas as metrópoles de aumento da participação de Profissionais e de Trabalhadores do Terciário Especializado e de redução da participação de Trabalhadores Industriais. Há estabilidade da participação de Dirigentes em São Paulo, embora ocorra redução na Cidade do México. Entretanto, as Ocupações Médias se mostram estáveis e os Trabalhadores do Terciário Não Especializado tenderam a diminuir relativamente. Resta saber, contudo, se essa dinâmica é própria das grandes aglomerações metropolitanas, como sugere a literatura, ou se, na verdade, refletem tendências gerais de seus países. Para realizar essa análise, apresentamos na tabela abaixo a variação percentual da participação de cada grupo ocupacional na metrópole e em seu país como um todo. Para uma comparação mais coerente, consideramos apenas a participação dos grupos entre os trabalhadores não agrícolas.

Embora a queda da participação de Dirigentes na Cidade do México seja correspondida pela tendência do país, sua participação na estrutura social de São Paulo é mais resistente do que no país como um todo, onde tende a cair. Por outro lado, a profissionalização da população parece refletir a tendência nacional em ambos os casos, embora no caso mexicano ela seja mais intensa na metrópole e, no caso brasileiro, ligeiramente menos intensa. Em ambos os casos, a redução da participação de pequenos empregadores é mais intensa na metrópole. Contradizendo a literatura principal, a dinâmica das Ocupações Médias parece ser mais favorável nas metrópoles do que em seus países. A dinâmica dos Trabalhadores do Terciário, por sua vez, seja ele especializado ou não, parece não apresentar distinção significativa na metrópo-

le. Já os Trabalhadores do Secundário apresentam a maior diferença entre metrópole e país, evidenciando a continuidade da tendência de desconcentração da indústria.

A análise da Tabela 3 mostra, portanto, que apesar de a evolução da estrutura social das duas grandes aglomerações metropolitanas no período de 2005 a 2015 corroborar algumas das teses da literatura sobre as grandes cidades, essa evolução não parece ser particular a essas localidades. As únicas mudanças marcadamente distintas da metrópole, relativamente ao restante do país, são a redução da participação dos Trabalhadores do Secundário, a redução da participação dos Pequenos Empregadores e o aumento da participação dos Profissionais na Cidade do México. Além disso, a estabilidade das Ocupações Médias em São Paulo e seu crescimento relativo na Cidade do México também parecem características próprias destes espaços.

RENDA

Por fim, ainda que não tenha sido observada diretamente uma polarização da estrutura ocupacional e que a evolução dessa estrutura não seja distinta na metrópole, investigamos a existência da polarização de renda entre os agregados sócio-ocupacionais. Independentemente da participação desses grupos na estrutura ocupacional, resta saber se houve mudança nas distâncias entre eles no tocante à sua renda. Para tanto, calculamos a média de renda do trabalho de cada agregado sócio-ocupacional nos dois pontos no tempo – corrigida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo no Brasil e Índice Nacional de Precios al Consumidor no México – e calculamos a razão da média de cada agregado em relação à média de renda geral. No caso mexicano, contudo, os resultados

Agregado sócio-ocupacional	2005		2015	
	Média de renda (R\$)	Razão da média geral	Média de renda (R\$)	Razão da média geral
Dirigentes	8.086	581%	8.902	498%
Profissionais de Nível Superior	3.125	224%	3.381	189%
Pequenos Empregadores	2.930	210%	3.947	221%
Ocupações Médias	1.473	106%	1.867	104%
Trabalhadores do Terciário Especializado	833	60%	1.038	58%
Trabalhadores do Secundário	947	68%	1.196	67%
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	552	40%	807	45%
Trabalhadores Agrícolas	502	36%	540	30%
Geral	1.395	100%	1.787	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (IBGE) e do Banco Mundial (índice de preços).

Tabela 4: Média de renda do trabalho por agregado sócio-ocupacional (valores constantes de 2010) - São Paulo

Agregado sócio-ocupacional	2005		2015	
	Média de renda (Mex\$)	Razão da média geral	Média de renda (Mex\$)	Razão da média geral
Dirigentes	17.245	286%	15.244	320%
Profissionais de Nível Superior	10.655	177%	9.954	209%
Pequenos Empregadores	10.537	175%	7.867	165%
Ocupações Médias	7.449	123%	6.417	135%
Trabalhadores do Terciário Especializado	4.483	74%	3.196	67%
Trabalhadores do Secundário	4.764	79%	4.063	85%
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	3.392	56%	2.713	57%
Trabalhadores Agrícolas	3.840	64%	2.109	44%
Geral	6.035	100%	4.764	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ENOE (INEGI) e do Banco Mundial (índice de preços).

Tabela 5: Média de renda do trabalho por agregado sócio-ocupacional (valores constantes de 2010) - Cidade do México

devem ser tomados com cautela, pois a taxa de não declaração de renda na ENOE é consideravelmente alta, sobretudo nas ocupações médias e superiores, nas quais chega a 35%.

Observa-se uma grande estabilidade no tempo da estrutura de renda ao longo dos agregados sócio-ocupacionais em São Paulo. Destaca-se a queda, em relação à média, da renda dos Dirigentes e dos Profissionais, bem como o aumento do mesmo indicador

para os Trabalhadores do Terciário Não Especializado, resultado, sobretudo, da formalização dos indivíduos nesse setor e da valorização do salário mínimo no período. Por outro lado, analisando a distribuição ao longo dos agregados, merece destaque a menor média de renda dos Trabalhadores do Terciário Especializado em relação aos Trabalhadores do Secundário. Considerando que a característica principal da evolução da estrutura sócio-ocupacional das metrô-

poles é o aumento do primeiro grupo em detrimento do segundo, confirma-se a tendência ao aumento de trabalhadores com renda mais baixa. Similarmente, o grupo que mais cresce, o dos Profissionais, detém uma porção da renda bem superior à média, ainda que esta porção tenha diminuído consideravelmente. É possível, assim, confirmar com ressalvas a tendência à polarização em termos de renda.

Na Cidade do México, por sua vez, a distância entre os dois segmentos de trabalhadores aumenta significativamente no período, passando de cinco pontos percentuais para dezoito pontos percentuais (Tabela 5). Além disso, também aumenta significativamente a renda, em relação à média, dos Profissionais, grupo que mais cresceu, e dos Dirigentes. Portanto, ainda que a composição setorial do emprego e a estrutura ocupacional da metrópole mexicana a aproximem menos do status de cidade global, a polarização da renda entre os agregados ocupacionais parece ser mais forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos uma análise da evolução da estrutura sócio-ocupacional de São Paulo e Cidade do México com o objetivo de avaliar as semelhanças e diferenças entre as duas metrópoles e como suas experiências se comparam ao descrito pela literatura sobre a nova configuração urbana. Relevou-se a surpreendente similaridade, tanto da estrutura produtiva quanto da estrutura sócio-ocupacional das duas metrópoles, bem como do padrão de evolução de ambas entre 2005 e 2015.

Verificamos que, apesar de a reestruturação produtiva ainda estar em curso – com a perda sistemática de empregos na indústria e o crescimento da participação dos serviços profissionais e financeiros –, não há polarização da estrutura ocupacional nas duas metrópoles, e suas principais tendências são uma pequena redução da participação de trabalhadores e um forte crescimento da proporção de profissionais. Destaca-se a persistência do peso das camadas médias e confirmação da grande complexidade da estrutura social e da impossibilidade de explicar a sua dinâmica em esquemas simplistas.

De maneira geral, observamos que a evolução da estrutura sócio-ocupacional das metrópoles não é marcadamente distinta da evolução da estrutura de seus países e que, apesar de São Paulo se mostrar mais próxima das chamadas cidades globais quanto à estrutura produtiva, as tendências polarizadoras não são mais fortes em sua estrutura sócio-ocupacional. Por outro lado, o traço mais distinto das metrópo-

les – a perda de Trabalhadores do Secundário acompanhada de aumento de Trabalhadores do Terciário Especializado – parece confirmar o processo de polarização em termos de renda dos agregados sócio-ocupacionais, uma vez que a média de renda dos Trabalhadores do Terciário é menor que na indústria.

Este artigo representa um esforço inicial de estudo da dinâmica social metropolitana em perspectiva comparativa no âmbito latino-americano, levantando questões e apontando para possibilidades. Reconhecemos que o recorte temporal utilizado inviabiliza análises mais profundas de natureza estrutural e se deveu a limitações da base de dados mexicana. Também foi inviabilizada a análise da organização social do território metropolitano e da dinâmica da segregação nas duas cidades. Considerando a relevância de ambos os aspectos, coloca-se como agenda de pesquisa uma investigação com recorte temporal mais longo, utilizando bases censitárias, com o objetivo de comparar a dinâmica estrutural da segregação socioespacial na América Latina, além de expandir a análise para outras metrópoles.

REFERÊNCIAS

- CICCOLELLA, P. Revisitando la metrópoles latino-americana más allá de la globalización. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**. No 8, p. 9-21, 2012.
- DE MATTOS, C. A. Crescimento metropolitano na América Latina. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARRERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, 30(4), 415-441, 1979.
- HAMNETT, C. Les Changements socio-économiques à Londres. **Sociétés Contemporaines**, No. 22-23, Junho-Setembro, 15-32, 1995.
- HAUSER, R. M.; WARREN, J. (1997) Socioeconomic Indexes for Occupations: A Review, Update and Critique. In: GRUSKY, D. B. (ed.). **Social Stratification**. Westview Press, p.213-219, 2008.
- MARQUES, E; TORRES, H. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. **Novos Estudos Cebrap**, n. 56, p.139-168, mar. 2000.
- MARQUES, E.; SCALON, C.; OLIVEIRA, M. A. Estrutura social e Classe em duas metrópoles brasileiras. In: SCALON, C. (Org.) **Ensaio de estratificação**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

- OECD. **OECD Territorial Reviews: Valle de México, Mexico**. OECD Territorial Reviews, OECD Publishing, Paris, 2015.
- PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. Mudanças recentes na estruturação socioespacial da Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (Orgs.) **São Paulo: transformações na ordem urbana**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, Macron Books, 2000.
- PRETECEILLE, E. **Mutations urbaines et politiques locales**. Paris, Centre de Sociologia Urbaine, v. 2, 1993.
- PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **EURE**. Santiago. Vol.25, n.76, 1999.
- RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2013.
- ROBINSON, J. Cities in a world of cities: the comparative gesture. **International Journal of Urban and Regional Research**. 35.1, p. 1-23, 2011.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University, 1991.
- SASSEN, S. **Cities in a world economy**. Pine Forge Press, 1994.
- SCALON, M. C. **Mobilidade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- STAVENHAGEN, R. Estratificação Social e Estrutura de Classe. In: VELHO, O. G., PALMEIRA, M. G. S. e BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de Classe e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- SOLÍS, P. **Structural change and men's work lives: Transformations in social stratification and occupational mobility in Monterrey, Mexico**. Disertación Doctoral, Austin, Texas, 2002.
- SOLÍS, P. Estratificación Social y Movilidad de Clase en México a Principios del Siglo XXI. In: SOLÍS, P.; BOADO, M. (Orgs.). **Y Sin Embargo se Mueve... Estratificación Social y Movilidad Intergeracional de Clase em América Latina**. El Colegio de México, 2016.
- WRIGHT, E. O. A general framework for the analysis of class structure. **Politics & Society**, v.13, n. 4, p. 383-423, 1984.
- WEBER, M. (1920) Class, Status, Party. In: GRUSKY, D. (Ed.) **Social Stratification**. Westview Press, p. 114-124, 2008. ■

APÊNDICE

Categorias sócio-ocupacionais

Grupo sócio-ocupacional	São Paulo		Cidade do México	
	2005	2015	2005	2015
Grandes Empregadores	1,14	1,22	0,66	0,46
Dirigentes do Setor Público	0,14	0,19	0,08	0,28
Dirigentes do Setor Privado	0,82	0,74	2,38	1,81
Profissionais Autônomos de Nível Superior	2,04	2,14	1,03	1,23
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,72	1,11	1,38	1,93
Profissionais Empregados de Nível Superior	4,33	6,99	2,45	4,05
Professores de Nível Superior	2,10	3,42	3,85	3,27
Pequenos Empregadores	3,04	2,02	3,97	3,00
Artistas e similares	1,45	1,03	1,52	1,19
Ocupações de Supervisão	7,27	7,18	4,14	3,68
Ocupações de Escritório	11,39	11,61	7,77	7,95
Ocupações Técnicas	6,33	6,75	5,75	7,21
Ocupações da Saúde e Educação	1,73	1,95	1,03	1,85
Ocupações da Justiça, Segurança Pública e Correios	0,92	1,05	1,01	1,37
Trabalhadores do Comércio	10,48	10,03	15,60	16,01
Prestadores de Serviços Especializados	8,83	10,38	6,18	7,18
Trabalhadores da Indústria Moderna	6,71	5,04	6,52	4,98
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,95	3,29	8,41	6,49
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	3,95	4,64	5,33	6,46
Operários da Construção Civil	4,76	6,17	4,74	3,77
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,19	5,15	5,76	6,02
Ambulantes e Biscateiros	2,36	1,47	5,04	3,99
Trabalhadores Domésticos	8,17	6,14	4,84	5,41
Agricultores	0,78	0,32	0,56	0,40
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (IBGE) e ENOE (INEGI).

Tabela 6: Evolução da estrutural sócio-ocupacional (categorias sócio-ocupacionais) (%)

Vivian Aparecida Blaso Souza Soares Cesar
José Mauricio Conrado Moreira da Silva

Transformações na comunicação no espaço urbano na cidade de São Paulo

análises da lei cidade limpa

Resumo

O artigo “Transformações na Comunicação no Espaço Urbano na Cidade de São Paulo” apresenta resultados da pesquisa “Linguagens Comunicacionais no Espaço Urbano: Projeto de Análise das Influências da Regulação Publicitária como Ampliação de Competências Pedagógicas nos Bacharelados em Comunicação”, realizada em 2018 por pesquisadores da Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo. O trabalho toma como objeto as mudanças na regulação publicitária na cidade a partir da aprovação da Lei Cidade Limpa de janeiro de 2006. A pesquisa aponta as modificações nas formas de comunicação no espaço urbano que se intensificaram e promoveram intervenções que intencionam benfeitorias no espaço público da cidade.

Lei cidade limpa

Mídia ooh

Comunicação no espaço público urbano

Abstract

The article “Changes in Urban Communication in São Palo City: analyses in clean city law”, this presentation of the results about the researches “Languages Communications in the urban space: Project The Analyses if the regulatory advertising for expansion the pedagogic skills in the graduate courses realizing at 2018 for researchers whit Universidade Presbiteriana Makenzie. This work goals the changes in advertising regulatory in the city has been involved the law clean city since 2006 January. The research leads o transforming the forms the communications at urban spaces and improved a lot of the urban intervention for better public spaces in city.

Clean city law

Advertising in out of home

Urban Communication in the public spaces

INTRODUÇÃO

As mudanças na regulação publicitária na cidade a partir da aprovação da Lei Cidade Limpa de janeiro de 2006, modificaram as formas de comunicação no espaço urbano e intensificaram intervenções que intencionalmente benfeitorias no espaço público da cidade. Foi neste contexto que a pesquisa “Linguagens Comunicacionais no Espaço Urbano: Projeto de Análise das Influências da Regulação Publicitária como Ampliação de Competências Pedagógicas nos Bacharelados em Comunicação” foi desenvolvida com uma equipe multidisciplinar de professores da área de comunicação e arquitetura¹. O projeto foi realizado em 2018 por pesquisadores da Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo. O trabalho apresenta um estudo exploratório de caráter qualitativo que envolveu: pesquisa teórica e documental, entrevistas, estudo de caso e etnografia que de acordo com Magnani (2009) : “o olhar de perto e de dentro” permite captar sutilezas e distinções e captar processos para complementar análises com intuito de captar um sentido que lhes faltava anteriormente”.

Na sequência elaboramos um inventário para definirmos algumas categorias de análises de comunicação que escapam do conceito tradicional Mídia OOH², mas que estão previstas na Lei Cidade Limpa e disponível para consulta no documento: “Manual Ilustrado de Aplicação da Lei Cidade Limpa e norma complementares. Lei n° 14.223, de 26 de setembro de 2006. Decreto n° 47.950, de 05 de dezembro de 2006”. Estas leis são importantes para que possamos compreender os processos de aprovação e a implementação das ações em São Paulo.

Destacamos que a partir dos resultados encontrados foi possível perceber os potenciais que a Mídia OOH e demais comunicações no espaço urbano tendem a proporcionar para anunciantes, veículos e usuários principalmente no que envolvem melhorias urbanísticas e experiências aos usuários das cidades possibilidades de transformações que possibilitem novos espaços de convivência e o resgate de práticas comunitárias visado as benfeitorias socioambientais na cidade.

A COMUNICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO

As cidades indicam por meio de suas estruturas e elementos característicos, os seus significados, “o lugar simbólico surge nos espaços urbanos que estão próximos aos grandes centros de decisão econômica, empresarial e administrativa”. Lucrécia D’Alessio Ferrerara³ (2002) em seu livro “Design em Espaços” explica a estética e produções de sentidos a partir dos prédios envidraçados, fachadas em aço e mármore, materiais que conferem essa verticalidade das torres as novas centralidades das decisões econômicas da cidade de São Paulo como uma cidade global.

Na Avenida das Nações Unidas, na margem esquerda do Rio Pinheiros, em São Paulo, entre o final da década de 90 e os anos 2000, sua imagem foi sendo preparada para imprimir a estética de cidade global, e mais tarde, considerada uma das maiores cidades do mundo, no coração da América Latina.

Essas transformações que ocorreram na região “Água Espraiada Faria Lima”, cujos condomínios fechados, e as operações Urbanas Consorciadas, integravam parte das transformações na dinâmica espacial da cidade configuraram o surgimento de uma nova centralidade econômica, voltada para serviços na direção sudoeste, e a região da Avenida Paulista deixava de ocupar a centralidade econômica. Também às margens do Rio Pinheiros era o espaço onde se concentravam boa parte da “mídia exterior”⁴ da cidade.

Camila Faccioni Mendes (2017), em seu livro “Paisagem urbana: Uma mídia redescoberta” nos apresenta o conceito de “mídia exterior”; originária da tradução do inglês “*outdoor advertising*” e variações como “publicidade ao ar livre” ou “mídia externa”. Segundo a autora, os anúncios publicitários começaram a aparecer na cidade de São Paulo a partir dos anos 1920, com início das importações de produtos europeus e norte-americanos.

Vale ressaltar que neste período, São Paulo rapidamente deixava suas características provincianas para se tornar uma metrópole modernizada. Naquela época, a metrópole já contava com 21 mil prédios, passando para 32 mil prédios em 1910, marca de uma rápida expansão que já apontava características de urbanização, conferindo a São Paulo a característica de “provisória”, como retratada pelo historiador Ernani Silva Bruno⁵ em sua obra: “História e Tradi-

1 Grupo formado pelos professores José Maurício c. M. Da Silva (líder), Carlos Leite de Souza, Daniela Sacuchi, Juliana Porto, Lidiane Christovam, Rogério Martins, Rogério Bandeira, Vivian Blaso, Vanessa Molina.

2 Mídia *Out Of Home* é um modelo bastante utilizado pela publicidade em grandes centros urbanos e abrange telas e letreiros que podem utilizar vídeo em vias de grande circulação.

3 Lucrécia D’Alessio Ferrerara, **Design em Espaços**, 1ª Ed. São Paulo; Edições Rosari, 2002.

4 Camila Faccioni Mendes, **Paisagem urbana: Uma mídia redescoberta**, São Paulo; Senac, 2017.

5 Bruno, Ernani Silva. História e Tradições da Cidade de São

ção da Cidade de São Paulo”.

De 1910 à 1960 São Paulo foi alterando sua paisagem urbana e construção de prédios cada vez mais altos imprimiam a cidade ares de uma capital moderna, constituída para a circulação de carros, com a instalação de lojas de departamentos como o “Mappin Stores” de 1913 e o edifício “Edifício Martinelli” um prédio de 1922, localizado no Centro de São Paulo, na rua São Bento, projeto dos arquitetos: Giuseppe Martinelli, Irmãos Lacombe.

Marcada posteriormente por um novo processo de grande transformação nas décadas de 80 e 90, São Paulo foi considerada “Cidade Patchwork”, como mencionado pela professora e pesquisadora Lucia Bógus e Suzana Taschner (1999) do Observatório das Metrópoles, para demonstrar os traços de desigualdade e fragmentação pelo qual as cidades brasileiras estavam passando durante o século XX.

A arquitetura dos shoppings era preparada para atrair consumidores, como espaços seguros, para lazer, compras, entretenimento, convívio e alimentação. A comunicação visual também era impactada por estes processos de reordenamento da cidade e os processos de produção dos *outdoors* deixaram de ser artesanais e passaram a ser produzidos em série que espalhados pela cidade, contribuíram para o processo de poluição visual. De acordo com Camila Faccioni Mende, (2017): “A partir da década de 1990, aumentou consideravelmente a diversidade de suportes de mídia exterior. Adotaram-se novas estruturas, como os tubulões ou monopostos, mais conhecidos como anúncios *back-light*.”

A lei nº 12.115 de 12 de junho de 1996 e a Lei nº 13.525, de 1º de março de 2003 são as que regulamentavam a publicidade exterior na cidade de São Paulo antes de entrar em vigor a “Lei Cidade Limpa”, lei municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006.

Neste cenário, novas narratividades vêm sendo produzidas a partir da regulamentação da Lei Cidade Limpa, aprovada no contexto da poluição visual com a proibição dos *outdoors* e pinturas em fachadas que faziam propagandas de produtos e empresas. Tais medidas, tiveram como objetivos regulamentar aspectos relacionados a paisagem urbana da cidade e tem como órgão responsável pelo acompanhamento das políticas públicas relacionadas a paisagem urbana a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU: “analisar casos relacionados à aplicação da legislação de anúncios, mobiliário urbano, e inserção de elementos na paisagem urbana”. O que se conclui é que a partir dessa lei, houve uma limitação do tamanho de letreiros nas fachadas dos estabelecimentos comerciais e vetados anúncios publicitários em taxis, ônibus

e bicicletas modificando a publicidade externa na cidade de São Paulo.

Em 2012, houve a publicação de novo decreto, e logo após a oferta de uma licitação que trouxe a abertura de um edital para a exploração do mobiliário urbano: pontos de ônibus e relógios de rua que na época foi liderada pela Odebrecht⁶ e a JCDecaux, empresa que comercializa espaços publicitários na mídia OOH no Brasil atua nos seguintes formatos: Aeroportos, Aeroportos, Metrô, Mobiliário Urbano e Grandes Formatos.

De acordo com a Prefeitura de São Paulo é considerado mobiliário urbano:

o conjunto de elementos que podem ocupar o espaço público e que são implantados, direta ou indiretamente, pela Administração Municipal, com as funções urbanísticas de circulação e transporte, ornamentação da paisagem e ambientação urbana, descanso e lazer, serviços de utilidade pública, comunicação e publicidade, atividade comercial e acessórios à infraestrutura. Exemplos: abrigos de parada de ônibus e táxi, relógios de rua, lixeiras, bancas de jornais e revistas, protetores de árvores, placas e totens de identificação de vias e logradouros públicos, etc. Atualmente, a exploração publicitária de mobiliário urbano, no Município de São Paulo, é permitida apenas em relógios eletrônicos e abrigos de parada de ônibus, como resultado de concessões públicas que abrangem a instalação e manutenção de tais mobiliários. (Manual Ilustrado da Lei Cidade Limpa e normas complementares, 2016)

Em 2014, a partir do novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014), a paisagem da cidade foi considerada um bem ambiental e elemento indispensável ao bem-estar e à sensação de conforto individual e social, o que é necessário para a qualidade de vida da população.

Em 2016, a prefeitura disponibilizou em seu site o “Manual Ilustrado de Aplicação da Lei Cidade Limpa e normas complementares⁷” com intuito de esclarecer as diretrizes e aplicações no espaço público urbano da cidade. No manual diz que: “a partir no novo plano, estão contemplados o combate à poluição visual e a degradação ambiental, a proteção e recuperação e valorização do patrimônio cultural, paisagístico e do meio ambiente natural ou construí-

6 “Empresa de capital fechado, de origem brasileira, a Odebrecht S.A. é a holding do Grupo Odebrecht, criado em 1944, na Bahia, e hoje presente em 24 países, além do Brasil”

7 **Manual Ilustrado de Aplicação da Lei Cidade Limpa.** Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Carilha-Lei-Cidade-Limpa.pdf>

Anúncio Indicativo	Identifica, no próprio local da atividade, o estabelecimento e/ou profissionais que dele fazem uso, podendo conter o nome do estabelecimento ou do profissional e seus respectivos logos, indicação dos serviços e atividades realizados, telefones, endereços e sites.	Exemplos: placas de loja, de clínicas médicas ou letreiros de bar.
Anúncio Publicitário	Destinado à veiculação de publicidade, instalado fora do local onde se exerce a atividade.	Exemplos: propaganda em outdoors ou em mobiliário urbano, como abrigos de parada de ônibus e relógios eletrônicos.
Anúncio Especial	Finalidades: cultural, educativa, informativa, eleitoral ou imobiliária.	Exemplos: placa com campanha educativa, cartaz de venda ou aluguel de imóveis, indicação e informações de evento cultural, etc.

Quadro 1

Fonte: CPPU, adaptado pelos autores

do da cidade, e a ordenação da inserção de anúncios nos espaços públicos, com restrição à publicidade”.

O anúncio é considerado “qualquer veículo de comunicação visual presente na paisagem visível do logradouro público (ruas, avenidas, praças, etc.), composto de área de exposição e estrutura classificado em: Anúncio Indicativo, Anúncio Publicitário e Anúncio Especial” conforme quadro 1.

Seguimos as análises do manual e encontramos questões importantes que devem ser seguidas de acordo com os critérios de aprovação junto à CPPU - Comissão de Proteção à Paisagem Urbana e as diretrizes previstas na Lei Cidade Limpa relacionadas as “mensagens indicativas de doação ou cooperação⁸ com o Poder Público: “Melhorias urbanas e conservação de áreas verdes municipais (como a manutenção de parques, praças, canteiros de vias, etc.); Instalação de parklets (extensão temporária de passeio público); Execução e manutenção de jardins verticais; Restauro e conservação de bens de valor cultural”.

Em relação ao “Anúncio Especial” destacamos os anúncios de finalidade cultural: comunicação visual de eventos culturais, comunicação visual de provas de rua e eventos esportivos e projeções em fachadas porque as marcas vêm utilizando essas estratégias com frequência em suas ações comunicacionais no espaço urbano:

“Anúncio de finalidade cultural: Regulamenta os elementos de comunicação visual dos eventos realizados em espaços públicos ou privados visíveis de lo-

gradouro público do Município de São Paulo, especialmente no que diz respeito à inserção de nomes e logos de organizadores, patrocinadores e apoiadores. Comunicação visual de provas de rua e eventos esportivos – Resolução SEHAB.CPPU/002/2008 Regulamenta os elementos de comunicação visual das provas de rua e eventos esportivos assemelhados, especialmente no que diz respeito à inserção de nomes e logos de organizadores, patrocinadores e apoiadores. Projeção em fachadas - Resolução SMDU. CPPU/008/2011. Regra a projeção temporária de filmes, desenhos, fotos e imagens em fachadas de edifícios, monumentos, viadutos e demais construções permanentes ou temporárias, públicas ou privadas, quando visíveis do logradouro público”. (2016. p. 23)

CIDADE LIMPA X CIDADE LINDA

Os jogos de palavras Cidade Limpa x Cidade Linda foi um dos recursos discursivos utilizado pelo ex prefeito da Cidade de São Paulo João Dória em 2017, que permaneceu no cargo apenas por 15 meses, para justificar benfeitorias que precisavam ser realizadas na cidade. Mas, aquelas benfeitorias necessitavam de parcerias público privadas para ter viabilidade econômica e posteriormente demonstrar aos paulistanos uma cidade com ares de melhor cuidada do que as gestões anteriores.

A prefeitura da Cidade de São Paulo na gestão do ex prefeito João Dória em 2017, propôs uma série de bem feitorias às marcas que doassem recursos para os processos de revitalização da cidade de São Paulo. De

⁸ Termos de cooperação: “parceria entre o poder público e iniciativa privada para manutenção de melhorias paisagísticas e ambientais com vigência máxima de 03 anos”.

<p>Instalações temporárias de escultura e arte pública (inseridas em espaço público de forma isolada, com suporte próprio)</p>	<p>Necessitam de aprovação prévia da CPPU</p>	<p>Comunicação visual: poderá utilizar placa com dimensões equivalentes à folha A4 (29,7cm x 21 cm), contendo o nome da obra, do seu autor e nomes e logos de organizadores, patrocinadores e apoiadores.</p>
<p>Inserção de arte pública em muros ou tapumes</p>	<p>Necessitam de aprovação prévia da CPPU apenas as intervenções artísticas em muros ou tapumes: com mais de 30m contínuos de extensão; ou cujo somatório de trechos numa extensão de 100m totalize mais do que 30m de intervenção. As demais intervenções em muros ou tapumes, com dimensões inferiores às descritas acima, não necessitam de aprovação da CPPU.</p>	<p>Comunicação visual: poderá utilizar placa contendo nomes e logos de organizadores, patrocinadores e apoiadores, com dimensões máximas de 60cm x 40cm e tempo de permanência não superior a 30 dias.</p>
<p>Inserção de arte pública em empenas cegas</p>	<p>Necessitam de aprovação prévia da CPPU apenas as intervenções artísticas em empenas cegas com mais de 5m de altura. As intervenções em empenas com altura inferior não necessitam de aprovação da CPPU.</p>	<p>Comunicação visual: poderá utilizar placa contendo nomes e logos de organizadores, patrocinadores e apoiadores, com dimensões máximas de 60cm x 40cm e tempo de permanência não superior a 30 dias</p>

Quadro 2

Fonte: CPPU, adaptado pelos autores

acordo com a Folha de São Paulo as doações envolveram desde a doação de camisetas ao projeto Cidade Linda até a revitalização de 7 quadras do Parque Ibirapuera no valor de R \$229 mil reais.

Em cumprimento ao seu plano de metas que ficou disponível para consulta pública no site da prefeitura, foi realizada a ação de intervenção urbana no corredor da Avenida 23 de Maio em São Paulo, com a implantação de 11 km de corredor verde, conforme matéria publicada no jornal Estadão em 05 de agosto de 2017, o que na época, ocasionou uma série de discussões porque o prefeito apagou os tradicionais grafites da Avenida 23 de maio, que haviam sido produzidos por 200 artistas, dentre eles o Kobra⁹, na gestão anterior autorizadas na época pelo prefeito Fernando Haddad, a prefeitura pintou de cinza e mais tarde, implantou o Jardim Suspenso.

Outro exemplo desta intervenção onde há o envolvimento de publicidade urbana na cidade de São Paulo foi a que marcou a reforma de uma passarela

nas imediações do aeroporto de Congonhas como apoio da iniciativa privada na forma de exposição de marcas.

De acordo com as informações disponíveis no site da Prefeitura de São Paulo: “A Prefeitura não tem recursos, ela tem capacidade de mobilização do setor privado para viabilizar obras, iniciativas e conduzir investimentos privados para ajudar as boas causas da cidade e conseguimos. Será uma passarela adequada à dimensão deste que é o segundo maior aeroporto em volume de passageiros do Brasil, adequada à dimensão da cidade de São Paulo e ao volume de público de pessoas que utilizam a passarela”, disse o prefeito João Doria”. (2017)

ARTE PÚBLICA

A arte urbana principalmente as que estão diretamente relacionadas ao *graffiti* e muralismo vem ganhando cada vez mais a atenção das marcas e seus consumidores por aproximação de uma estética *cool* que dialoga com estilo de vida urbano contemporâneo. Elaboramos um quadro (2) com as informações

⁹ Eduardo Kobra reconhecido internacionalmente como Muralista, expressa através da sua arte a luta contra a violência acessado em: <http://www.eduardokobra.com/biografia/>



Figura 1: Fotos Festival O.Bra. (Direita para esquerda) - Artistas: Speto, Jaz (Argentina) e Conor Harrington (Irlanda), Inti (Chile) e Alexis Diaz (Porto Rico).

e diretrizes relacionadas as aprovações necessárias para viabilidade desse tipo de ação comunicacional na cidade e as informações completas podem ser consultadas no site da prefeitura, e no manual.

Em São Paulo, o grafite e muralismo que já são reconhecidos no cenário internacional, passa a ganhar projeção com artistas como os Gêmeos, o Kobra. No caso do muralismo, geralmente ocorre nas empenas cegas e para que ele aconteça são necessárias parcerias de apoio a infraestrutura e recursos financeiros, além das autorizações junto aos órgãos públicos e do proprietário do imóvel.

Festivais de Muralismo no Brasil vem ocorrendo

com apoio e patrocínio de empresas como Festival O.Bra em São Paulo realizado em 2015 contou com empresas como Coral (empresa de tintas), Miller (cerveja), Itaú Cultural (instituto social de banco), Genie (empresa de plataformas elevatórias), patrocinaram o festival. Os restaurantes da região (O Gato que Ri, Dona Onça, La Casserole, A Casa do Porco), a incorporadora BKO apoiaram institucionalmente o O.Bra.

Os murais vêm ocupando os espaços que foram deixados pelos antigos *outdoors* publicitários em função das legislações que hoje proíbem seus usos tanto em São Paulo como em outras cidades, uma tentativa

Figura 2: Grafite em Santa Cecília informa sobre abrigo com canil - André Porto/Metro.



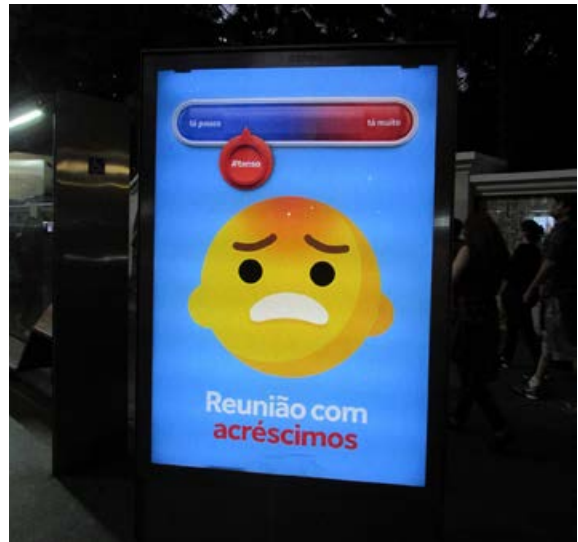


Figura 3:
Fotos da
Campanha
Dorflex, na
Avenida Paulista,
imagens por
Vivian Blaso.

de regular o espaço público e conter a poluição visual urbana.

Vale ressaltar que as marcas e organizações como a própria prefeitura de São Paulo em de abril de 2018 utilizou essa linguagem comunicacional para informar os moradores de rua sobre abrigos que aceitam cães nos 17 CTAs (Centros Temporários de Acolhimento) construídos desde 2017. “A comunicação foi feita no teto de cinco viadutos, que informam sobre a proximidade de centros de acolhida que têm estrutura para receber animais”.¹⁰

Essas narrativas aproximam os seus públicos e vem ocupando espaços e se transformando em locais de apreciação da arte compreendidas como revitalizadas e representam mudanças regionais na relação entre espaço urbano e publicidade na cidade de São Paulo.

De acordo com A ABOOH¹¹ - Associação Brasileira de Mídia *Out Of Home* incluem: Aeroportos, Edifícios, Estabelecimentos Comerciais, Grande Formatos, Mobiliário Urbano e Transportes.

Elaboramos um quadro analítico (3) com algumas ações de comunicação das marcas e destacamos algumas que escapam às tradicionais ações de “Mídia OOH” previstas na Lei Cidade Limpa em São Paulo.

Vale ressaltar que são muitas ações e muitos anunciantes que estão buscando soluções inovadoras e sedutoras no espaço público urbano porque passamos em média de 07 à 08 horas por dia fora de casa o que nos permite multinterações desde da hora que programamos o celular para despertar até a hora que retornamos para nosso lar.

10 <https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/04/27/prefeitura-usa-grafite-para-informar-moradores-de-rua-sobre-abrigos-que-aceitam-caes.html>

11 ABOOH - <http://www.abooh.com.br/publicacoes/>

INCURSÃO ETNOGRÁFICA: MÍDIA OOH AVENIDA PAULISTA

No dia 24 de junho de 2018 (Domingo), durante o período que a Avenida Paulista é aberta para as pessoas, uma das pesquisadoras do projeto saiu às ruas com propósito de observar a mídia OOH (*Out Of Home*). Os pontos de ônibus e relógios de ruas são alguns dos poucos espaços onde hoje é permitido a utilização como mídia publicitária após a Lei Cidade Limpa em São Paulo.

O cenário é de Copa do Mundo, e com isso boa parte dos anúncios destes espaços faziam menção a este período. Como é o caso da marca Dorflex com as mensagens: “vibrar intensamente é #tenso” (com uso de hashtags) #tenso porque uma das estratégias desse tipo de mídia é levar os consumidores cada vez mais para interações *on* e *off line*, ou seja, tanto com o meio físico como o meio digital. O uso de hashtag é um convite para postar. Essa estratégia é a aposta dos anunciantes e agências no planejamento e mensuração relacionados as interações com os consumidores com intuito de possibilitar cada vez mais de forma assertiva o engajamento e os impactos veiculados nestes canais.

Outros aspectos da comunicação na paisagem urbana são aqueles que estão relacionados ao uso e suas funcionalidades, atraindo assim o público para a sua adesão imediata como é o caso de ações da marca O Boticário nas bancas da Avenida Paulista com os seguintes dizeres: “Aqui tem WiFi para você. Wifi Livre O Boticário”.

Perguntei para o rapaz da banca se era uma ação da marca de cosméticos, ele disse:

- “Sim! Porque eles têm uma loja aí no Shopping Center 3”.

Interessante essa ação estratégica de comunicação

Quadro 3: Categorias de análises de comunicação.

Categorias de comunicação	Lei Cidade Limpa	Anunciante	Campanha	Interação on e off line	Ano
Inscrições visuais urbanas: Pixo, Grafite, Muralismo, Stencil, Lambe, Pixo	Arte Pública	Absolut	Absolut Art Resistance ^I projeto de resistência artística	Muralismo no Minhocão	2017
	Mobiliário Urbano - Metro Lambe - caracteriza-se como infração, nos termos do artigo 75, inciso IV, da Lei nº 13.525/03. 5.	Telecine	“Mais Cinema” Por Favor”	Comunicação inclui mobiliário urbano, lambe-lambe e hotsite e influenciadores	2017
Mobiliário Urbano: Relógio de Rua, Ponto de Ônibus, Bicicletário, Metro, Parklets	Anúncio Especial - Evento Foi deliberado parcialmente pela CPPU	Lipton	Jardim Suspenso - Refresque suas pausas ^{III} Projeto: Lipton Sky Garden	Posts com geolocalizações Live no Facebook	2017
Patrimônio Histórico e Cultural - Retrofiti: ocupação do espaço, revitalização		Redbull	“Edifício de 1926, tombado como patrimônio histórico pelo Conpresp, o Red Bull Station ^{IV} ocupa a antiga subestação de energia Riachuelo, desativada em 2004. Após um longo processo de reforma e requalificação, o prédio reabriu as portas para o público em outubro de 2013”.		2013
	Projeção em fachada de edifício na inauguração do Farol Santander - Processo parcialmente deferido	Santander	Farol Santander ^V edifício Altino Arantes, conhecido por moradores e turistas como “Banespão.		2017
Eventos Corridas de rua, carnaval, entre outros	Provas de Rua e eventos esportivos e Projeção Mapeada Fachadas - Deferido pela CPPU Projeção Mapeada - Deferido pela CPPU	Adidas	Adidas Parley ^{VI} corrida de Rua #runfortheoceans, projeção na fachada do Shopping Center 3 na Avenida Paulista e Som do Oceano. Adidas Derrupt ^{VII} vídeo mapping foi projetado na fachada do Edifício Riviera em São Paulo.	Adidas Parley - Rede Social de engajamento em projetos sustentáveis	2018

I Absolut Resistance: disponível em <https://www.absolutartresistance.com.br/>II Telecine: disponível em <http://propmark.com.br/midia/telecine-pede-mais-cinema-por-favor-em-campanha>III Lipton: disponível em https://youtu.be/c4j46ZiTD_EIV RedBull Station: disponível em <http://www.redbullstation.com.br/sobre/>V Farol Santander: disponível em <https://www.farolsantander.com.br/#/>VI Adidas Parley: disponível em <http://www.parley.tv/#collaborations>VII Adidas Derrupt: disponível em <https://www.hypeness.com.br/2018/04/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-a-projecao-na-parede-do-riviera/>



Figura 4: Banca de Revista, na Avenida Paulista, imagem por Vivian Blaso.

da marca Boticário, em um ponto turístico como a Avenida Paulista. Ação empática e eficiente tanto para os turistas como para os frequentadores da região. Além de trazer benefícios para as bancas de revistas que hoje vendem água, chocolates, refrigerante, salgadinhos e doces oferecem Wifi gratuito, um serviço que hoje é praticamente indispensável na gestão cotidiana da vida nas grandes cidades.

Neste dia, outra intervenção urbana despertou atenção: “Football Parade” uma ação comunicacional da empresa Gf-Ex (*Global Football Experience*), uma plataforma global de projetos, conteúdo e experiências ligadas ao futebol com a produção e exposição de 70 esculturas de bolas pintadas por artistas plásticos realizada em São Paulo em comemoração aos 70 anos do Sindicato de Atletas São Paulo. Marcas divulgadas: Prefeitura de São Paulo, Wanda, Coral, Gazit Brasil. Ação foi aprovada pela CPPU¹²

Na fachada do prédio, próximo a saída do metro

12 Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/cppu/index.php?p=252515

estação Trianon Masp encontrei telas luminosas com a divulgação publicitária das marcas: LG, Heineken, Coca Cola, Itaipava.

Outro exemplo que esta relacionado ao objeto de estudo deste trabalho é a utilização da marca Adidas do conhecido vão do MASP - Museu de arte de São Paulo Assis Chateaubriand. Neste espaço a marca faz uma ação intitulada #runfortheoceans. A Adidas promoveu uma corrida de rua como ação promocional de lançamento do Tênis Adidas Parley. A “Ação Parley for The Oceans”, está conectada a uma rede social e uma campanha que promove a educação ambiental de crianças, além de retirar toneladas de plástico dos oceanos que posteriormente são transformando em produtos. O apelo da Adidas está relacionado a questão da sustentabilidade. No vão do MASP foi montada uma exposição com linguagem que aproxima jovens da estética cool dos grafites presente em outras ações de comunicação da Adidas que traz como objetivo aproximar os seus públicos da cultura urbana e linguagem das ruas.

Na foto abaixo, um painel colorido onde as pessoas tiravam fotos e “selfies” para postar nas redes sociais que marcam o espírito contemporâneo dos nossos tempos.

Seguindo adiante e chegando ao Conjunto Nacional percebe-se uma estrutura de som imitava o som do Oceano. Do outro lado da Avenida Paulista já ocupando toda a fachada do Shopping Center 3 avisto uma projeção luminosa com uma animação de um oceano e a frase: #runfortheoceans. Sim! Essa era a continuidade da ação de comunicação da Marca Adidas em função do lançamento do Tênis Adidas Parley. A ação foi aprovada pela CPPU¹³ e realizada pela empresa VisualFarm produtora de conteúdos visuais e projeções, pioneira na criação de espetáculos projetivos e uso do vídeo mapping em eventos cor-

13 Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/cppu/index.php?p=253151

Figura 5: Football Parade 2018, na Avenida Paulista, por Vivian Blaso.



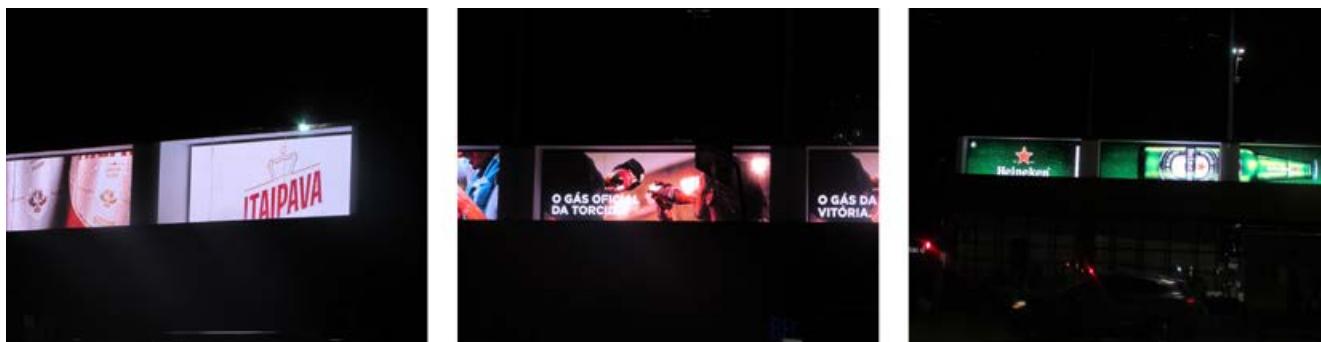


Figura 6: Painéis luminosos, na Avenida Paulista, por Vivian Blaso.

porativos no Brasil. A projeção foi sincronizada com uma caixa de som que eclodia o som do oceano toda vez que aparecia o fundo do mar, os peixinhos e os dizeres #runfortheoceans.

CONCLUSÕES

De acordo com a Ótima, uma das empresas que comercializa inovações e espaços em mídia OOH: o paulistano passa em média 11 horas por dia em circulação, mais de 8 milhões estão em trânsito entre 7h e 20h. Este dado é importante para as análises deste trabalho, uma vez que está relacionado à circulação das pessoas pelos espaços urbanos. Na pesquisa Ibope realizada em 2015: dos 58% da população de São Paulo e Gde. (72%) são impactadas pela mídia exterior, ou seja, 12 milhões de pessoas, o que já demonstra o alto potencial de impacto desse tipo de mídia nas pessoas que circulam pela cidade.

Desde as transformações impulsionadas pela lei Cidade Limpa e chegando ao contexto do projeto Cidade Linda, este artigo buscou explorar as relações entre espaço urbano e novas linguagens advindas do contexto publicitário na cidade de São Paulo. A cidade tem apresentado vocação para o desenvolvimento, tanto da arte urbana, como exposto pelo trabalho, quanto ao processo de intervenção nos fluxos cotidianos urbanos por marcas interessadas em explorar os novos meios de visibilidade dentro das condições impostas pelas mudanças nos cenários macroambientais.

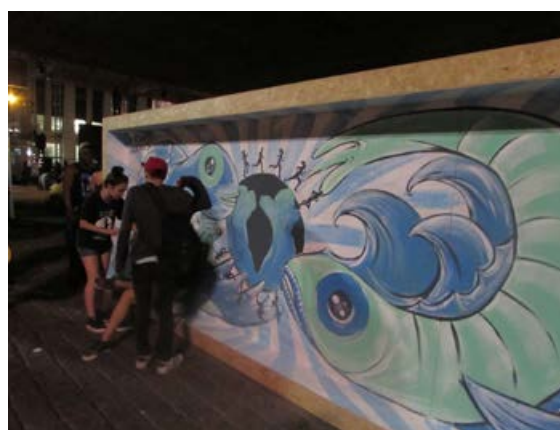
Desta forma, impulsionadas pela lei Cidade Limpa, agências, produtoras de conteúdo, anunciantes e profissionais de comunicação e marketing tiveram que enfrentar simultaneamente à luz dessas transformações novos desafios na regulamentação da publicidade na paisagem urbana. Vivenciando tais mudanças macroambientais, estas marcas estão ainda sendo influenciadas por transformações políticas, econômicas, ambientais, culturais e ecológicas que foram condicionando novas formas de viver e habitar a cidade.

REFERÊNCIAS

- ABOOH - <http://www.abooh.com.br/publicacoes/>
 ABSOLUT RESISTENCE: <https://www.absolutarresistance.com.br/>
 ADIDAS DERRUPT: <https://www.hypeness.com.br/2018/04/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-a-projecao-na-parede-do-riviera/>
 ADIDAS PARLEY: [http://www.parley.tv/ #collaborations](http://www.parley.tv/#collaborations)
 BRUNO, ERNANI SILVA. **História e Tradições da Cidade de São Paulo** - Volume II.
 BÓGUS, Lucia & TASCHNER, Suzana. São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma



Figura 7: Vão do Masp - Adidas Parley #runfortheoceans na Avenida Paulista, por Vivian Blaso.



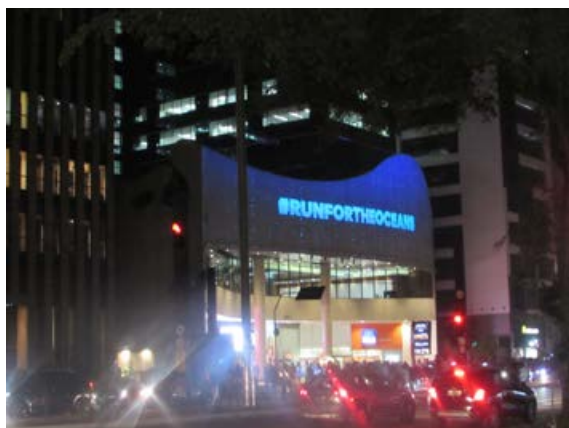


Figura 8:
Painel luminoso
Adidas Parley,
#runfortheoceans
fachada do
Shopping Center
3 na Avenida
Paulista, por
Vivian Blaso.

cidade segregada in <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9309> acesso em 06-05-2019.

CAMILA Faccioni Mendes. **Paisagem urbana: uma mídia redescoberta**, São Paulo; Senac, 2017.

Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

CIDADES AFETIVAS: <https://youtu.be/Px4Tv-mU0s5o>

DAN LATTIMORE; Otis Baskin; Suzette T. Heiman; Elizabeth L. Toth. *Relações Públicas: Profissão e Prática* (2012)

EDUARDO KOBRA <http://www.eduardokobra.com/biografia/>

FAROL SANTANDER: <https://www.farolsantander.com.br/#/>

LE GOFF, Jacques. **Pour l'amour des Villes**. Paris: Les Editions Textuel, 1997. Edição brasileira: *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo

LEI Nº 14.223, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006
Disponível em: http://www9.prefeitura.sp.gov.br/cidadelimpa/conheca_lei/conheca_lei.html

LIPTON: https://youtu.be/c4j46ZiTD_E

LUCRÉCIA D'Alessio Ferrerara, **Design em Espaços**, 1ª Ed. São Paulo; Edições Rosari, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor *Etnografia como prática e experiência*. Horiz. antropol.

vol.15 no.32 Porto Alegre July/Dec. 2009.

MANUAL ILUSTRADO DE APLICAÇÃO DA LEI CIDADE LIMPA. <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Cartilha-Lei-Cidade-Limpa.pdf>

MAPA OOH <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2018/03/26/mapaooh-oferece-metricas-de-mobiliario-urbano.html>

MARTINELLI, Raquel, CASARIN, Vanessa. Um olhar comparativo sobre a regulamentação da mídia exterior urbana; os casos de São Paulo (cidade) e Roma In: *InfoDesign - Revista Brasileira de Design da Informação* [online], 2018, no.15. Volume I - ISSN 1808-5377 p. 17- 44. Consultada no Portal InfoDesign.

ONU-Organização da Nações Unidas: <https://na-coesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Parklets <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/parklets/>

REDBULL STATION: <http://www.redbullstation.com.br/sobre/>

ROGERS, Richard e GUMUCHDJIAN, Philip. *Cities for Small Planet*. London: Faber and Faber, 2001. Edição brasileira: **Cidades para um pequeno planeta**. Trad. Anita Regina Di Marco. São Paulo: GG Brasil, 2014.

TELECINE: <http://propmark.com.br/midia/telecine-pede-mais-cinema-por-favor-em-campanha> ■

Vivian Aparecida Blaso Souza Soares Cesar
é doutora, titular do Departamento de Comunicação na Faculdade Armando Álvares Penteado (FAAP), idealizadora do Cidades Afetivas e Artista. vivianblaso@uol.com.br

José Mauricio Conrado Moreira da Silva é doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor no Centro universitário Faculdade das Américas. zemaucio@gmail.com

Claudio José Cavalcante Blanco
Patrícia Bittencourt Tavares das Neves
Cláudio Luciano da Rocha Conde

Análise do tempo de viagem de casa ao local de trabalho dos brasileiros considerando as cinco regiões do país

Resumo

Este estudo consiste numa análise do tempo gasto no deslocamento casa-trabalho considerando os dados secundários do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa abrangeu todos os 5.565 municípios do país, e a análise empreendida se fundamenta no uso de medidas de localização, especialização e concentração para identificação e avaliação de fenômenos sociais relacionados à mobilidade urbana.

Mobilidade urbana

Tempo de viagem

Indicadores regionais

Abstract

This study consists of an analysis of the time spent commuting considering the secondary data from the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This research included all 5565 municipalities in the country and an analysis undertaken based on the use of location measures, specialization and concentration to identify and evaluate social phenomena related to urban mobility.

Urban mobility

Time of travel

Regional indicators

INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta uma crise na mobilidade urbana. O problema é mais grave nos grandes centros urbanos, onde a oferta e as redes de transporte público são insuficientes, e o crescimento econômico associado à distribuição de renda e a benefícios tributários para a aquisição de veículos tem provocado um aumento expressivo na taxa de motorização da população (VASCONCELOS, 2006; IPEA, 2010). Com mais veículos nas ruas, os congestionamentos são frequentes, acarretando aumento nos tempos de viagem. Nos municípios de pequeno e médio porte a situação também é preocupante: a falta de infraestrutura e a ausência de planejamento e de redes de transporte público têm provocado o crescimento acentuado na taxa de motorização por automóveis e motocicletas.

O padrão de mobilidade no Brasil vem sofrendo fortes alterações nesses últimos anos, principalmente devido ao aumento acelerado da frota de veículos privados associado à ausência de planejamento urbano integrado ao planejamento de transporte e ao planejamento da circulação e à falta de investimentos em redes de transporte público. Como produto, nossas cidades sofrem com congestionamentos e sérios problemas relacionados ao estacionamento de veículos, acidentes e poluição ambiental.

Dadas essas condições, as pesquisas do IBGE, ao incluírem no censo a variável tempo de deslocamento diário dos habitantes que se dirigem ao trabalho e retornam para casa no mesmo dia, apontaram que mais de 7 (sete) milhões de brasileiros gastam dia-

riamente mais de uma hora apenas no deslocamento de casa para o trabalho e 1,093 milhão de pessoas gastam mais de duas horas para chegar ao trabalho (IBGE, 2011). Deste modo, o texto aqui apresentado é resultado de um estudo baseado em uma análise exploratória de dados espaciais provenientes do banco de dados do IBGE. As análises foram feitas a partir da caracterização espacial e avaliação dos índices de localização, de especialização, de concentração e de desigualdade, conforme estabelecido no projeto de pesquisa “Amazônias: conhecimento e mudança”, coordenado pelo prof. Maurílio Monteiro (2012).

SOBRE A BASE DE DADOS E VARIÁVEIS UTILIZADAS

A metodologia para desenvolvimento deste estudo inclui a manipulação e análise dos dados do Censo (IBGE, 2011), mais especificamente da variável relativa ao tempo de deslocamento do domicílio até o trabalho principal. Vale ressaltar que esta variável foi apurada, pela primeira vez, no Censo 2010, inexistindo registro de comparação com censos anteriores. Sua estratificação no Censo do IBGE, que corresponde ao nosso “k”, equivale à distribuição disposta na Tabela 1. As variáveis de mobilidade urbana identificadas nos dados secundários do IBGE e utilizadas neste estudo estão apresentadas na Tabela 2.

A fonte de dados da pesquisa elaborada pelo IBGE é pouco explorada para estudos de planejamento de transporte urbano e análises de mobilidade. Assim, como não é uma pesquisa concebida com o propósito do planejamento de transportes, os dados são limitados quando comparados com as tradicionais pesquisas de origem e destino (pesquisas O/D), normalmente utilizadas no processo de planejamento de transportes. A grande vantagem da fonte de dados utilizada e diferencial desta pesquisa consiste na abrangência nacional, uma vez que envolve o total dos 5.565 municípios do território brasileiro.

A coleta e o armazenamento de dados referentes à

Tabela 1:
Valores de k da
estratificação
utilizada no
Censo

k	Intervalos de tempo
1	Até 5 minutos
2	de 6 min. a meia hora
3	de meia hora a 1 hora
4	de 1 hora a 2 horas
5	mais de 2 horas

Tabela 2:
Categorias
da variável
“Tempo gasto no
deslocamento
casa-trabalho”

Variável (x)	Categoria ou classe (k)	Unidade Territorial (i)
Tempo gasto no deslocamento o casa-trabalho (x)	$0 <= x_k <= 5 \text{ min.}$	Tempo médio gasto de casa ao trabalho até 5 min.
	$6 \text{ min.} < x_k <= \frac{1}{2} \text{ h}$	Tempo médio gasto de casa ao trabalho de 6 min. a 1/2 hora (x_{ik})
	$\frac{1}{2} \text{ h} < x_k <= 1 \text{ h}$	Tempo médio gasto de casa ao trabalho de 1/2 hora a 1 hora (x_{ik})
	$1 \text{ h} < x_k <= 2 \text{ h}$	Tempo médio gasto de casa ao trabalho de 1 hora até 2 horas (x_{ik})
	$x_k > 2 \text{ h}$	Tempo médio gasto de casa ao trabalho superior a 2 horas (x_{ik})

Município	Até 5 minutos	De 6 minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
São Paulo	0,0244	0,0337	0,0937	0,1616	0,2043
Rio de Janeiro	0,0150	0,0209	0,0521	0,0744	0,0754
Belém	0,0047	0,0066	0,0090	0,0069	0,0040
Manaus	0,0046	0,0062	0,0148	0,0139	0,0109
Salvador	0,0066	0,0094	0,0243	0,0297	0,0212
Porto Alegre	0,0045	0,0078	0,0124	0,0083	0,0030
Marabá	0,0011	0,0011	0,0009	0,0004	0,0007
Petrolina	0,0012	0,0018	0,0014	0,0006	0,0006
Dourados	0,0012	0,0015	0,0006	0,0004	0,0004

Tabela 3:
Índice de Participação Relativa (IPRik)

mobilidade dependem de estruturas administrativas organizadas e capacitadas, o que normalmente ocorre apenas nas cidades maiores, onde os problemas de trânsito e transporte urbano são mais complexos. As cidades de médio e pequeno porte não dispõem de órgãos suficientemente capazes de desenvolver esta atividade, e, quando se trata dos municípios da região Norte, esta situação é ainda mais precária.

ANÁLISE DA VARIÁVEL “TEMPO GASTO NO DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO”

A análise exploratória de dados espaciais foi realizada a partir da geração de índices, a qual possibilitou a comparação das unidades espaciais entre si. Os índices utilizados foram os indicadores de localização, indicadores de especialização e indicadores de desigualdade.

Sobre o Índice de participação relativa (IPRik)

Esta fase consistiu em efetuar uma análise com base nos dados obtidos no Censo realizado pelo IBGE, no ano 2010, da variável (x), referente ao tempo gasto com deslocamento casa-trabalho em nove municípios. São eles: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Porto Alegre (RS), Belém (PA), Manaus (AM), Marabá (PA), Petrolina (PE) e Dourados (MS). Nesta análise foram utilizados como ferramenta os indicadores de especialização, localização e participação relativa.

A escolha dos municípios para análise de mobilidade urbana se deu em conformidade com o seguinte perfil:

- Os municípios-núcleo das duas maiores metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro);
- Os municípios-núcleo de quatro grandes regiões metropolitanas, sendo dois na região Norte (Belém e Manaus), um da região Nordeste (Salvador) e um da região Sul (Porto Alegre);
- Três municípios intermediários, sendo um da região Norte (Marabá, com aproximadamente 250 mil habitantes), um da Região Nordeste (Petrolina, com aproximadamente 300 mil habitantes) e um da Região Centro-Oeste (Dourados, com aproximadamente 200 mil habitantes).

O cálculo dos indicadores acima relacionados teve como espaço de referência todo o universo de municípios brasileiros, conforme banco de dados do IBGE (2011). O Índice de Participação Relativa (IPRik) dos nove municípios analisados estão apresentados na Tabela 3.

Pelos índices calculados observa-se que os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro têm maior importância relativa ao universo dos municípios brasileiros, na faixa de tempo acima de 2 (duas) horas de deslocamento casa-trabalho. Este resultado já era esperado devido à extensão das metrópoles destes municípios e à complexidade dos seus sistemas de mobilidade urbana.

Quanto às metrópoles intermediárias, Belém, Porto Alegre e Manaus têm maior relevância relativa

na faixa de 30-60 minutos – uma característica das metrópoles de 2 a 4 milhões de habitantes no Brasil, com exceção de Salvador, que apresenta maior importância relativa no intervalo de 1-2 horas.

Todas as cidades de porte médio, polos concentradores de 3º nível, segundo classificação do IBGE (2007), apresentam relevância na faixa de 6 a 30 minutos. Pode-se observar, portanto, que a mobilidade, no que se refere aos tempos de percurso, é, de fato, um problema maior para as metrópoles, ainda que, considerando o ranking dos municípios brasileiros onde o deslocamento ao trabalho exige maior tempo, as localidades onde um maior percentual de trabalhadores leva mais de duas horas para chegar ao trabalho, para as dez primeiras cidades, duas são do estado do Pará. São elas: Aveiro e Chaves, com 14,23% e 12,68%, ocupando a terceira e oitava posições respectivamente.

Sobre o Coeficiente de especialização (CEi)

A Tabela 4 apresenta os coeficientes de especialização¹ dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Manaus, Porto Alegre, Salvador, Marabá, Dourados e Petrolina. Quanto maior este indicador, mais o seu perfil é distante do padrão do espaço de referência, neste caso, o Brasil. Dessa forma, por seu porte e especificidade, as cidades-núcleo das maiores regiões metropolitanas tendem a ser mais específicas, ou seja, diferentes do padrão nacional, composto em sua maioria por cidades de pequeno e médio porte, conforme apresentado na Tabela 1.

O coeficiente de especialização do município de Belém difere das cidades-núcleo de outras regiões metropolitanas (Porto Alegre, Manaus e Salvador), embora a região metropolitana de Belém (RMB) apresente graves problemas relacionados à mobilidade urbana. De acordo com o IPEA (2013), entre as metrópoles avaliadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Porto Alegre possui o maior percentual de trabalhadores que gastam menos de 30 minutos no percurso casa-trabalho e também o menor tempo médio de percurso, justificando assim o coeficiente de especialização inferior a de outros municípios-núcleo de regiões metropolitanas.

1 O coeficiente de especialização é obtido através da comparação entre a distribuição por categorias da variável “x” na unidade territorial “i” com a distribuição por categorias da variável “x” no espaço de referência (MONTEIRO, 2012).

UF	Cidade	CEi
SP	São Paulo	0,316756917
RJ	Rio de Janeiro	0,268793911
BA	Salvador	0,259398359
AM	Manaus	0,216560426
RS	Porto Alegre	0,110898045
PA	Belém	0,071240892
MS	Dourados	0,181261417
PE	Petrolina	0,110690252
PA	Marabá	0,082285514

Tabela 4: Coeficiente de Especialização

Sobre o Coeficiente de localização (CL_k)

O Coeficiente de Localização (CL_k)², conforme apresentado na Tabela 5, indica que o k=5 (tempo médio gasto no deslocamento de casa ao trabalho é superior a duas horas) se concentra em um número reduzido de municípios, o que é verdade, considerando que, do total de entrevistados, 1,77% gasta mais de duas horas no trajeto casa-trabalho (Figura 1), e esses trabalhadores normalmente residem em regiões metropolitanas. As exceções estão no ranking dos municípios apresentados na Figura 2, na qual destacamos os

K	Classe	CL _k
5	Mais de duas horas	0,407652763
4	Mais de uma hora até duas horas	0,368184798
1	Até 5 minutos	0,24770395
3	Mais de meia hora até uma hora	0,201056135
2	De 6 minutos até meia hora	0,11483203

Tabela 5: Coeficiente de Localização

2 O coeficiente de localização compara o contributo relativo da unidade territorial para o valor total da variável da classe de “x”, com o contributo relativo dessa mesma unidade territorial para um agregado de referência, avaliando assim o nível de concentração relativa à classe da classe “k” na unidade de territorial “i” (MONTEIRO, 2012).

casos dos municípios paraenses de Aveiro e Chaves.

O $k=2$ (tempo médio gasto no deslocamento de casa ao trabalho no intervalo entre 6 e 30 minutos) é o que aparece como o mais distribuído entre os municípios, ou seja, este é o tempo de deslocamento mais característico dos municípios brasileiros.

Sobre o Índice de localização Herfindahl (H_k)

Para analisar o comportamento da variável referente ao tempo de deslocamento do domicílio para o trabalho principal foi observado, inicialmente, o índice de localização Herfindahl³, conforme apresentado na Tabela 6. Vale ressaltar que o valor mais alto da variável “k” corresponde à situação de máxima concentração, a qual se obtém quando os elementos da classe “k” estão predominantemente concentrados em poucas unidades territoriais, no caso, os municípios.

K	Classe	Hk
5	Mais de duas horas	0,0515
4	Mais de uma hora até duas horas	0,0366
3	Mais de meia hora até uma hora	0,0159
2	De 6 minutos até meia hora	0,0033
1	Até 5 minutos	0,0017

Tabela 6: Índice de Herfindahl da variável tempo de deslocamento casa-trabalho

Uma análise da Tabela 6 nos mostra que a variável “k” para a classe “mais de duas horas” é a que se apresenta mais concentrada em poucos municípios, seguido da classe “mais de uma hora até duas horas”.

A princípio, pode-se avaliar que os tempos de deslocamento superiores a duas horas são mais concentrados nas regiões metropolitanas. Entretanto, isto não é um problema que se apresenta apenas nos grandes centros urbanos brasileiros. Por outro lado, tempos de deslocamentos inferiores a 5 minutos estão mais fortemente distribuídos entre os municípios brasileiros.

3 O índice de localização Herfindahl é calculado a partir da agregação, para os conjuntos das unidades territoriais “k” consideradas na análise, do quadrado do contributo de cada unidade territorial para dada classe “k” (MONTEIRO, 2012).

Sobre o Coeficiente Gini Locacional (GINI)

O resultado do cálculo do Coeficiente Gini Locacional,⁴ apresentado na Tabela 7, nos mostra o mesmo resultado para os tempos maiores de deslocamento, embora indique a classe “k = 6 minutos até meia hora” como a que apresenta melhor distribuição entre os municípios.

K	Classe	GLk
5	Mais de duas horas	0,5318
4	Mais de uma hora até duas horas	0,4724
1	Até 5 minutos	0,3272
3	Mais de meia hora até uma hora	0,2585
2	De 6 minutos até meia hora	0,1521

Tabela 7: Coeficiente de Gini - Tempo de Deslocamento - BRASIL

Sobre o Índice de Concentração Normalizado (ICn_{ik})

O Índice de Concentração Normalizado (ICn_{ik}) nos indica a concentração de determinada classe no município, ou seja, valores maiores indicam maior concentração de determinado padrão de deslocamento naquele município em relação aos demais e vice-versa. A Tabela 8 apresenta o ICn_{ik} dos 50 municípios do Brasil com maior concentração da classe “mais de duas horas”. Pode-se observar que, entre estes municípios, encontram-se 19 municípios das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, além do próprio município de São Paulo, o que demonstra claramente que o problema de mobilidade urbana no Brasil, no que se refere ao tempo gasto nos deslocamentos, é mais grave nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como o indicador de que o problema de tempo gasto no deslocamento casa-trabalho atinge mais fortemente as populações dos municípios periféricos das regiões metropolitanas.

No que se refere ao restante dos municípios apresentados na Tabela 8, um dado surpreende: com exceção da Ilha de Itamaracá (PE), o restante dos

4 O Coeficiente de Gini Locacional é calculado de forma idêntica ao cálculo do Coeficiente de Gini tradicional: ordenando as unidades territoriais de forma decrescente de índice de especialização, construindo-se a partir daí a curva de Lorenz para cada classe “k” selecionada (MONTEIRO, 2012).

Tabela 8: ICn_{ik} dos 50 Municípios com maior concentração de deslocamento superior a 2 horas

Estado	Município	Até 5 minutos	De 6 minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
RJ	Japeri	0,0986	0,1561	0,2695	1,1170	3,8678
SP	Itapeverica da Serra	0,1182	0,1806	0,3542	0,9602	2,7562
PA	Aveiro	0,4900	0,2514	0,2158	0,4190	2,6760
RJ	Queimados	0,1288	0,1822	0,2873	1,1388	2,5380
RN	Caiçara do Norte	0,7682	0,2799	0,1150	0,1648	2,4862
MA	Humberto de Campos	0,2536	0,2786	0,2997	0,4337	2,4532
PA	Chaves	0,5747	0,2162	0,2998	0,3448	2,3732
MG	Glaucilândia	0,2623	0,3397	0,2802	0,1659	2,3184
SP	Francisco Morato	0,0898	0,1267	0,3307	1,4275	2,3105
MG	Córrego Novo	0,5255	0,2799	0,2355	0,2478	2,2520
RJ	Nova Iguaçu(*)	0,1597	0,1854	0,3915	0,9114	2,1576
SP	Embu-Guaçu	0,1531	0,2452	0,3473	0,6958	2,1306
RJ	Belford Roxo	0,1313	0,1484	0,4049	1,1268	2,0558
SP	Itaquaquecetuba	0,1317	0,1971	0,4086	0,8547	2,0493
MG	Periquito	0,5065	0,2872	0,2398	0,2690	2,0097
AP	Pracuúba	0,7661	0,1957	0,1950	0,5255	1,9488
RJ	Magé	0,2263	0,2567	0,3163	0,6656	1,8369
MA	Presidente Sarney	0,3754	0,3496	0,2321	0,1683	1,8113
SP	Ferraz de Vasconcelos	0,1200	0,1581	0,3389	1,3001	1,7588
MS	Novo Horizonte do Sul	0,7231	0,3082	0,1053	0,2365	1,7377
RJ	Seropédica	0,2496	0,2878	0,3189	0,4982	1,6196
AM	Barcelos	0,6090	0,3643	0,0997	0,1312	1,5941
AM	Carauari	0,4823	0,3209	0,1920	0,3190	1,5659
SP	Embu	0,1036	0,1750	0,4777	0,9429	1,5087
PA	Prainha	0,6734	0,2638	0,1864	0,3946	1,4755
PE	Ilha de Itamaracá	0,4224	0,3453	0,1847	0,3054	1,4688
SC	Entre Rios	1,0584	0,2285	0,0370	0,4235	1,4581
MA	Cururupu	0,4717	0,2889	0,2312	0,4394	1,4106
SP	Franco da Rocha	0,0868	0,1734	0,3947	1,1949	1,3916
MA	Turilândia	0,3595	0,3195	0,2958	0,2776	1,3772
SP	Suzano	0,1728	0,2470	0,4064	0,6619	1,3586
BA	Sítio do Mato	0,5802	0,3019	0,2556	0,1712	1,3568
SP	Poá	0,1524	0,2441	0,3512	0,8393	1,3430
PA	Quatipuru	0,5185	0,2812	0,2845	0,3037	1,3203
MA	Amapá do Maranhão	0,7665	0,2667	0,1966	0,2567	1,3160
SC	Calmon	0,5806	0,2861	0,2467	0,2866	1,3051
RJ	Maricá	0,1860	0,2670	0,3309	0,7307	1,2848
PA	Baião	0,3942	0,3476	0,2605	0,1823	1,2843
PR	Santo Antônio do Caiuá	0,7575	0,1863	0,3304	0,3855	1,2669
MA	Junco do Maranhão	0,6941	0,2548	0,2155	0,3834	1,2614
CE	Icapuí	0,5914	0,3423	0,1822	0,1351	1,2601
RJ	Duque de Caxias	0,1722	0,2103	0,4120	0,8825	1,2194
SP	São Paulo	0,1257	0,1862	0,5460	0,9568	1,2151
AM	Careiro da Várzea	0,7134	0,2687	0,2333	0,2483	1,2134
RJ	Itaboraí	0,2046	0,2216	0,3990	0,7995	1,2118
MG	Pingo-d'Água	0,5451	0,3176	0,1485	0,4237	1,2001
SP	Pontalinda	0,4853	0,2477	0,2867	0,5463	1,1975
TO	Juarina	0,3477	0,4424	0,1247	0,0864	1,1701
GO	Itarumã	0,9570	0,2733	0,1314	0,1464	1,1666
PA	Vitória do Xingu	0,6578	0,2925	0,2466	0,1757	1,1505

municípios, num total de 30, constituiu-se como município de pequeno porte e, deste conjunto, 55%, o equivalente a 17 municípios, estão situados na Amazônia. As Figuras 1 e 2, a seguir, mostram essa maior participação de relativa de deslocamentos superiores a duas horas na Amazônia.

ANÁLISE DE RESULTADOS DOS INDICADORES

De acordo com o IBGE (2011), do total de trabalhadores entrevistados no país, 1,77% demorava mais de duas horas para chegar ao trabalho, enquanto que, no recorte por regiões metropolitanas, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram índices bem acima da média nacional (5,32% e 5,5% respectivamente). Na Tabela 4, na qual é apresentado o Índice de Participação Relativa (IPR_{ik}), os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro indicam um maior IPR_{ik} na classe de tempo mais de duas horas.

O IPEA (2013) divulgou uma pesquisa na qual avaliou as capitais brasileiras em que o trabalhador gasta mais tempo para chegar ao trabalho, sendo que os trabalhadores de São Paulo lideraram o *ranking*, com um tempo em média de 42,8 minutos, seguido pelo Rio de Janeiro, onde são necessários 42,6 minutos. O estudo ainda revela que o tempo médio que os trabalhadores das principais das capitais brasileiras gastam no percurso casa-trabalho é superior ao registrado em cidades como Nova York, Tóquio e Paris. Para termos uma ideia da gravidade da situação, São Paulo e Rio de Janeiro ficaram atrás apenas de Xangai, que tem o tempo médio atribuído em 50 minutos. Os dados revelam a precariedade da mobilidade em nossas principais cidades e apontam também que essa condição tem piorado no decorrer dos anos, com o aumento nos tempos de viagem casa-trabalho. De acordo com o IPEA (2018), o percentual da população ocupada no país que gasta mais de uma hora diária da residência para o trabalho passou de 8,9%, em 2001, para 10,2%, em 2015. Na análise do Coeficiente de Especialização (Tabela 3), Belém apresentou um valor que difere das cidades-núcleo de outras regiões metropolitanas, como Porto Alegre, Manaus e Salvador, o que pode ser justificado pela

Figura 1: Tempo habitual de deslocamento para o trabalho acima de duas horas (IPR_{ik})

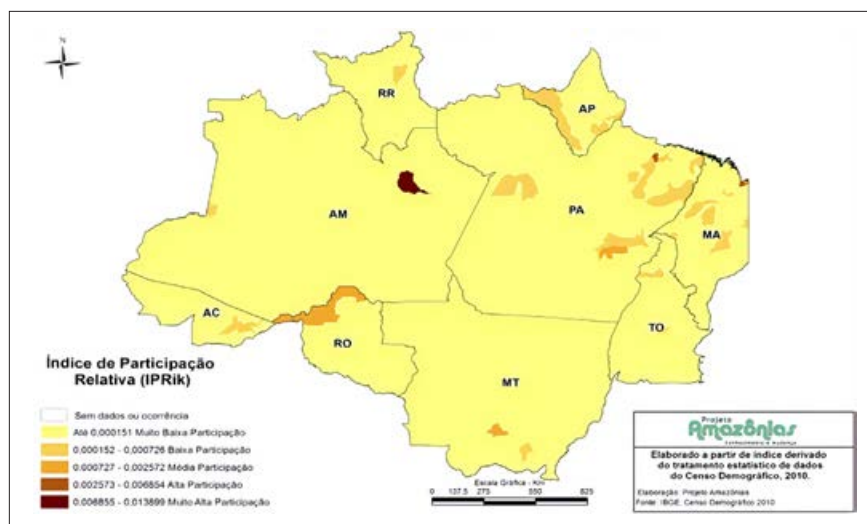
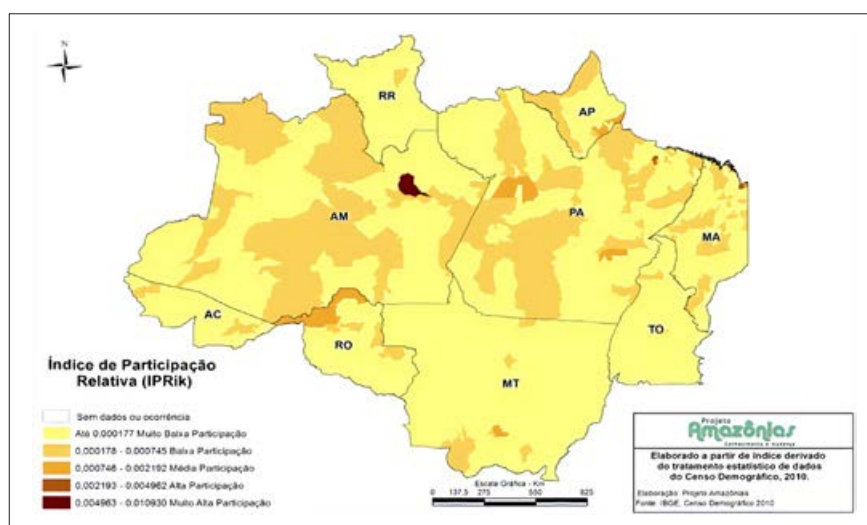


Figura 2: Tempo habitual de deslocamento para o trabalho de uma até duas horas (IPR_{ik})

forte concentração geográfica dos polos geradores de empregos da região no município-sede, fato sempre evidenciado nos planos de transporte elaborados para a região, com a forte concentração de atividades e serviços na zona central da cidade (JICA, 2001 e 2010). Assim, os tempos de viagem no deslocamento casa-trabalho são bem maiores para a população residente nas cidades-polo da RMB e, para a população do município de Belém, a oferta de emprego se dá geralmente no mesmo município. Portanto, embora apresente problemas de mobilidade comum às metrópoles brasileiras, o município de Belém possui um perfil de distribuição similar ao conjunto de municípios de menor porte. Esta situação demonstra a importância da análise deste estudo, quando associada a outros indicadores e pesquisas realizadas.

Vale ressaltar que, na pesquisa do IPEA (2013), na qual a análise foi baseada nas regiões metropolitanas, a região metropolitana de Belém (RMB) apresentou um tempo médio de deslocamento casa-

-trabalho de 31,5 minutos, enquanto as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Salvador, 27,7 e 33,9 minutos, respectivamente. A mesma pesquisa ressalta que as três regiões metropolitanas do Nordeste do Brasil e a RMB – regiões mais pobres do país – exibem uma tendência geral de aumento dos tempos de deslocamento. É necessária, portanto, a melhoria dos sistemas de mobilidade de nossas cidades para elas se tornarem mais competitivas e com maior qualidade de vida. O congestionamento impacta fortemente nos custos de várias operações urbanas, aumenta os custos de produção e reduz as áreas de mercado realizadas nas regiões metropolitanas. Empresas multinacionais instaladas em São Paulo apontam o congestionamento como a segunda maior desvantagem de operar na cidade (EXAME, 2012 apud NTU, 2013).

Como o Censo (IBGE, 2011) não é uma pesquisa concebida para fins de análise e estudos de planejamento de transportes, seus dados são limitados quando comparados com pesquisas tradicionalmente utilizadas para este propósito, embora a análise se dê apenas nos tempos de viagem para o trabalho. A literatura internacional afirma que trabalho e estudo são os motivos que mais geram viagens nos centros urbanos, seguido de motivos de lazer, compras, serviços etc. O tempo de viagem é um dos atributos mais estudados na área de transporte urbano, principalmente por estar associado ao bem-estar da população e aos níveis de congestionamento das cidades. Por isso, o tempo gasto nos deslocamentos é um forte indicador de mobilidade e fundamental para elaboração de políticas urbanas e de transportes.

O Coeficiente de Localização (CL_k), apresentado na Tabela 6, o Índice de Herfindahl (H_k), na Tabela 7, e o Coeficiente Gini Locacional (GINI), na Tabela 8, indicam que a categoria de tempo médio gasto no deslocamento de casa ao trabalho superior a duas horas se localiza em um número reduzido de municípios, e, em todas as três análises, esta categoria foi a que apresentou o maior valor. Outros indicadores apontam que este fenômeno é mais comum em municípios de regiões metropolitanas devido ao espraiamento destes centros urbanos e a complexidade das regiões. A Figura 2 mostra municípios de pequeno médio porte, onde os tempos de viagem desta categoria são frequentes nos municípios, como o caso de Aveiro e Chaves, localizados no estado do Pará. Isso merece ser investigado, tendo em vista que, provavelmente, estes municípios não dispõem de nenhum sistema de transporte público ou o mesmo é desregulamentado, e a precariedade obriga os trabalhadores a fazerem seus trajetos a pé.

Na análise de dados dispostos na Tabela 9, na qual é apresentado o Índice de Concentração Nor-

malizado (ICn_{ik}), em relação aos 50 municípios com maior concentração de deslocamento na classe superior a 2 horas, 55% dos municípios de pequeno porte estão situados na Amazônia. Portanto, na sua mobilidade casa-trabalho, os habitantes dos menores municípios da região Amazônica são mais fortemente penalizados que os demais municípios do Brasil, ato este que pode ser atribuído aos seguintes fatores: os municípios da Amazônia têm maior dimensão territorial média; a distribuição espacial das populações nos municípios; e a carência de infraestrutura pública de transporte nesses municípios.

O crescimento da taxa de motorização individual é um dos mais graves problemas de nossas cidades, e a incapacidade do poder público em oferecer sistemas de transporte público suficientemente capazes de atender de forma satisfatória aos deslocamentos urbanos tem levado a população a adquirir cada vez mais automóveis e motocicletas para realizar suas viagens urbanas. De acordo com a PNAD (2012), mais da metade dos domicílios brasileiros, 54%, dispõem de automóveis ou motocicletas para o deslocamento dos moradores (IPEA, 2013b). Este é um dado que tem aumentado (em 2008 era 45%) e é muito preocupante para os planejadores de transporte e gestores. Os problemas mais graves decorrentes do uso intenso de veículos particulares são o congestionamento, o estacionamento, os acidentes de trânsito e a poluição ambiental, ameaçando a sustentabilidade das cidades.

A análise realizada não considerou os modos de viagem, mas, de acordo com a ANTP (2015), a população dos municípios brasileiros com população superior a 60 mil habitantes realizou, em 2013, 64,3 bilhões de viagens. As viagens a pé e em bicicleta foram a maioria (25,9 bilhões), seguidas pelo transporte individual motorizado – automóveis e motocicletas (19,7 bilhões) – e pelo transporte coletivo (18,7 bilhões). Nesse mesmo estudo, quando as viagens são classificadas por porte dos municípios, a participação do transporte público gira em torno de 23%, à exceção das cidades acima de 1 milhão de habitantes, nas quais essa participação atinge o maior índice, 32%. A participação do transporte individual motorizado é maior nas cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (34,3%). As viagens a pé são sempre dominantes, mas na maioria das vezes têm sua participação reduzida à medida que aumenta a população. Tanto as viagens de motocicleta como as viagens de bicicleta aumentam significativamente nos municípios menores.

A ausência de políticas públicas em mobilidade urbana é um dos fatores responsáveis pela crise no sistema de mobilidade. As deficiências no sistema de transporte público coletivo provocaram o aumento

no número de viagens realizadas por automóveis e motocicletas. Investimentos em transporte público eficiente e de qualidade são a melhor solução para os problemas de mobilidade urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando dados secundários da pesquisa do Censo (2011) foi possível realizar uma análise do tempo de percurso de casa ao trabalho dos trabalhadores brasileiros. Análises dessa natureza são fundamentais para o processo de planejamento dos transportes, podendo também contribuir para elaboração de políticas públicas que permitam a melhoria dos sistemas de mobilidade de nossas cidades, tanto por meio de projetos e ações quanto através de mudanças normativas e institucionais. Por intermédio desse estudo foi possível realizar um olhar global nos 5.565 municípios, que somente torna-se viável se realizado em pesquisas do porte do Censo, indicando assim a importância em incorporar ao Censo outras variáveis relacionadas à mobilidade urbana.

Nosso estudo apresenta indicadores relacionados aos tempos de viagem nos deslocamentos de casa ao trabalho dos trabalhadores brasileiros e também indica um valor de tempo elevado quando é realizada a comparação das principais metrópoles brasileiras com metrópoles mundiais. É importante ressaltar que a matriz de transporte urbano motorizado no Brasil é predominantemente composta pelos modos de transporte mais poluentes, ou seja, ônibus diesel, automóveis e motocicletas (ANTP, 2016). É, portanto, preocupante que os tempos de viagem casa-trabalho assumam valores elevados e, por isso, esforços devem ser realizados no sentido de redução dos tempos de viagem, e como consequência os índices de emissões de poluentes podem ser reduzidos, sem prejuízo das demandas de viagens. Tal medida poderia ser feita por meio de substituição por outros modos de transporte, melhorias nas redes de transporte ou mesmo expansão da malha viária, ou seja, os motivos que ocasionam as demoras dessas viagens precisam ser investigados.

A Lei nº. 12.587/12, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, conhecida como Lei de Mobilidade Urbana, é considerada um forte instrumento para melhoria da mobilidade urbana brasileira. A lei impõe aos municípios com mais de 20 mil habitantes a obrigatoriedade de elaborarem seus planos de mobilidade urbana, o que equivale a 1.660 municípios. Outro grande desafio é romper as barreiras institucionais e sermos capazes de elaborar projetos sustentáveis para as cidades. Grande parte

dos municípios do Sul e Sudeste do país já elaborou seus planos, em contraste com municípios do Norte e Nordeste. O poder público precisa criar mecanismos de financiamento para elaboração de planos de mobilidade urbana nos municípios.

A Tabela 8, que apresenta o índice de concentração normalizado dos 50 municípios com maior concentração de deslocamento superior a 2 horas, mostra uma participação representativa de municípios de médio e pequeno porte localizados na região amazônica. Isso demonstra a necessidade de investigação e investimentos nesses municípios para que essas cidades se desenvolvam de forma sustentável. Os municípios precisam de estrutura suficiente para formação de quadros técnicos capazes de planejar, implementar e fazer a gestão de projetos de transporte, assim como a gestão do trânsito.

REFERÊNCIAS

- ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos. **Sistemas de Informações da Mobilidade Urbana**. Relatório Geral 2013. Jun. 2015. Disponível em <http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/userFiles/SIMOB/Rel2013V3.pdf> Acesso em 20/10/2017.
- _____. **Sistemas de Informações da Mobilidade Urbana**. Relatório Comparativo 2003-2014. Jul. 2016. Disponível em: <http://files.antp.org.br/2016/9/3/sistemasinformacao-mobilidade-comparativo-2003_2014.pdf>. Acesso em 10/07/2018.
- BRASIL. Lei n. 12.587/12, de 03 de janeiro de 2012. Institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC**. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mobilidade Urbana e posse de Veículos: análise da PNAD 2009. **Comunicados do IPEA**, n. 73, 2010. Brasília, 2010.
- _____. Tempo de Deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009); Diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo. **Texto para discussão**, n. 1813 Brasília, 2013a.
- _____. Indicadores de Mobilidade Urbana da PNAD 2012. **Comunicados do IPEA**, n. 161. Brasília, 2013b.
- Ministério da Saúde. Portal do Ministério da Saúde.

2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/noticias-antiores-agencia-saude/2688->> Acesso em 28/03/2014.

_____. Desigualdade Territorial, Mobilidade Espacial e Vulnerabilidade. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 18. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/180618_brua_18_en-saio01.pdf> Acesso em 19/06/18.

JICA - JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana de Belém**. Relatório Final. Belém, 2001.

_____. **Estudo Preparatório para o Projeto de Sistema de Transporte de Ônibus da Região Metropolitana de Belém na República Federativa do Brasil**. Relatório final. Belém, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Amazônias: conhecimento e mudança**. Projeto de pesquisa submetido à FADESP. Belém, 2012.

NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos. **Mobilidade Sustentável: para um Brasil Competitivo**. Brasília, 2013.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte Urbano nos Países em Desenvolvimento: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Transporte e meio ambiente: conceitos e informações para análise de impactos**. São Paulo: Edição do Autor, 2006. ■

Claudio José Cavalcante Blanco

é doutor em Sciences de l'Eau - Institut National de la Recherche Scientifique - Eau, Terre et Environnement (2005), Québec/Canadá. Professor Associado II da Universidade Federal do Pará. blanco@ufpa.br

Patrícia Bittencourt Tavares das Neves

é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Naturais da Amazônia - PRODERNA/ITEC/UFPA. Docente da Universidade Federal do Pará (desde 1992) e Coordenadora Regional Norte da Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP (desde 2005). patriciabittencourtneves@gmail.com

Cláudio Luciano da Rocha Conde

é graduado em Engenharia Elétrica (1984), especialista em Operação de Sistemas pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1989); mestre em Sistemas de Potência (2001) e doutor pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2006). Tem experiência como diretor e gestor no Setor Elétrico, Setor de Transporte e Setor de Saneamento. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Planejamento do NGTM. Também atua como professor do curso de engenharia de produção do CESUPA, desde 2009. claudiolconde@gmail.com



Ana Paula Alves Ribeiro

A beleza ordinária da vida

Filmes de Plástico¹ é a produtora que os amigos André Novais Oliveira, Gabriel Martins, Maurílio Martins e Thiago Macêdo mantêm desde abril de 2009, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. Nos seus dez anos de existência, a Filmes de Plástico priorizou de forma explícita a vivência, a expressividade e a paisagem de Contagem, muitas vezes dando destaque a seus moradores.

A obra individual e coletiva da Filmes de Plástico propõe, a cada filme, a desconstrução de estereótipos sobre

idades e bairros tratados como periféricos e uma descolonização do olhar sobre pessoas negras. Estamos falando de uma produtora em que personagens negras são criadas, e suas vidas cotidianas são tratadas na tela com respeito e apreço. Também é na produtora que percebemos o desenvolvimento de dois expoentes do cinema negro contemporâneo, premiados em festivais de cinema nacionais e internacionais, Gabriel Martins e André Novais Oliveira.

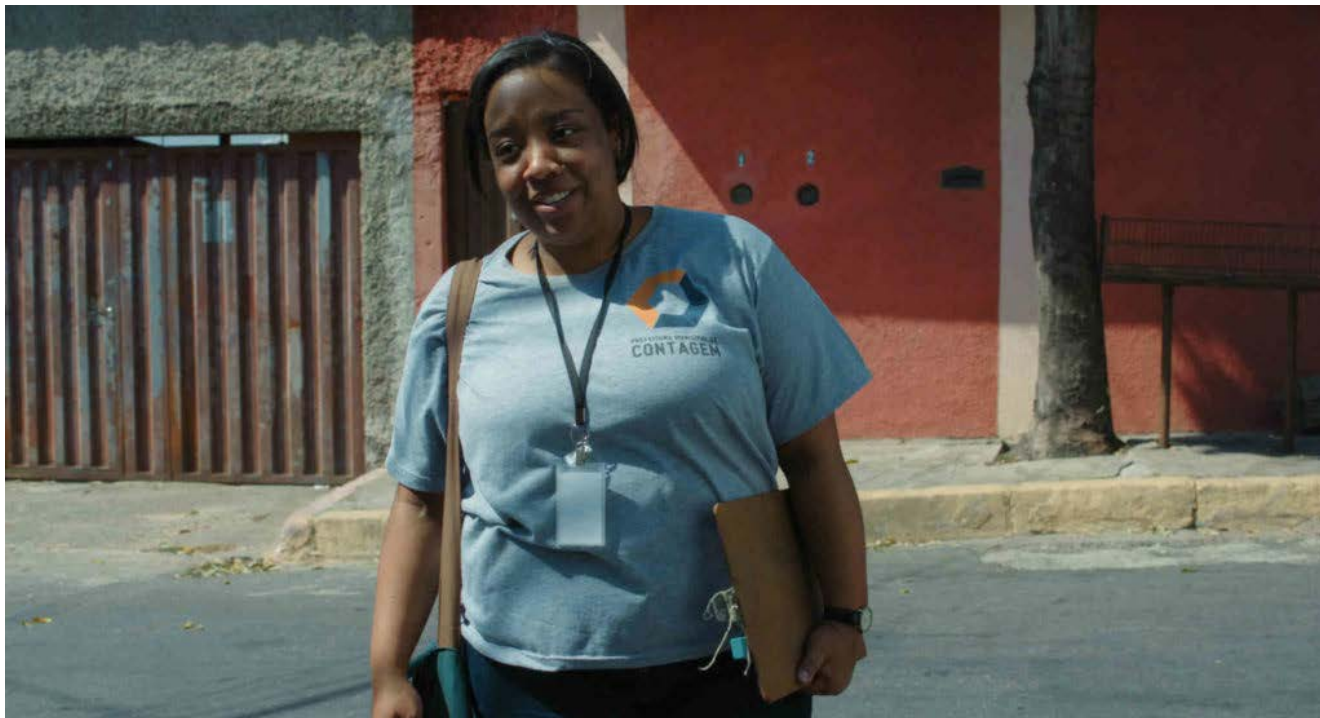
Na resenha intitulada “A beleza ordinária da vida”, proponho uma reflexão sobre *Temporada*, de 2018, o mais recente filme roteirizado e dirigido por André Novais Oliveira. Em seus anos de carreira, o diretor nos brindou com

Ana Paula Alves Ribeiro

é doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). Professora adjunta do Departamento de Formação de Professores e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense / Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

anapalvesribeiro@gmail.com

¹ Para maiores informações, acessar www.filmesdeplastico.com.br/ e <https://vimeo.com/filmesdeplastico>.



A atriz
Grace Passô,
intérprete
de Juliana

filmes premiados, como os curtas *Pouco Mais de um Mês* (2013) e *Quintal* (2015) e o longa *Ela Volta na Quinta* (2014), nos quais, entre tantas questões, propõe a centralidade da paisagem urbana e pouco conhecida de Contagem e retrata uma periferia em seu cotidiano, com respeito e sem papéis subalternos ou estereotipados.

Temporada nos convida a andar e explorar a imensidão que é Contagem e o cotidiano de Juliana em um novo emprego, em uma nova cidade. Podemos acompanhar Juliana na tentativa de uma nova existência, com estabilidade profissional, sem o risco de ser mandada embora, andando pelas ruas da cidade, de casa em casa, como recém-convocada em um concurso de agente de endemias no combate à dengue.

A atriz Grace Passô interpreta Juliana. Nascida em Itaúna (MG), a personagem é aprovada em um concurso e, ao assumir o cargo, passa a ficar entre o compasso de espera para a chegada de Carlos, seu marido, com quem está há oito anos, e a organização da sua vida. Ao longo deste tempo, vai se enturmando com o grupo de agentes comandados por Russão (interpretado por Russo APR). E, ao entrar nesta turma, passa a ser reconhecida e a reconhecer a vizinhança e a privar da intimidade dos colegas, que acabam virando amigos.

No filme alguns pontos chamam atenção. Em primeiro lugar, ao refletirmos sobre raça e representação no cinema, observamos como *Temporada* (e a filmografia de André Novais Oliveira) recusa as representações violentas e subalternas da população negra no cinema brasileiro. Ao apresentar Juliana como

funcionária pública, com acesso às casas e ao cotidiano de uma vizinhança, o filme constrói a possibilidade de representação positiva a partir dos laços de confiança com os moradores e com a própria equipe de agentes de endemia.

Em segundo lugar, *Temporada* contribui para uma reflexão sobre a dinâmica das políticas urbanas e sanitárias nas cidades. Nos planejamentos urbanos, um projeto de educação e saúde que se faz na prevenção e no combate a endemias é fundamental para proporcionar uma vida saudável e para enfrentar as epidemias que assolam diversas localidades de tempos em tempos, atingindo as populações mais vulneráveis. Este tecer na dinâmica das cidades muitas vezes fica ameaçado quando o Estado, além de diminuir verbas de prevenção e saúde, enxuga os quadros de combate à epidemia ao demitir agentes comunitários de saúde – frequentemente estes profissionais são a ponta que entra na casa das pessoas, constrói respeito, legitimidade e reforça laços de vizinhança.

Ainda sobre cidades e dinâmicas urbanas, em outra medida ficam aqui perguntas recorrentes no cinema e em *Temporada*, questionamentos que, a cada vez que aparecem, exigem nova reflexividade: como filmar as cidades e como lidar com as paisagens das cidades? O que afinal seria a paisagem da cidade? É paisagem estar no alto da laje reconhecendo os vizinhos e as transformações do bairro? É estar à beira da lagoa apontada como fétida pelas personagens, em um espaço em obras, mostrando as mudanças urbanísticas do lugar? Ou é o plano aberto, multicolorido e multidimensional que mostra as casas e as



diferentes maneiras de estar naquele lugar a partir da arquitetura?

Caminhando e se apropriando da cidade, Juliana sobe e desce uma infinidade de ruas, cruzando com moradores amáveis, indiferentes e por vezes hostis, aprendendo que o tempo do Estado e das ruas não são os mesmos. Este mesmo tempo vai tecendo na vida de Juliana relações com a cidade e laços de confiança com a prima que a ajuda a se instalar e, como já apontei, com os próprios colegas de trabalho, que nesta textura se tornam, em parte, também sua família.

Neste tempo de refazimento e recomeço, chamo atenção para o universo que é o quarto de Juliana. O dormir e acordar. As roupas de cama e de uso que saem e entram em bolsas e cestos, em uma existência provisória. E vão se assentando. Recomeçando. A casa de Juliana recomeça a cada dia. O corpo de Juliana, de muitas maneiras, recomeça ao ser perpassado pelas diversas interações e identidades possíveis que a sua nova vida lhe proporciona.

Destaco em *Temporada* o roteiro e a direção de André Novais, as interpretações do elenco, com des-

taque para Grace Passô, Russo APR e Rejane Faria, assim como a fotografia de Wilssa Esser, a arte de Diogo Hayashi e o figurino de Rimenna Procópio.

O filme de André Novais Oliveira tem em seu íntimo a possibilidade de nos contar, em uma *temporada*, a vida de pessoas ordinárias, ou o encantamento ordinário da vida de pessoas comuns, na qual a ambição é arrumar um emprego que pague melhor, um trabalho para complementar a renda, se divertir, viver, ser feliz. A película também possibilita vislumbrar a periferia tornando-se centro no cinema, seja Contagem predominando nas paisagens mineiras, seja Minas, olhada por Contagem, despontando como polo cinematográfico. ■

A atriz
Grace Passô,
intérprete
de Juliana

Referência da obra resenhada:

Temporada. Direção de André Novais Oliveira. Ficção, 113'. Brasil: Vitrine Filmes, 2018.

Livia Paula Zanelli de Moraes

Processos urbanos emergentes

colagens e justaposições entre arquitetura e paisagem

Arquitetura e o urbanismo carecem de terminologias para descrever fenômenos emergentes em seu domínio que podem redefinir a própria disciplina. Não reconhecer os recentes processos urbanos e insistir em denominações tradicionais (como urbano/rural) podem levar à implantação de políticas públicas e investimentos equivocados e que desconsideram questões sociais. É nesse sentido que resgatamos o trabalho de Henri Lefebvre (1999), para quem a investigação de processos de urbanização em todas as escalas espaciais deve ser priorizada.¹

¹ Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo francês de corrente marxista com grandes contribuições para questões do espaço urbano, geografia e sociologia, influenciando a teoria urbana atual com trabalhos, como: *Direito à cidade* (1968), *A revolução urbana* (1970) e *A Produção do espaço* (1974). Neste último, Lefebvre define o espaço como uma importante extensão das relações sociais sob o capitalismo moldado ao longo da história, de modo que, no século XX, o que o caracteriza é a mudança da sociedade industrial para a sociedade urbana, um processo de “implosão-explosão” em que as áreas urbanas explodiram para além de seus limites, gerando um tecido urbano desigual que amplia fronteiras

Também com foco em tais processos de urbanização, o *think tank* AMO (*Architecture Media Organization*, braço de pesquisas do escritório de arquitetura OMA – *Office for Metropolitan Architecture*, de Rem Koolhaas²), tem

em áreas geográficas não urbanas, como as zonas de extração de recursos. Como exemplo, temos a destruição das cidades mercantis europeias (implosão) e o seguinte crescimento de conurbações urbanas e megalópoles como forma de apoio à industrialização (explosão).² Rem Koolhaas (1944) fundou, juntamente com Elia e Zoe Zenghelis e Madelon Vriesendorp, o *Office for Metropolitan Architecture* (OMA) em 1975. Desde então, o escritório é responsável pelo desenvolvimento dos projetos de arquitetura e urbanismo enquanto a Fundação Groszstadt (metrópole, em alemão) foi criada como captadora de recursos para financiar pesquisas, exposições e o caro método de pensar e apresentar os trabalhos do escritório. Em 1999, a fundação foi transformada na *Architecture Media Organization* (AMO), o *think tank* do OMA. Além das pesquisas, trabalha comercialmente para empresas como Volkswagen, Heineken, IKEA e Prada, o que abre precedentes para o entendimento da pesquisa como *commodity*, mas também relaciona a arquitetura com outras disciplinas, como mídia, política, sociologia, tecnologia, moda, curadoria, publicação e design gráfico – e que repercute em estudos como Holloco-

▲
Em primeiro plano, a pseudocondição urbana formada pela adição de elementos como muros, postes e palmeiras, cenário não suficiente para evitar o esvaziamento do local. Ao fundo, a terra vermelha de Olhos d'Água no período entressafras. Novembro/2017. Fotografia da autora.

Livia Paula Zanelli de Moraes

é doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (bolsa Fapesp).

lpzmoais@usp.br

desenvolvido conceitos e vocabulários para situações que não mais se enquadram nas tradicionais categorias de arquitetura, paisagem e planejamento urbano. Em um de seus trabalhos,³ no sudeste asiático, o *think tank* desenvolveu termos “copyrighted”, reunidos em um glossário, para interpretar a condição urbana contemporânea. Eis alguns deles:

- PHOTOSHOP© define a capacidade de combinações múltiplas em um tipo de acumulação de objetos: por exemplo, uma área agrícola que faz fronteira com torres de uma cidade no sudeste da China – a paisagem “rural” coexiste com o urbano, como em colagens produzidas por um software editor de imagens;
- ZONE© determina uma condição definida como zona e não cidade, um híbrido de cidade e campo;
- THINNING© define a concentração mínima de elementos necessários para gerar uma condição urbana, é marcada pela implantação de palmeiras, postes, bancos – uma destruição da paisagem para simular a ideia de urbano;
- SCAPE© descreve o que não é cidade nem paisagem natural, é a nova condição pós-urbana, a justaposição entre arquitetura e paisagem.

Este texto, em caráter ensaístico, foi produzido a partir de registros fotográficos, feitos (nos meses de novembro/2017 e março/2018) nos arredores da fazenda Olhos d’Água, em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, buscando revelar processos urbanos emergentes que, apesar de suas características locais, fazem parte de uma condição global. Ou seja, no interior do Brasil ou no sudeste da China, fenômenos sob lógicas semelhantes podem ser identificados.

A zona sul da cidade de Ribeirão Preto tem passado por ciclos de expansão e um recente prolongamento viário interligou a região à fazenda mencionada. Parte desta foi loteada e deu lugar a condomínios horizontais e verticais vizinhos aos campos de milho em plena operação. Destacamos aí as dezenas de pequenas casas idênticas e vazias que simulam a

condição “condomínio de casas” para fins de aprovação de projeto e que resultam em um cenário urbano surreal. Desse modo, condomínios verticais e horizontais em espaços tematizados (CUTHBERT, 2011) e plantações agrícolas se mesclam em projetos de desenho genérico que não consideram a mudança social como questão primordial: ao contrário, a ideia de espetáculo tem função de promover o consumo de alto padrão de massa.

A fazenda Olhos d’Água, com mais de duzentos hectares remanescentes, é maior que vários bairros da cidade, mas pode, muito em breve, ser loteada em sua totalidade, potencializando o espalhamento urbano e o esvaziamento das áreas centrais – uma condição global de processos de urbanização com a extensão desigual do tecido urbano. Para Lefebvre (1996), a urbanização não é mais resultado da industrialização, mas é o próprio fenômeno produtivo, é o “fim da cidade” que acaba por se tornar objeto de consumo.

Diante do exposto, destacamos que os atuais discursos que reverenciam a “era das cidades” (vide conceitos como smart cities) devem ser revistos em prol de análises de paisagens urbanas que se estendem para além das cidades. Estas devem ser consideradas como parte fundamental das formas urbanas inseridas no processo de globalização, ou seja, com consequências inúmeras para o mundo. Precisam, portanto, ser incorporadas nas terminologias, teorias e propostas urbanas produzidas no século XXI na busca por espaços mais justos e igualitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cuthbert, Alexander. **Understanding cities**. Londres: Routledge, 2011.
- Lefebvre, Henri; Kofman, Eleonore; Lebas, Elizabeth. **Writings on Cities**. Malden: Blackwell, 1996.
- Lefebvre, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l’espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). ■

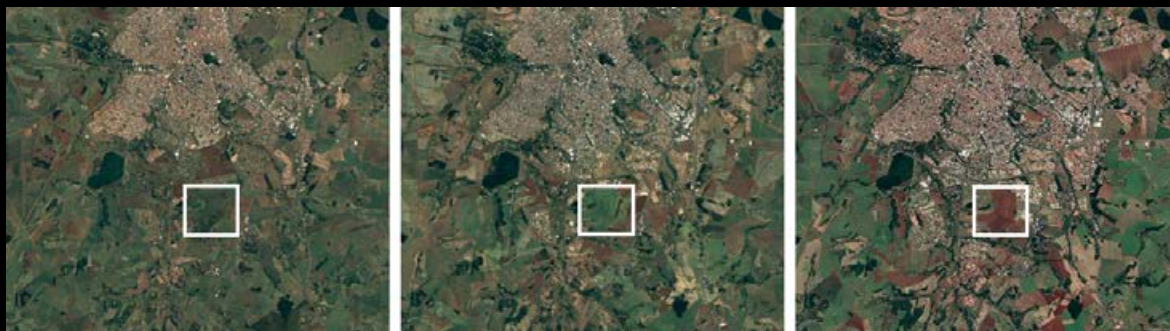
re (2002), sobre a nova urbanidade da Europa e AMO Atlas Worldwide (2002), sobre novos mapas em que a informação é fluida e não está vinculada à forma geográfica.

3 Pesquisas sobre as novas formas e a velocidade de urbanização do Delta do Rio das Pérolas, China, que resultaram em *Project on the City 1 – Great Leap Forward* (2001), desenvolvido no período de Koolhaas como professor na *Harvard Graduate School of Design*. O trabalho foi primeiramente nomeado como *The Project for what used to be the city*, uma manifestação clara sobre a condição urbana da atualidade.

Agradecimentos

à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela concessão de bolsa de pesquisa (em desenvolvimento) que originou este ensaio (Processo nº 2016/22499-5).

▶
A expansão da cidade de Ribeirão Preto em direção à Olhos d'Água: 1996, 2006 e 2016. Em destaque, a área da fazenda e seu entorno. Na imagem de 2016, os condomínios contornam a propriedade rural e continuam rumo ao sul. Fonte: Google Earth, editado pela autora.



▶
A mesma condição de esvaziamento após cinco meses. A mudança acontece apenas na paisagem da fazenda, agora com cultivo de milho. Março/2018. Fotografia da autora.

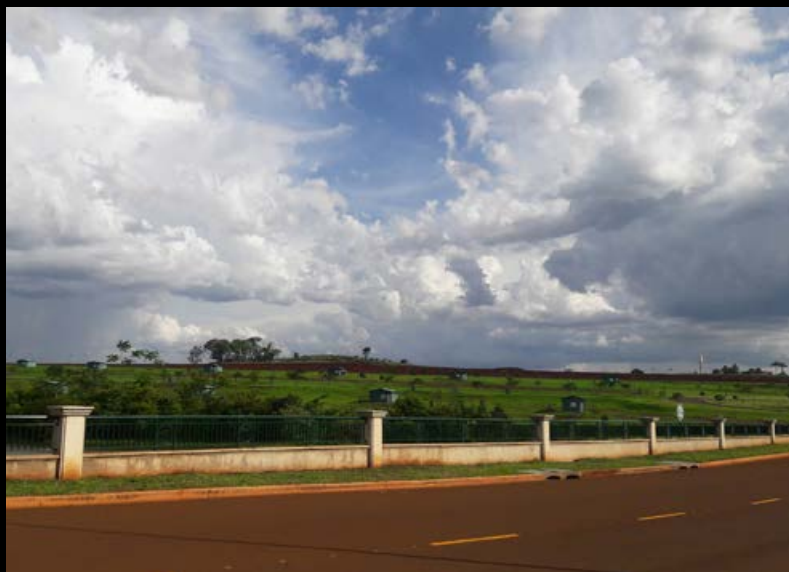


▶
Olhos d'Água e seus arredores com condomínios. No centro da imagem, nas bordas da fazenda, as pequenas casas idênticas. Fonte: Google Earth, editado pela autora.



▶
A topografia da área permite avistar a simulação de condição urbana como um todo: muros, iluminação pública, paisagismo e "casas" vizinhas à fazenda. Março/2018. Fotografia da autora.





◀ **SCAPE©** - *nem cidade nem paisagem natural. A mistura de um urbano remoto e área agrícola conjugam um panorama artificial típico de parques temáticos. Novembro/2017. Fotografia da autora.*



◀ **THINNING©** - *a ideia de urbano pela inserção de poucos elementos no "rural", como postes, árvores, viário e "casas" - uma destruição da paisagem para simular cidade. Novembro/2017. Fotografia da autora.*



◀ *Paisagem com sobreposição de diferenças. A pichação "eu não sei lidar" (manifestação tão urbana) e a cerca (típica do rural) na fronteira entre a fazenda e a rua sem saída do novo loteamento. Período entressafras, novembro/2017. Fotografia da autora.*



O mesmo local cinco meses depois: pichação e campos de milho em plena operação. Ao fundo, condomínios verticais da zona sul. Março/2018. Fotografia da autora.



O “bairro”, hoje, se configura como ZONE®, zona e não cidade - onde se nota a ausência de tudo, especialmente a vida das ruas. À direita, muro de um condomínio fechado; mais à frente, a simulação de casas. Na rua sem calçadas, o arco-íris completa a cena surreal. Novembro/2017. Fotografia da autora.



PHOTOSHOP® - combinações múltiplas, acumulação e colagem de objetos: casas, palmeiras, iluminação pública e a plantação de milho como cenário de fundo. A paisagem “rural” da Olhos d’Água coexiste com o “urbano”. Março/2018. Fotografia da autora.





◀ THINNING© - poste, árvore, “casa” com número e caixa para correspondências que nunca chegarão, tudo a cinquenta metros do campo de milho. Março/2018. Fotografia da autora.



◀ THINNING© - elementos para simulação da condição “condomínio de casas”. Casa número 2.300 com telhado de duas águas, a síntese da ideia de abrigo que não abriga ninguém. Março/2018. Fotografia da autora.



◀ SCAPE© - a nova condição pós-urbana, a justaposição entre arquitetura e paisagem. Fotografia da autora.

Alice Saute Leitão
Gabriela Luiza Viana Mendes
Silvia Cristina dos Reis
Thais de Almeida Gonçalves

Cidades (in)visíveis



O ensaio traz a estética da fragmentação urbana, a partir da qual se propõe um olhar crítico sobre as cidades. Expõe-se, dessa forma, os contrastes urbanos e seus efeitos socioespaciais no município de São João del-Rei (MG) e arredores.

Resultado de um trabalho apresentado à disciplina “Transdisciplinaridade, ArteCiência e Articulação dos Saberes”, do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), este ensaio faz parte de uma instalação da II Mostra Vestígios, exposição coletiva que ocorreu entre os dias 27 de novembro e 3 de dezembro de 2017.

A ideia de fragmentação urbana está associada aos efeitos socioespaciais da globalização, bem como aos demais fatores que refletem a estrutura social do fenômeno urbano. O modelo atual de capitalismo tem exigido novas formas de produção e apropriação do

espaço. Assim, Cidades (In)visíveis não apenas questiona as discontinuidades que foram ocasionadas por essas novas formas de produção, reprodução e apropriação das cidades, como também tenta extrair desse espaço a poética da fragmentação ao capturar detalhes que rompem com a continuidade do tecido urbano. ■





Alice Saute Leitão

é mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

alicesauteleitao@gmail.com



Gabriela Luiza Viana Mendes

é mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei e Arquiteta e Urbanista pela mesma universidade.

gabrielavianam@gmail.com



Silvia Cristina dos Reis

é mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei, graduada em jornalismo e em Letras, pela mesma Universidade.

tudocinzagrafitte@gmail.com

Thais de Almeida Gonçalves

é mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei e Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

thais.dagoncalves@gmail.com





REALIZAÇÃO



APOIOS

